

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIII

FLORIANÓPOLIS, 30 DE ABRIL DE 2014

NÚMERO 6.687

MESA

Romildo Titon
PRESIDENTE

Joares Ponticelli
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Moacir Sopelsa

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Neodi Saretta

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder:

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Ana Paula Lima
José Nei A. Ascari
Narcizo Parisotto
Jean Kuhlmann
Aldo Schneider
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelson Merisio
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Dóia Guglielmi - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Darci de Matos
Dirceu Dresch
Valdir Cobalchini
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Ada Faraco De Luca
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Dado Cherem - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Maurício Eskudlark
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Angela Albino
Dirceu Dresch
Luciane Carminatti
Valmir Comin
Valdir Cobalchini
Antonio Aguiar

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Carlos Chiodini - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto
Dirceu Dresch
José Nei A. Ascari
Moacir Sopelsa

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Angela Albino
Gelson Merisio
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ana Paula Lima - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Ciro Roza
Ada Faraco De Luca
Edison Andrino
Gilmar Knaesel
Valmir Comin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Ciro Roza
Darci de Matos
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Ana Paula Lima
Reno Caramori
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Darci de Matos
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Ada Faraco De Luca
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Ciro Roza
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Altair Guidi
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Altair Guidi
Valmir Comin

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Ada Faraco De Luca
Dado Cherem
Reno Caramori
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIII NESTA EDIÇÃO: 32 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 025ª Sessão Ordinária realizada em 27/03/2014.....2</p> <p>Atos da Mesa Ato da Mesa.....8</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública.....8 Aviso de Licitação.....21 Aviso de Resultado.....21 Ofícios.....21 Portarias.....22 Projetos de Lei.....23 Redação Final.....26 Requerimento.....32</p>
---	---	--

PLENÁRIO

ATA DA 025ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Renato Hinnig - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Queremos cumprimentar os telespectadores da TVAL, também os demais funcionários da Casa que colaboram para que possamos levar a bom termo esta sessão de hoje.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, quem nos acompanha nesta manhã de quinta-feira pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital ou pessoalmente.

Antes de mais nada, gostaria de falar sobre o lançamento do livro que ocorreu ontem nesta Assembleia Legislativa, no Plenarinho, que é uma iniciativa do nosso mandato e também do vereador Afrânio Boppré, cujo título é *Gracias a La Vida - Memórias de Um Militante*, de Cid Benjamim, que é jornalista atualmente. O livro conta um pouco da história da resistência à ditadura militar nas décadas de 60 e 70.

Pretendia falar ontem sobre o tema, mas não pude. E não tenho como fugir hoje ao debate acerca dos conflitos existentes na Universidade Federal de Santa Catarina, crise provocada por dois estudantes, com os quais foram encontrados três, quatro baseados na tarde de quinta-feira, dentro do campus da

UFSC. Evidentemente o que provocou a crise não foi exatamente os quatro baseados, mas a motivação. O que provocou a crise foi a atuação da Polícia Federal e aí posteriormente, a pedido desta, a atuação também da Polícia Militar.

Quero registrar que a Polícia Militar foi atender a um chamado P11, ou seja, um pedido de socorro por parte da Polícia Federal naquele campus. E inclusive o representante do 4º Batalhão, o próprio comandante, antes mesmo de ser acionado o choque, tentou procurar uma saída negociada para a situação. Ele mesmo disse isso aos meios de comunicação e a este deputado pessoalmente. Aliás, integrantes e autoridades da UFSC testemunham que o comandante da Polícia Militar tentou e achava que era possível uma saída negociada para não precisar fazer uso da força, no entanto, nenhuma proposta possível foi aceita pelo delegado, superintendente, embora interino, da Polícia Federal em Santa Catarina.

No dia, ouvindo os relatos e lendo as notícias nos meios de comunicação, achei absolutamente estranha a situação, porque desconheço, em todo o tempo em que moro em Florianópolis - e já frequentei a UFSC, estudei e me formei naquela universidade -, qualquer

ação desse tipo pela Polícia Federal, especialmente por causa de três baseados. Alguém policial militar conhece uma ação da Polícia Federal que redundou na surpreendente quantidade de droga apreendida: três baseados? Agora, o que diz o delegado superintendente da Polícia Federal é que a UFSC é um antro de criminosos e que querem construir lá uma república de maconheiros. É muita desqualificação ética e profissional desse cidadão, que, aliás, é um funcionário público igual a cada um de nós. É, sim, delegado da Polícia Federal, uma instituição que precisa ser respeitada, mas ele precisa ser o primeiro a respeitar os outros.

Não tenho a menor dúvida de que a imensa maioria dos estudantes daquela universidade não usa drogas e que a imensa maioria inclusive é contra o uso de drogas. E ele próprio, contraditoriamente, informa para a imprensa que existia um acordo entre a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e a Universidade para que houvesse a investigação sobre o tráfico de drogas na UFSC, no seu entorno.

Ora, todos nós sabemos, especialmente nós, policiais, todos os policiais investigadores da Polícia Civil, que se estamos investigando algo na intenção de combater, coibir, prender traficantes e apreender drogas e vamos *in loco* prender dois ou três maconheiros - e foi essa a prática, a ação de terça-feira, à tarde -, estragamos a investigação. Se é que há investigação!

Então, ficar jogando para a sociedade que a universidade é um antro de maconheiros é injusto, incorreto e desnecessário. Um delegado da superintendência federal, mesmo que interino, dizer que a universidade é um antro de criminosos é um ato de preconceito contra a universidade. Dizer que a reitora defende e quer construir uma república de maconheiros é uma posição ideológica, preconceituosa, tendenciosa, do ponto de vista político-ideológico. Dizer que uma deputada, a senhora deputada Luciane Carminatti, é um papagaio de pirata, quando a deputada foi lá para tentar garantir que não houvesse um enfrentamento como os professores que estavam lá, com os representantes da reitoria, é um desrespeito.

Não vou longe em dizer que muitos dos estudantes que se manifestaram naquele momento nem sabiam da droga e da motivação. Apenas acharam estranha a operação e a forma como foi feita. Aliás, não estavam identificados, somente se identificaram como policiais depois de cercados, porque até ali as pessoas não sabiam nem que se tratavam de policiais.

A atitude foi imprudente por vários aspectos, e antiproducente se o objetivo era combater o tráfico de drogas na UFSC. A ação e a forma como foi feita foi antiproducente, foi contrária aos objetivos informados e propalados. E qualquer policial sabe que a ação prejudicou o trabalho de investigação do tráfico de drogas na universidade, em seu entorno.

E se já na terça-feira, à noite, ouvindo e sabendo da situação, supus que poderia ter alguma coisa de diferente nessa ação, ao ouvir as declarações do delegado em questão no dia de ontem não tive dúvidas: querem jogar a sociedade contra a universidade, contra a

reitora. Aliás, a operação quer dizer que as forças conservadoras políticas da universidade vão dizer que a reitora é incapaz de manter a ordem na universidade e os estudantes, inclusive aqueles que defendem o uso de drogas - e todo mundo aqui sabe que há um debate na sociedade brasileira inteira a respeito desse assunto e que eu tenho uma posição que já manifestei - vão criticar a reitora porque ela chama a polícia para dentro do campus. Passo a pensar, e para mim está claro, que se trata de uma provocação para criar uma cortina de fumaça - e não é só ironia, porque inclusive, literalmente, ao falar em maconha é uma cortina de fumaça mesmo - para que não saia ou não se torne notícia principal, outras questões relativas à Universidade Federal de Santa Catarina.

Assim, é uma cortina de fumaça muito maior do que proporcionaria três ou cinco baseados. Uma cortina de fumaça para omitir, esconder e não deixar aparecer para o grande público, através dos meios de comunicação, outras questões, com certeza, muito mais importantes para o futuro da referida universidade. Esse debate precisa continuar, essas questões precisam vir a público e a sociedade precisa ter os pés no chão, a tranquilidade e a sensatez, que o delegado não está tendo, para discutir todas as questões inclusive o uso e tráfico de drogas na universidade...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, sr. presidente.

Quero registrar a presença do vereador José Simas, de Camboriú. Dedicado, trabalhador, microempresário e amigo que conquistei há pouco tempo. Aliás, duas são as coisas boas da política: aquilo que fazemos para a comunidade e os amigos que conquistamos nessas andanças pelo estado de Santa Catarina. E o Simas é um grande amigo, grande vereador e, agora, estamos juntos para o que der e vier. Seja bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Seja bem-vindo, Simas, pode ter certeza de que você está arranjando um grande e forte amigo na pessoa do deputado Darci de Matos. E na política somos passageiros, a única coisa que fica realmente são as amizades que colhemos neste meio. Amanhã já não estaremos mais aqui, mas os amigos ficam, com certeza.

Com a palavra o próximo orador inscrito para falar, o sr. deputado Sandro Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, público que nos acompanha.

Estarei, hoje, às 17h30, na inauguração de uma importante obra, o acesso à praia do Ervino, mais uma obra da Costa do Encanto, tão sonhada pelo então governador Luiz Henrique da Silveira, que custou mais de R\$ 19 milhões e que trará um grande desenvolvimento para a região e São Francisco do Sul.

Sr. presidente, gostaria de comemorar junto com o Movimento Negro de Santa Catarina e também de todo o Brasil a aprovação de uma lei no Congresso Nacional, ontem encaminhada pela presidente Dilma Rousseff e que garante o acesso através de cotas para negros e indígenas na proporção de 20% em concursos públicos em nível federal. Todo Movimento Negro, não apenas do estado, mas de todo o Brasil, está comemorando mais esta vitória, tendo em vista que este sistema já existe nas universidades federais e na própria Udesc esse sistema de acesso através de cotas, pois são políticas afirmativas no sentido de reparação e de um acesso à população negra do nosso país.

Eu comentava aqui na semana retrasada que é muito fácil falar que racismo é um assunto chato, que realmente existe racismo, pois fica só nisso. Na verdade é necessário, além de achar que o racismo é um assunto chato, é entender que o racismo é um assunto sério e que precisa ser combatido, e ações afirmativas como esta tornam este combate mais eficaz.

Gostaria também de relatar que uma pesquisa realizada pela universidade de São Carlos, em São Paulo - e soube disso ontem, lendo o *site* da globo, no g1.com -, diz que no estado de São Paulo a taxa de negros mortos pela polícia do estado é três vezes maior do que a de brancos. Embora o governador de São Paulo diga que a polícia é preparada para não agir de forma discriminatória no momento das abordagens, esse estudo mostra que realmente a taxa de negros mortos pela polícia de São Paulo é quase três vezes maior do que a de brancos. A pesquisa, que foi feita pelo Grupo de Estudos Sobre Violência e Administração de Conflitos da UFSCar, mostra também que a taxa de prisões em flagrante de negros é 2,5 vezes maior do que a verificada entre pessoas brancas.

Os dados levaram em conta 734 processos da ouvidoria da polícia reunidos entre 2009 e 2011 que revelam que 61% das 939 vítimas paulistas são negras; 97% são homens e 77% têm entre 15 e 29 anos. Já os policiais envolvidos são em sua maioria brancos, na proporção de 79% e 96% atuam na polícia militar.

A pesquisa será publicada no *site* da universidade no dia 02 de abril. Os dados de mortes em 2011 de negros são de 193, e de brancos, 131. Comparados à população de cada etnia residente no estado, a taxa de negros mortos por 100 mil habitantes fica de 1,4 contra 0,5 dos brancos, é o que aponta este levantamento da UFSCar.

Seria importante também existir uma pesquisa no estado de Santa Catarina para saber se esta proporção de mortes de negros é igual ou não quando na abordagem já que em São Paulo figura um elevado nível de mortes de negros quando comparado à população branca no estado de São Paulo.

Então, esse é um registro que estamos fazendo. Esperamos que a polícia não faça essa abordagem discriminatória no nosso estado, por exemplo, como aconteceu com o ator Vinicius Romão, que foi preso injustamente, ficou preso durante 18 dias sem acesso a advogado, sem nenhum contato com a família e depois foi constatado que era

inocente. Ele foi preso ao ser confundido com outro assaltante, por ser negro, e depois acabou sendo solto por ser ator e também, porque ficou comprovada a sua inocência. Mas providenciaram a sua liberdade, principalmente, porque descobriram que ele era um ator global.

Mas quero, ainda, fazer o registro, sr. presidente, de algo que me causa estranheza. O governo de São Paulo tem impedido o acesso ao serviço público de pessoas que são consideradas obesas. Na hora da perícia médica os concursados considerados obesos não puderam assumir o cargo de professor no estado de São Paulo.

Então, pouco importa se essas pessoas têm o dom de ensinar, também pouco importa a alta gama de conhecimento que possuem, se mestrado ou doutorado, essas pessoas estão impedidas de tomar posse como professores no estado de São Paulo, se o seu IMC - Índice de Massa Corporal -, é considerado elevado.

Eu achei estranho isso, sr. presidente, porque fui medir o meu IMC, ontem, e o meu é de 28.9 sendo que a partir de 30 já é considerado obesidade. Nesse caso, se eu fizesse concurso em São Paulo não poderia assumir uma vaga de professor, porque seria considerado obeso, isto é, gordo.

E pesquisas mostram que o IMC não é a forma mais apropriada de dizer se a pessoa é doente ou não, existem outros fatores, como por exemplo, a gordura abdominal, que é um fator que pode ser mais eficaz na averiguação de doenças do que o IMC, que não deve ser considerado medidor de doenças.

O governo de São Paulo está cometendo um grande erro ao impedir que professores que prestaram concurso com conhecimento vasto, acessem a rede de ensino no estado. Isto é muito complicado. Eu tive vários professores obesos e que me ensinaram muitas coisas que carrego até hoje. Portanto, não é a gordura ou o peso que vai dizer se a pessoa é capaz de lecionar ou não.

Então, fica aqui este registro, a indignação por esse equívoco que o governo de São Paulo vem cometendo ao não permitir que professores com IMC elevado tenham acesso à rede pública de ensino paulista.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, inicialmente gostaria de cumprimentar o nosso secretário de Assistência Social do Município de Camboriú, John Lenon, pois ontem tivemos a satisfação de dar boas-vindas, ao PSD, filiando-se ao 55, com mais uma centena de filiados naquele município, e que também terá nesta manhã, sr. presidente, um espaço para falar sobre o Projeto Cidade Segura.

Seja bem-vindo a esta Casa e será um prazer ouvi-lo.

Sr. presidente, queremos falar rapidamente sobre dois temas completamente antagônicos: leite e drogas. E vamos iniciar

pelo primeiro. Tínhamos um projeto tramitando nesta Casa que, infelizmente, foi considerado inconstitucional e agora estamos transformando-o numa indicação - assim como o deputado Nilson Gonçalves tem feito muitas vezes, estou seguindo o mesmo caminho - a ser encaminhada ao governador do estado, especialmente ao secretário da Fazenda, tratando de uma proposta que pode salvar a indústria láctea, principalmente a indústria do iogurte em Santa Catarina.

Refiro-me especificamente à região oeste catarinense, onde estive visitando algumas empresas. E a nossa proposta quer incluir o iogurte e a bebida láctea na lista de mercadorias de consumo popular, porque estamos tendo, infelizmente, uma batalha tributária entre os estados, e isso não é novidade, de forma mais específica na questão do iogurte. E por meio desta nossa indicação, baseados na Lei n. 10.297, de dezembro de 1996, que dispõe sobre o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias ou à prestação de serviços, o nosso famoso ICMS, nossa intenção é de fato incluir esses alimentos dentre os constantes da cesta básica, o que não se faz possível em face de a mesma ser instituída pela Lei Federal n. 6.321.

Então, resta-nos, como parlamentar desta Casa, a opção da inclusão do iogurte e da bebida láctea na lista de mercadorias de consumo popular na legislação que rege o ICMS de Santa Catarina e que contará com o benefício da redução da tributação e consequente redução nos custos de comercialização, facilitando sua aquisição por consumidores especialmente os de baixa renda.

Entendemos que se trata de uma matéria de interesse público e esperamos contar com acolhida do governo do estado, do secretário da Fazenda, com quem estaremos conversando, e já convidei o deputado Mauro de Nadal, que é também da região de São Carlos e de Águas de Chapecó, para me acompanhar. Uma das empresas que visitei, por exemplo, com 300 funcionários nas próximas horas reduzirá para 70 funcionários, porque não está conseguindo acompanhar a concorrência de São Paulo, do Rio de Janeiro, no que diz respeito ao comércio de bebida láctea, especialmente à produção de iogurte. Esperamos que de fato encontremos acolhida por parte do governo a essa nossa proposta.

Era isso que queria falar sobre leite e agora passo para meu segundo tema, sobre o qual não posso me omitir, que é o problema das drogas.

O deputado Sargento Amauri Soares, que continua num embate muito forte com o nosso deputado Maurício Eskudlark, ambos da segurança pública, certamente estão discutindo sobre a questão da eventual tomada de posição e invasão da Polícia Federal no campus da Universidade Federal de Santa Catarina. E preciso me posicionar, sobretudo, aqui nesta Casa, como presidente da comissão de Combate e Prevenção às Drogas e também como ex-estudante da UFSC, pois tive oportunidade de passar oito anos da minha vida naquela instituição, quatro de mestrado e quatro de doutorado e conheço muito bem o campus da Universidade Federal.

É claro que sob certa perspectiva, sob certa ótica, houve talvez uma truculência desnecessária por parte da Polícia Federal na operação, mas, por outro lado, a reitoria não tem razão em fazer a defesa como se a Universidade Federal fosse uma zona blindada. Sabemos, sim, que há tráfico de drogas na universidade, isso está muito explícito pelas reportagens que temos acompanhado.

Nós sabemos que há tráfico de drogas na Universidade Federal, isso está muito explícito pelas reportagens que temos acompanhado, o consumo de drogas é permanente também no campus, são mais de 40 mil estudantes, é uma cidade. Agora, o que faltou e o que precisamos para continuar o diálogo é o bom senso. Acho que essa palavra é fundamental na perspectiva tanto da reitoria quanto da Polícia Federal.

A questão do consumo de drogas está muito bem explícita na legislação, quer federal ou quer de âmbito estadual, mas a forma, talvez, como foi feito o encaminhamento tenha sido equivocada.

Então, nesta perspectiva nós queremos que de fato, e talvez o Parlamento possa dar a sua contribuição, haja a abertura de um diálogo e a volta da razão e do bom senso nessa questão que acabou se tornando uma guerra civil, um motim.

Neste momento, a reitoria está ocupada por estudantes esperando uma proposta definitiva de diálogo, de conversação, mas queremos registrar aqui a nossa preocupação com equívocos de ambos os lados. Eu acho que a solução está de fato no encaminhamento do diálogo e do bom senso, para que possamos retomar a ordem e transformar a universidade naquilo que precisa ser: um centro acadêmico de produção de ciência, de conhecimento e, por que não dizer, de princípios e de valores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

(Pausa)

Não havendo oradores do PP que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLRK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL, estava num bate papo informal com os srs. deputados, mas hoje ainda, quando estava vindo pela manhã para a Assembleia e ouvindo a CBN, o assunto em pauta é a discussão a respeito da ação ocorrida na Universidade Federal de Santa Catarina.

Eu volto a reafirmar o meu pensamento aqui de que ou nos esforçamos, mudamos e melhoramos este país ou vamos levá-lo a uma completa baderna, a uma completa desordem.

A criminalidade avança de forma acelerada sobre a sociedade, massacrando a sociedade e nós não podemos concordar com ações que não são tão graves, porque amanhã ou depois, quando alguém for cumprir um

mandato de prisão por furto, por roubo ou por estupro na UFSC não vai poder cumprir por estupro porque os estudantes vão dizer que é uma ação arbitrária da polícia. Onde é que nós estamos chegando?!

A UFSC tem hoje 40 mil pessoas, entre alunos e pessoas que convivem lá. Quantos daqueles usam drogas? O mínimo do mínimo que usa drogas. E a universidade, a reitoria, os professores não podem se curvar à pressão desse mínimo para que a lei não seja cumprida.

É inadmissível que alguém diga não, que diga que lá é uma área livre e que para entrar tem que avisar. Então, no morro, que é o pobre, pode entrar sem avisar. Agora, na Universidade Federal, onde eles estudam com dinheiro público, à custa do dinheiro público, polícia não pode entrar? É inadmissível.

O que a reitoria, o que os professores têm que fazer? Inclusive fazer processo administrativo para excluir de lá quem for flagrado usando drogas. Assim como quem praticar qualquer outro tipo de crime. Tem que ter um regimento, um código de ética, a universidade tem que ter critérios.

Não pode deixar que alguns contaminem o todo, é um patrimônio nacional, é um patrimônio de Santa Catarina. De lá saem os nossos mestres, os nossos engenheiros, os nossos professores. Quem faz Santa Catarina ser forte, sai da Universidade Federal.

Então, temos que agir com coerência, a própria reitoria tem que ter a sua determinação, o seu posicionamento de quem agir em desconformidade com a lei vai ser responsabilizado.

Se os policiais foram lá e identificaram que tinha alguém com drogas, o que a lei diz: vai ser levado para a Delegacia de Polícia, feito um Termo Circunstanciado e vai ter que se apresentar em juízo.

Falaram que eles estavam à paisana. Claro que eles estavam à paisana. O policial na investigação tem que estar à paisana, e não foram lá por acaso. Tanto que chegaram e encontraram a droga, se era pequena a quantidade, é em tese.

Nova Iorque começou a mudar quando foi utilizada a tolerância zero. É a história da vidraça quebrada. Se há um colégio abandonado, se há um prédio abandonado, se ninguém tocar, ele permanece intacto. A partir do momento que se quebra um vidro, outro quebra a janela inteira, e quando vê, aquele patrimônio está depredado.

Então, nós temos que usar os preceitos de ética e de moral. Os pais que acompanham no jornal que lá a polícia só pode ir se for autorizada, como fica a família que no final de semana quer pegar os seus filhos e ir à Universidade Federal, que quer dizer para o seu filho estudar, caprichar, porque um dia vai estudar lá.

Como vai dizer para o seu filho que um dia vai se formar lá, vai ser médico, vai ser engenheiro. Aquilo tem que ser motivo de orgulho para os catarinenses, é uma instituição muito forte, com 40 mil pessoas envolvidas, não podemos deixar que um pequeno grupo transforme aquilo lá numa área livre, onde a Justiça não possa estar presente.

Acho que houve excessos, dizendo que é um antro. Não. Infelizmente a droga se

infiltra em todos os locais, mas a sociedade está pedindo para iluminar uma praça porque lá os usuários de drogas começam a se estabelecer, é a sociedade cobrando ações, pedindo para que todos trabalhem no combate às drogas.

Quanto mais portas e possibilidades nós fecharmos para o ingresso da droga na sociedade, mais estaremos contribuindo para um país melhor. Então, não podemos deixar hoje as nossas crianças, os nossos estudantes, vendo que em determinado local você pode usar porque lá a polícia não pode entrar sem ordem.

Então, a sociedade cobra da polícia uma ação, a polícia vai lá para cumprir esta ação, os policiais prenderam os criminosos e quando iriam levá-los para a delegacia, para fazer o TC, chegam outras pessoas e dizem: vocês não podem fazer isso! Se quiserem podem até levar junto um advogado, alguém, mas não podem dizer que não se vai cumprir a lei. É um absurdo o que se está fazendo

E a reitoria tem que ser a primeira a dizer: aqui queremos quem cumpre as normas, porque é o dinheiro de todos, do pobre ao rico, que faz com que alguns possam estudar.

Então, os estudantes, que estão recebendo esse benefício, têm que dar a contrapartida, tem que ter um código de ética. Não se pode admitir o uso de drogas e quem for pego utilizando qualquer substância ilícita, portanto, deve ser expulso, excluído, pois apenas dessa forma poderemos construir um país melhor.

Não podemos ter esse tipo de tolerância. A ação da polícia provocou outra reação, porque os policiais queriam levar as pessoas que portavam drogas para a delegacia e os professores não queriam deixar, quando, na verdade, eles deveriam ser os primeiros a dizer: vocês tem que ir até a delegacia, fazer o Termo Circunstanciado e depois responder por isso em juízo. A lei tem que ser cumprida! É inadmissível que os professores reajam dessa forma. Não precisava chamar a Polícia Militar, quando os policiais estavam nessa situação.

Eu me lembro de uma ocasião, ainda como delegado de polícia, em que o Ministério Público emitiu uma norma solicitando aos mercados para não vender mais rojões, foguetes, porque era um risco, já que eles deixavam os produtos lá na prateleira misturado a outras coisas, podendo causar um incêndio. E os policiais foram fazer uma abordagem num determinado mercado, mas o proprietário não deixou dizendo que havia comprado e pago por aquele produto. A lei é para todos, não é diferente para quem estuda na Universidade Federal ou para quem mora no morro. Todos são iguais perante a lei! A lei não pode ser diferente para uns ou para outros.

Entendo a presença de colegas deputados lá, mas espero que tenha sido no sentido de resolver a situação, de cumprir a lei, para dizer: vamos para a delegacia, vamos fazer o procedimento que tem que ser feito. Assim, será resolvido legalmente como tem que ser.

Eu falei ontem aqui sobre o filme *Tropa de Elite*, sobre o uso de drogas, que financia a criminalidade, a compra de armas, os homicídios, e não adianta vestir uma camisa branca quando um estudante é assaltado para pedir Justiça, polícia nas ruas e mais não sei o

quê. Tudo isso é muito bonito, mas quando uma pessoa fuma o seu baseado está financiando a criminalidade. Quem está fumando o baseado, quem está usando droga, está financiando a criminalidade.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Concedo um aparte à deputada Angela Albino.

A Sra. Deputada Angela Albino - Deputado, não se preocupe que não vou polemizar em grande monta com v.exa., porque desejo fazer esse pronunciamento com bastante tempo.

Fui à Polícia Federal naquele dia e também depois ao *campus*, e gostaria apenas de dialogar com v.exa. num elemento.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Eu não sabia que v.exa. tinha ido.

A Sra. Deputada Angela Albino - Estou de acordo com v.exa. que essa glamorização de apenas um baseadinho é a causa de mazelas. Não tenho dúvidas, e concordo com v.exa., de que a cadeia que liga o pequeno baseado à grande ação criminosa precisa ser mais bem vista pela nossa sociedade.

Mas tenho impressão, e essa é a minha convicção, de que tivemos dois problemas lá: o consumo abusivo e ostensivo de drogas e parte da ação da polícia. Temos que nos debruçar fraternalmente sobre o que aconteceu, e agora queria apenas relatar um pedaço do outro lado do conflito a v.exa.

Tenho um netinho que estuda no Flor do Campus, uma escolinha dentro da UFSC, e ao lado fica o Núcleo de Desenvolvimento Infantil - NDI -, da própria UFSC, cujas crianças tiveram que usar um pano molhado no rosto durante a operação, porque os policiais não tiveram o cuidado de saber que ali havia crianças. E, no Flor do Campus, as crianças foram confinadas numa biblioteca.

Dessa forma, concordo em parte com o seu pronunciamento, mas discordo também no sentido de que precisamos não absolutizar nem a glamourização e nem a ação policial de qualquer jeito em qualquer coisa. Tenho a impressão de que precisamos chegar a um equilíbrio. Precisamos combater, mas a ação policial tem que estar no limite do bom senso e da legalidade. Faço o apontamento de que havia crianças ao lado e nem esse cuidado tiveram.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Agradeço sua manifestação, deputada. Acho que esse é um momento para a reflexão, para se decidir o que fazer.

Entendo, particularmente, que as normas devem ser cumpridas. Quem está lá precisa respeitar as normas. Depois que forem expulsos dois, três usuários de drogas da universidade, os outros vão pensar antes de usá-la naquele ambiente. Quem for pego usando droga no ambiente estudantil, deve ser expulsos. Dos 10 mil jovens que fazem vestibular para 100 vagas, 9,9 mil ficam de fora. Milhares de jovens deste estado que sonharam em fazer uma faculdade ficam fora. Então, não é admissível que essas tantas pessoas que ficam excluídas vejam a sua possível vaga sendo usada dessa maneira.

Claro que é uma excelente universidade, com mais de 40 mil pessoas, com excelentes professores, profissionais. Então, vamos excluir aqueles que estão maculando a imagem daquele campus. É o momento de repensar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados e público que nos prestigia nesta manhã, gostaria de fazer aqui um relatório de sofrimento, inesquecível sobre a vida dos cidadãos do sul do estado.

Há dez anos, fizemos uma caminhada de Osório até Palhoça. Foram 348km. Um grupo de pessoas nos acompanhava, junto com o presidente da Câmara de vereadores de Içara, Wagner Pizzetti. Em cada município, um grupo de pessoas nos esperava com as bandeiras e andávamos até o município seguinte. Lá, no outro município, os vereadores nos esperavam com a população e assim fizemos por 348km, numa luta que marcou a história da duplicação da BR-101.

Nessa luta, estávamos passando por Tubarão, quando o governador Luiz Henrique da Silveira nos ligou e disse: "Para essa caminhada, volta para Araranguá, pega os ônibus e tira todo o pessoal dos balneários que vai haver um furacão, com ondas de 5m de altura que podem destruir a região inteira."

Eu fiquei em choque e na hora não acreditei muito, mas em seguida recebi outro telefone do governador perguntando: "Vocês já estão voltando?" Então nessa hora eu percebi que tinha que acabar com a caminhada e voltar. E foi o que fiz.

Voltei para Araranguá - inclusive à época, a *Rede Globo* anunciou que nada iria acontecer, mas tratava-se do furacão Catarina - para tirar as pessoas do balneário, das casas, mas ninguém quis acreditar, nem minha esposa, filhos e netos. E, eu, sem saber o que fazer e recebendo muitos telefonemas, fiquei aguardando um pouco. Por volta das 21h ainda estava tudo calmo, e a todo instante eu ia até a praia para ver com estava a maré, que até aquele momento estava baixa, cheguei até a pensar que era um equívoco.

Em seguida começou um vento diferente e esquisito, que não dava para saber de onde vinha, ele fazia um redemoinho. Saí correndo e fui novamente à praia - neste momento ocorreu um apagão - olhar o mar, e, para minha surpresa, a água já estava alcançando os prédios. Então eu saí correndo e mandei todos descerem. O meu filho saiu dirigindo na frente, eu atrás, e fomos para Araranguá. Quando eu, juntamente com a minha família, passamos pela divisa entre Araranguá e o Arroio do Silva, avistei uma coisa preta e pensei: meus Deus, é um tornado! Não era um tornado, mas um eucalipto grande que caiu na frente do meu carro trancando a passagem. E eu pensava: e a onda de 5m? Então saí do carro e tentei quebrar alguns galhos para liberar a passagem, porque estava num carro grande, uma 4 x 4, e consegui,

passei pelo barranco da estrada. Durante todo o trajeto havia muitos eucaliptos caídos e fui passando por cima de todos. Quando cheguei no posto do Corpo de Bombeiros não havia ninguém, porque o vento havia levado, inclusive, o posto.

E quando cheguei na minha casa, em Araranguá, para deixar a minha família - e naquele momento o vento tinha aliviado -, o alarme da caminhonete disparou e eu pensei: será que estão tentando roubar meu carro? Na verdade o alarme disparou por causa do vento, que havia voltado, fazendo com que *outdoors* e placas fossem pelos ares.

Havia pedaços de cobertura de postos de gasolina e placas quebradas por todos os lados. Era algo assustador. Na BR-101 não transitava mais ninguém, os eucaliptos trancaram tudo, foi algo que marcou muito a população da minha região. Voltei ao Corpo de Bombeiros, tinha um menino de mais ou menos seis anos que dizia que não sabia para onde ir, pois sua casa havia caído. Era um desespero total, havia casas com telhados arrancados, derrubadas.

As plantações de eucalipto foram derrubadas, não restou nada. Destruíu a região sul, mas para a nossa sorte o furacão desceu um pouco para o mar e não veio com toda velocidade, conforme o previsto, porque ondas de 5m parariam lá na serra, destruiriam tudo, pois nossa região é toda plana e não há 2m entre o mar e a região.

Hoje, dez anos passados, muitas pessoas têm marcas. Ontem, fiz aqui algumas considerações de agradecimento e reconhecimento ao secretário de Educação, que esteve aqui ontem, sr. Eduardo Deschamps, porque depois de dez anos está havendo investimentos para recuperar área a física das escolas, pois não deu para recuperar tudo que foi destruído ainda.

Assim, a região sul, hoje, tem problemas, pois além do furacão Catarina que destruiu o vale do Araranguá, teve o quarto tornado que deu em Forquilha, o segundo tornado em Criciúma, que arrancou o telhado das casas, e ainda, houve outro tornado que deu em Tubarão, mostrando que a região tem que ter um trabalho de prevenção muito forte, porque esses fenômenos estão sendo frequentes.

Mas hoje podemos dizer que conseguimos superar tudo isso e reconstruir a região. Agora é a questão da educação. O governador não mediu esforços com o secretário para enviar recursos às escolas e ginásios de esportes.

Então, é importante, dez anos depois, fazer um registro do sofrimento, do choro, do desespero que aconteceu na região do vale do Araranguá. Nós vivemos vários episódios de sofrimento, muitos problemas, mas nenhum parecido com aquele que levou tanto desespero como o furacão Catarina, que praticamente destruiu toda região sul de Santa Catarina. Não poderíamos deixar de fazer esse registro do sofrimento, de angústia e desespero das pessoas.

Assim, não podemos duvidar de mais nada e se o sofrimento não foi maior, devemos, à época, ao governador, Luiz Henrique da Silveira, que alertou e fez de tudo para que não acontecesse o pior na região do extremo sul de Santa Catarina, no vale do Araranguá.

Então, quero aqui, deixar registrado este momento marcante de sofrimento e de angústia ocorridos há dez anos. Tivemos três mortes e pela proporção da desgraça ocorrida é um número relativamente baixo, graças a Deus este número não foi maior, tendo em vista a destruição que o furacão Catarina causou.

Quero aqui deixar registrado, como parlamentar, que nós devemos ter um cuidado cada vez maior e devemos nos preparar para estes grandes momentos de sofrimento.

Quero agradecer aos meus pares desta casa que na época não mediram esforços para ajudar, ao governo que tem contribuído e ajudado, à população que tem superado tudo isso através do trabalho, garra e força. Aquela região hoje que está crescendo, gerando emprego, renda e melhorando a qualidade de vida das pessoas. O sofrimento, a angústia e o desespero ficam de lado e a esperança fica viva para continuarmos lutando. Esse é o grande compromisso do Parlamento Catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra, o deputado Neodi Saretta, que falará em nome de seu partido, por até 11 minutos.

Ao tempo em que passo também a Presidência dos trabalhos ao deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Senhor presidente, senhores deputados, estimados catarinenses e estimadas catarinenses que acompanham esta sessão.

Este ano de 2014 foi declarado pela Organização das Ações Unidas para Alimentação e Agricultura, a FAO como o ano da agricultura familiar, e é sobre isso, inclusive, e quero me manifestar a respeito deste tema tão importante que é a agricultura familiar.

Penso que temos o dever de destacar que a agricultura familiar é a grande responsável pelo abastecimento alimentar do brasileiro, pela maioria da ocupação produtiva e pela manutenção das características culturais fundamentais do nosso querido Brasil.

Apesar de sua participação significativa na produção agrícola e sua interação com outras atividades econômicas e sociais, estudos recentes realizados no sul do Brasil indicam que a agricultura familiar está perdendo seus sucessores com os jovens mudando do meio rural para a zona urbana, o chamado êxodo rural.

Para que a agricultura familiar avance ainda mais e de forma cada vez mais sustentável é preciso enfrentar esse desafio.

Hoje um dos principais fatores que podem motivar o jovem a ficar no campo é o chamado Pronaf Jovem. Este programa está dentro do Programa Nacional da Agricultura Familiar - Pronaf - e visa financiar projetos individuais e coletivos gerando renda aos agricultores familiares e também aos assentados da reforma agrária.

O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais além das menores taxas de inadimplência.

O programa Pronaf Jovem é uma linha de crédito destinada aos jovens agricultores de 16 a 29 anos, e é um dos mecanismos de incentivo à permanência do jovem no meio rural, na agricultura, já que a tendência tem sido o êxodo. Se olharmos as nossas comunidades rurais do estado de Santa Catarina veremos uma população mais envelhecida, uma população que vive da sua atividade rural, muitos agricultores ainda em função da aposentadoria rural, que tem sido uma grande ajuda para o agricultor que consegue atingir esse benefício.

Mas ao mesmo tempo a saída do jovem agricultor da roça para a cidade é um mecanismo que tem acontecido ao longo dos anos, e uma das formas de se tentar a permanência do jovem no meio rural é justamente o Programa Pronaf Jovem, do governo federal, que pode, com a obtenção desses recursos, incentivar a permanência do jovem no meio rural. Esses jovens agricultores podem inclusive financiar qualquer atividade que gere renda, por exemplo, projetos agropecuários, de turismo rural, de artesanato, plantação de pomar e horta. Desde janeiro de 2013, o programa Pronaf Jovem passou a ter maior volume de recursos para ser operado em todo o país.

Outro dado importante que quero destacar é que em 2013 agricultores brasileiros, familiares brasileiros, fizeram mais de dois milhões de contratos do Pronaf para financiar a sua produção, o que corresponde a mais de R\$ 20 bilhões em operações de custeio e investimentos. Este valor é 11% superior ao ano de 2012 e 38% maior que em 2011. Portanto, esse é o maior número de recursos de volumes do Pronaf.

Essa evolução do Pronaf em 2013 significa um valor quase dez vezes maior do que foi aplicado em 2012, e este é um dado importante. Se pegarmos os comparativos com relação o ano 2013, veremos um aumento de praticamente dez vezes mais, o que mostra o quanto esse programa evoluiu com a política pública apoiando a agricultura familiar, não apenas no expressivo valor de R\$ 20 bilhões, mas também com relação ao número de contratos, porque houve um salto de 900 mil contratos em 2002 para 2,2 milhões de contratos em 2013; e depois, de 2,2 bilhões para 20 bilhões de contratos.

Então, podemos destacar a bravura desses agricultores que vêm demonstrando a sua força, superando os obstáculos, as dificuldades para ficarem na agricultura, mostrando o seu papel importante. Nós estamos destacando isso, porque vivemos e convivemos no dia a dia com pessoas que produzem alimentos para o país, para Santa Catarina, deputado Sandro Silva, os agricultores familiares geram empregos, motivam a economia, mantêm as suas famílias no campo a custo de muito sacrifício, já que sabemos que a atividade agrícola é de muito risco; ora pelo excesso de chuva, ora pela falta de chuva, às vezes pelo granizo, também pelo vento, e quando nada disso atrapalha a grande safra, os preços não atingem deputado Sandro Silva, nem os custos da produção.

Então, nossa homenagem aos agricultores da agricultura familiar em função

deste ano, 2014, ter sido escolhido pela FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura -, como o ano da agricultura familiar, e que sirva isso como forma de pensarmos cada vez mais em políticas públicas para a agricultura familiar. Exaltando o Pronaf, esse grande salto que deu nos últimos anos no número de contratos de recursos, mas buscando mais formas ainda em incentivar a agricultura, incentivar a permanência do homem no campo, no meio rural.

E quero neste sentido, antes de encerrar, fazer referência também ao programa de entrega de máquinas que tem sido executado pelo governo federal aos municípios, destinados a ajudar a agricultura familiar.

Esta semana, inclusive, houve mais uma entrega, em Criciúma.

Todos os municípios de Santa Catarina e do Brasil com menos de 50 mil habitantes estão recebendo uma motoniveladora, um caminhão e uma retroescavadeira para auxiliar de fato a agricultura, as estradas rurais por onde escoam a produção. E temos que pensar cada vez mais em políticas públicas para incentivar a permanência do jovem na agricultura, para incentivar o agricultor e para fortalecer nossa agricultura familiar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo oradores do PSDB, os próximos minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Não havendo oradores do DEM, fim do horário dos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s.: 0139/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0236/2013, 0351/2013 e 0514/2013 de autoria do deputado Antônio Aguiar e 0385/2013, de autoria do deputado Darci de Matos.

Comunica, outrossim, que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0305/2013, 0515/2012, 0644/2013 e 0697/20113.

Comunica também que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0698/2013.

Comunica, ainda, que a comissão de Pesca e Aquicultura apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0454/2013.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0039/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0116/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0039/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0211/2014 e 0212/2014, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0213/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Pedido de Informação n. 0028/2014, de autoria da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, solicitando ao governo do estado informações referentes ao novo cronograma de trabalho de restauro da Ponte Hercílio Luz.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Temos ainda um requerimento de autoria do deputado Ismael dos Santos e outros srs. deputados.

(Passa a ler.)

"Os deputados que este subscrevem, com amparo no Regimento Interno, art. 109, c/c o Ato de Mesa n. 227, de 14 de junho de 2011, vêm perante vossa excelência requerer a cessão da palavra, na Sessão Plenária do dia 27 de março de 2014, no horário da Explicação Pessoal, para manifestação do Secretário da Assistência Social do Município de Camboriú, senhor John Lenon Teodoro, que discorrerá sobre o programa *Camboriú Mais Segura*."[sic]

Vários deputados assinaram.

(As lideranças aquiescem.)

A Presidência defere este requerimento.

Fim das matérias constantes na pauta da Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão por até dez minutos para ouvirmos o pronunciamento do secretário.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - (Faz soar a campainha!) - Está reaberta a sessão.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, em homenagem aos 133 anos de emancipação político-administrativa do município de Campos Novos.

Está encerrada a sessão.

A T O S D A M E S A

ATO DA MESA

ATO DA MESA Nº 253, de 30 de abril de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2309/2013,

RESOLVE: *com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011,*

ATRIBUIR A SERVIDORA MARIA LUCIA FEDELI GONCALVES, matrícula nº 2103, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 janeiro de 2006, com efeitos a contar de 14 de outubro de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELII** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO E A ESTRUTURAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA EM SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 2 DE ABRIL DE 2014, ÀS 17H, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Hudson Mendes Cardoso) -

Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa-tarde.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, neste momento damos início à audiência pública convocada pela excelentíssima senhora Deputada Estadual Luciane Carminatti, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, por proposição da própria Deputada, para promover o debate sobre a implantação e a estruturação da Defensoria Pública em Santa Catarina.

Convidamos para compor a mesa a excelentíssima senhora Deputada Estadual Luciane Carminatti, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; o senhor Ivan César Ranzolin, Defensor Público-Geral do Estado de Santa Catarina; o senhor Ronaldo Francisco, presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado de Santa Catarina; o senhor George Dias Zaccarão, Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina; o senhor José Pedro Oliveira Rossés, presidente da Associação dos Servidores da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina; e a senhora Daniela Félix, representante da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (Renap) e do Coletivo Catarina de Advocacia Popular. (*Palmas.*)

Para fazer uso da palavra, convidamos a excelentíssima senhora Deputada Estadual Luciane Carminatti, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, que conduzirá os trabalhos desta audiência pública.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Uma boa-tarde a todos. (*Cumprimenta os membros da mesa e os demais presentes.*) O nosso abraço muito especial a todos os Defensores, a todas as Defensoras que aqui estão, a todos os analistas, técnicos e a todas as lideranças que acompanham esta audiência.

Eu quero começar fazendo a leitura das faixas, porque elas traduzem o sentimento que deve ser tratado aqui nesta audiência.

(*Passa a ler.*)

“Mais defensores significa mais cidadania, o que significa justiça para o povo.”

“Os aprovados no concurso da Defensoria Pública querem trabalhar. Nomeação já!”

“Defensoria Pública, direito de todos. Quanto mais técnicos, analistas e defensores atuarem em prol da população catarinense, maior será a efetividade da demo cracia.” (*Cópia fiel. Palmas.*)

Eu quero dizer a todos e todas que nós temos realizado no âmbito da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, como Comissão de Direitos Humanos, a qual eu presido, várias audiências, vários debates, várias conversas, várias visitas, no sentido de estruturar a Defensoria Pública. Talvez a população ainda não tenha se apropriado desse direito fundamental que está na Constituição, que é o direito sagrado do acesso à Justiça, sobretudo a quem mais precisa.

Santa Catarina foi um dos últimos Estados a implantar a Defensoria Pública, mesmo estando na Constituição desde 1988, e também só o fazendo por determinação do Supremo Tribunal. Então nós temos a tarefa fundamental, como cidadãos, independente da função que ocupemos, de estruturar essa Defensoria para que ela cumpra com a sua função, que é de assistir, defender e fazer com que a população tenha acesso à Justiça.

É preciso que não tenhamos mais essa dicotomia sombreando o tempo todo, que para mim não cabe mais, entre a Defensoria Dativa e a Defensoria Pública. Não há o que comparar. Para quem compreende efetivamente o trabalho, desde o processo inicial até o processo final da garantia do direito do cidadão, a Defensoria Pública é a que está presente em todos os momentos na defesa do cidadão brasileiro.

Então, eu quero dizer que não estamos aqui para fazer um remendo da Defensoria Dativa, para fazer um complemento. Nós queremos estruturar a Defensoria Pública como mecanismo forte de defesa do cidadão catarinense. (*Palmas.*) Nós conseguimos aqui na Assembleia Legislativa apenas incluir na lei, num primeiro momento, por parte do Poder Executivo, os 21 Núcleos, mas temos que nesta audiência dar um passo maior. Já temos quase um ano de implantação da Defensoria e está mais do que na hora de conseguirmos vislumbrar todos os Defensores que passaram no concurso sendo chamados, todos os analistas e os técnicos sendo chamados, e vermos a criação de um fundo estadual para que tenhamos recursos para estruturar com dignidade essa Defensoria Pública.

Esse é o tom do debate que precisamos trazer à tona hoje, de forma bem objetiva: a estruturação, com recursos financeiros e também de pessoal. É isso o que queremos.

Eu quero dizer que eu tive o privilégio de visitar apenas a Defensoria de Florianópolis e a de Chapecó, mas eu prometo a vocês que vou visitar todos os Núcleos. Mas fiquei muito emocionada e feliz em saber que podemos contar com jovens mulheres e homens que têm tanta vontade de defender com tanto brilhantismo as causas da nossa população. Então, que vocês tenham neste Parlamento e nesta Comissão o integral apoio para estruturar essa luta tão bonita e tão reconhecida.

Antes de passar a palavra aos membros da mesa, quero combinar com vocês o teto da nossa audiência. É possível trabalharmos com um teto de duas horas? (*A plenária concorda.*) Então eu vou proceder da seguinte forma, para que vocês também possam se situar: num primeiro momento vou passar a palavra aos componentes da mesa e depois vou abrir para dez falas da plateia. Quem quiser se manifestar ao microfone ou por escrito, pode se inscrever com a assessoria da Comissão.

Assim, inicialmente passo a palavra ao senhor Ronaldo Francisco, presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado de Santa Catarina, para que em nome dos Defensores faça a sua manifestação.

O SR. RONALDO FRANCISCO - Presidente, se a senhora não se incomodar em inverter a ordem dos trabalhos, vou pedir que a palavra seja primeiramente permitida ao doutor Ivan César Ranzolin, até porque vou apresentar um sucinto relatório da atuação da Defensoria Pública e, por questão de cronograma de trabalho, ficaria melhor a inversão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Passamos, então, a palavra ao senhor Ivan César Ranzolin, Defensor Público-Geral do Estado de Santa Catarina.

O SR. DEFENSOR PÚBLICO-GERAL IVAN CÉSAR RANZOLIN -

Em primeiro lugar, Deputada, quero cumprimentar a senhora, que é pioneira na luta pela Defensoria. Eu não tive o privilégio de estar nesta Casa quando a senhora foi eleita Deputada, mas acompanho o seu trabalho, bem como todos os atos que praticamos informamos esta Casa. Eu até fiz um desafio à senhora para que visitasse as nossas Defensorias, porque a sua presença como pioneira nessa luta pela Defensoria é muito importante.

Em segundo lugar, eu não vou traçar um histórico da Defensoria, porque aqui tem Defensores, técnicos, analistas e pretendentes, então não adianta eu perder tempo e repetir as dificuldades que nós passamos para instalar a Defensoria. Mas devo dizer apenas, num relato breve, que temos 15 Defensores em Florianópolis, um Defensor que hoje não atua, por disposição legal, pois a lei assim determina, que é o Ronaldo, eleito presidente da Associação, mas que faz um trabalho brilhante para a Defensoria, temos em Joinville 6 Defensores, com um grupo de técnicos e analistas que dão cobertura ao trabalho da Defensoria, temos em Chapecó, Lages, Criciúma, Blumenau e Itajaí 5 Defensores, com a estrutura que nós colocamos lá. No começo foi muito difícil, porque tivemos que no mesmo mês instalar a Defensoria para 45 Defensores, e eles tomaram posse no dia 9 e a partir do dia 10 fizeram aquele mutirão e foram para as penitenciárias, depois é que fizemos um curso, mas tendo um tempo exíguo para instalar essas Defensorias.

Hoje, felizmente, estamos em 22 Comarcas, mas estamos sentindo as dificuldades de atender o hipossuficiente em todo o Estado. O atendimento jurídico, a assistência jurídica ao necessitado é um dever do Estado, e na realidade isso vinha sendo executado pela Defensoria Dativa, mas não vou mais falar sobre isso, porque ela deixou de existir em março do ano passado, e passou a Defensoria Pública a ser a ponta de lança da defesa do hipossuficiente.

Então, na realidade nós sentimos que o número de Defensores é pequeno. Mas nós não tínhamos uma prova para apresentar às autoridades, para apresentar ao Governador do que significava a Defensoria. No final do ano o doutor Zaccarão, junto com os Defensores e com as coordenações regionais, apresentou o relatório, que levamos ao Governador, distribuimos aos Deputados na Assembleia, entregamos ao Presidente do Tribunal de Justiça, que nos visitou - foi o próprio presidente da Associação que entregou ao Presidente do Tribunal de Justiça -, e quando entregamos o relatório dissemos ao Governador que ali estava o trabalho, o que até então não tínhamos - e o pessoal nem sabia o que era Defensoria. Hoje, onde existe a Defensoria, a população está supersatisfeita, os Juízes que trabalham com os Defensores só têm dado elogios e o Presidente do Tribunal de Justiça, além de elogiar, disse que a Defensoria de Santa Catarina, pelo caminho que está trilhando, seria a melhor do Brasil.

Eu não quero dizer que vai ser a melhor, porque não queremos ter essa pretensão, mas se tivermos uma das melhores, isso vai dar uma satisfação geral para a qualidade de Santa Catarina.

Em janeiro eu estive no Rio de Janeiro, e tenho procurado levar comigo o Ronaldo, que representa a categoria, para estar a par das coisas que estão acontecendo, e quando apresentamos o relatório recebemos posteriormente das demais Defensorias a informação de que pelo número de Defensores que temos, nós fizemos o maior número de atendimento no Brasil. Então isso é muito importante.

Quando começamos a planejar - e o Vinícius cobra muito planejamento -, fizemos um orçamento e dentro do orçamento estava um planejamento, mas com o dinheiro que nós temos não concluímos o planejado, porque nós tínhamos que ter a expectativa de planejar o quê? Agora nós podemos planejar.

Quero dizer para os senhores que nós fizemos um planejamento e colocamos, Deputada, no orçamento que a Assembleia aprovou, um número suficiente para pagar o subsídio de 120 Defensores, dos analistas e técnicos. Portanto, nós planejamos e previmos isso em agosto do ano passamos, quando queríamos mais sessenta Defensores. Daí veio o auxílio dos senhores, o trabalho da Associação, a presença dos Defensores aprovados em concurso - mas que não têm o direito líquido e certo, porque não tem as vagas -, e somando tudo isso ao trabalho da Assembleia, os pleitos dos Deputados, nós fizemos um grande mutirão, que acabou concluindo nesse documento que eu tenho em mãos.

Esse documento é o encaminhamento feito pelo Governador do Estado ao doutor Lio Marcos Marin - a senhora sabe que existe uma cobrança muito grande, existia até a possibilidade de abertura de uma ação civil pública -, que diz o seguinte, e não vou ler tudo:

(Passa a ler.)

"(...) encaminhou proposta de emenda à constituição estadual e projeto de lei complementar para criar e organizar a Defensoria Pública do Estado;

2) organizou e concluiu... (...)." (*Cópia fiel.*)

Fez todo o levantamento. Aí ele disse o seguinte:

(*Continua lendo.*)

"No entanto, por razões de ordem orçamentária e financeira, o provimento desses cargos será realizada em duas etapas, sendo 30 (trinta) em junho deste ano e 30 (trinta) em março de 2015.

(...)

Em suma, são as seguintes as medidas promovidas pelo Estado:

- 1- criação e nomeação de 60 (sessenta) Defensores Públicos;
- 2- criação e nomeação de 50 (cinquenta) cargos de analista técnico e 40 (quarenta) de técnico administrativo;
- 3- credenciamento de advogados para atuação suplementar; e
- 4- criação do Fundo da Defensoria Pública.

Com essas medidas, o Estado demonstra o seu comprometimento com o atendimento jurídico à população hipossuficiente." (*Cópia fiel.*)

Esses projetos estão sendo encaminhados à Assembleia Legislativa. Nós elaboramos os anteprojetos, entregamos em outubro do ano passado, no mês de novembro eu retirei esse anteprojeto da criação dos cargos, porque eu senti que o grupo gestor poderia rejeitar, e nos meses de janeiro foi reencaminhado e o Governador acabou aprovando e encaminhando esse documento.

Portanto, a notícia boa que temos é que teremos trinta Defensores no mês de junho, vamos preparar todo o aparato logístico para colocar esses trinta Defensores, e no mês de março teremos mais trinta Defensores, e com eles vêm analistas e técnicos. Amanhã temos uma primeira reunião preparatória para elaborarmos o planejamento, vamos ouvir a Associação, que ouve os coordenadores, para saber onde existe a maior prioridade para colocarmos os nossos Defensores.

Depois eu pediria ao doutor Zaccarão, que é o nosso Corregedor, que citasse rapidamente os números do reflexo do trabalho de um ano na Defensoria, na verdade menos de um ano, porque nós começamos no dia 15 de maio em Florianópolis, sendo que a última instalada foi em agosto.

Também gostaria de dizer que já está tendo repercussão o trabalho dos nossos Defensores. Nós temos trabalhos reconhecidos como excelentes inclusive pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Justiça, e hoje indicamos a doutora Glenda Rose Gonçalves Chaves para representar a nossa Defensoria lá no Paraná, fazendo parte da comissão que vai estabelecer o concurso público para Defensores. Então, já estamos mostrando o nosso trabalho. [*Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira*]

Eu quero dizer que estou Defensor, assumi um compromisso, cumprimos o compromisso dos sessenta cargos, e agora temos o prazo que nos foi dado pela Assembleia Legislativa de que o nosso mandato vai até setembro, dentro deste prazo nós queremos deixar os trinta nomeados acertados, com o apoio logístico, temos recursos para isso, e nós vamos então trabalhar em conjunto, como sempre fizemos. Eu não sei trabalhar sozinho, por isso nós vamos nos reunir com os representantes, com a associação, e vamos dar um equilíbrio, tenho certeza que a sociedade catarinense vai agradecer, porque onde tem a Defensoria eles não querem outra coisa, é a Defensoria.

Então, Deputado, a notícia boa é a de que o Governador atendeu ao nosso pleito. Quero dizer que este pleito não é meu; ele é meu, da Assembleia, dos Defensores atuais, dos defensores pretendentes, dos técnicos e dos analistas, todos num conjunto. Nós estamos com 235 pessoas trabalhando, entre Defensores, técnicos e analistas; estamos com quase sessenta estagiários, estamos trazendo mais oito agora. Também estamos designando alguns novos estagiários para algumas Comarcas.

Quero dizer, para a senhora o seguinte, todas as necessidades que a Defensoria precisar para atender o hipossuficiente, sempre vai poder contar comigo, e eu sempre vou precisar da Assembleia, do seu apoio e de todos os Deputados, porque tudo nasce aqui, nesta Casa.

O projeto vem do governo, mas é aqui que se vota. Eu fui Deputado tantos anos, então tenho que prestigiar o trabalho feito por esta Casa, porque às vezes as pessoas criticam. Aqueles que criticam vêm aqui para que a Assembleia tome decisões votando nisso ou naquilo. Portanto e esta Casa que vai definir as regras para que nós possamos realmente atingir aquilo que queremos.

No entanto quero cumprimentar os novos Defensores que estão chegando, não sei quais são os primeiros trinta, nem quais são os últimos trinta, mas quero dizer o seguinte: vocês vão chegar e já vão receber uma Casa quase pronta, porque a grande dificuldade foi com o primeiro grupo que chegou, agora já temos um caminho andado.

Então a boa notícia é a de que o governo se sensibilizou, está encaminhando à Assembleia esses projetos e nós vamos ter os recursos suficientes para darmos segmento a este trabalho extraordinário que vocês fazem pela sociedade catarinense.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Só um questionamento, o Governador informou quando vem o projeto autorizativo de criação de novos cargos para a Assembleia?

O SR. DEFENSOR PÚBLICO-GERAL IVAN CÉSAR RANZOLIN - Não! Ele não informou a data, mas eu acredito que os projetos estão prontos e ele não tem porque não encaminhar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Porque para a nomeação de novos defensores e técnicos a gente precisa criar novos técnicos.

O SR. DEFENSOR PÚBLICO-GERAL IVAN CÉSAR RANZOLIN - É, precisa criar os cargos, mas este projeto vem em regime de urgência. O Governador afirmou, até acho que falou isso para o Defensor, Ralf, se tiver problema de data ele edita uma medida provisória. Isso aqui é uma coisa definida. Então não há problema nenhum, porque os anteprojetos nós encaminhamos, estão prontos, apenas estão realmente fazendo uma análise, mas este documento é o suficiente e acredito no governo, que as coisas vão acontecer rapidamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Obrigada.

Passo a palavra ao Ronaldo Francisco, que fala em nome da Associação dos Defensores Públicos.

O SR. RONALDO FRANCISCO - (Cumprimenta os membros da mesa e as demais autoridades presentes)

Quero cumprimentar, especialmente, os colegas Defensores Públicos e os servidores que já fazem parte dos quadros da nossa Instituição; e os futuros defensores e futuros servidores, que o serão em breve. Muitos não acreditavam, achavam que não iria acontecer, mas o dia chegou. Em pouco tempo os senhores estarão ao nosso lado na árdua tarefa, porém bela luta de levar justiça ao cidadão que mais necessita.

Eu farei um sucinto relatório do que foi a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina no ano passado, no que está sendo a Defensoria Pública neste ano. Tentarei demonstrar isso aos senhores em números, explorei as nossas principais dificuldades, farei uma relação proporcional entre Defensoria Pública, Ministério Público e o Poder Judiciário; elencarei algumas ações pontuais de colegas Defensores e, ao final, farei as reivindicações que a classe tem. Nós usaremos o recurso do PowerPoint, o José Pedro vai colaborar comigo, eu falarei do púlpito, para facilitar.

A noção introdutória é sobre Defensoria Pública e sobre as nossas principais funções, e sei que para os senhores que militam todos os dias com o assunto Defensoria Pública, esse é um assunto já batido, mas não é. Se fosse um assunto já ultrapassado e com pleno conhecimento de todos habitantes deste Estado, nós não tínhamos discussões diárias nos veículos de comunicações, se continuamos com esse modelo que a Constituinte determinou, se vamos optar por uma terceira via, por uma quarta via; seremos um modelo misto com duas ou três vias. Se essa discussão existe é porque certamente ainda não se compreendeu - do modo correto - o que é Defensoria Pública. Por isso, há uma necessidade de, sempre que pudermos, dizermos para todos o que é a Defensoria Pública e o que ela tem que fazer.

(Procede-se à exibição de PowerPoint.)

Muito se discute, ainda, a respeito do qual modelo é correto para a prestação de assistência jurídica integral e gratuita ao hipossuficiente neste Estado, é porque ainda não se tem pleno conhecimento do que é Defensoria Pública. Alguns, certamente que aqui se fazem presentes, e a imprensa que acompanha o ato certamente divulgará, não tem este conhecimento total e essa é a razão da nossa sucinta exposição.

O que é a Defensoria Pública? A Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina é uma Instituição permanente cuja função, como expressão e instrumento do regime democrático, é oferecer, de forma integral e gratuita, aos cidadãos necessitados a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos, e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos.

Onde ela está prevista? A Defensoria Pública está prevista na Constituição Federal, no artigo 134. Além da disposição constitucional, a Lei Complementar Federal 80, de 1994, organizou a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos territórios, e também prescreveu normas gerais para a correta organização da Defensoria Pública nos Estados. Então, além da previsão constitucional, há uma lei complementar federal dizendo o que é a Defensoria Pública - basta lê-la para entender o que é Defensoria Pública. Apesar da expressa previsão constitucional e da Lei Complementar 80, de 1994, o Estado de Santa Catarina não implantou até 2013 sua Defensoria Pública, e o que existiu por quase 25 anos, como sabemos, foi o dito modelo de Defensoria Dativa.

Em 14 de março de 2012 o STF julgou procedentes duas Adins e, por conseguinte, declarou inconstitucionalidade das leis de Santa Catarina que dispunham sobre a assistência judiciária gratuita, realizada, até então, por meio da Defensoria Dativa. E determinou ainda que a Defensoria Pública fosse devida e efetivamente instalada no prazo de 12 meses, o que não foi. [Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos]

Ante a decisão proferida pela Corte Suprema, mais de 20 anos após a promulgação da Carta de 1988, Santa Catarina promoveu as alterações legislativas necessárias para a criação da nossa Defensoria Pública Estadual.

Deputada, esta é a primeira vez que nós participamos de uma sessão solene pública de prestação de contas ao povo catarinense e por isso a importância desta Casa e foi esta Casa que aprovou a Lei Complementar nº 575, de 2012, que institui a Defensoria Pública no nosso Estado.

Após os primeiros trâmites necessários à efetiva implantação, tão bem conduzida pelo Ivan Ranzolin, os primeiros 40 Defensores Públicos foram empossados e em seguida mais 15 Defensores Públicos tomaram posse, sendo que atualmente o quadro conta com 60 membros.

É necessário dizer que a Defensoria Pública - senhores, apesar de ser uma instituição estadual tanto quanto o Ministério Público, o Poder Judiciário e esta Casa de leis - não é vinculada ao governo. A Defensoria Pública possui autonomia, que é prevista diretamente pela própria Constituição Federal, e isso é mais uma das garantias para que os Defensores Públicos possam assistir juridicamente todos os hipossuficientes sem quaisquer espécies de constrangimento, vez que não obedecem ao Executivo em razão da autonomia da Defensoria Pública.

Internamente cada Defensor possui independência funcional para seguir a sua convicção em cada atuação judicial ou extrajudicial. A administração superior da Instituição é conduzida pelo Defensor Público-Geral, que é nomeado pelo Governador do Estado a partir de uma lista tríplice formada pelos candidatos mais votados em eleição com participação de toda a carreira, pelos membros da carreira de Defensores Públicos, tal como ocorre no MP e em outras instituições análogas.

O principal órgão da Defensoria Pública do Estado para tomada de decisões internas é o Conselho Superior da Defensoria Pública, que é formado por quatro membros natos, o Defensor Público-Geral do Estado de Santa Catarina (DPG), Ivan César Ranzolin; Subdefensor Público-Geral, Sadi Lima; Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, George Dias Zaccarão; e o ouvidor, que a Defensoria ainda não conta. Além desses membros o Conselho tem que ser formado por cinco membros eleitos. Na DPSC, por ora, apenas os membros nomeados pelo Governador do Estado decidem os rumos da Instituição, sem a possibilidade de voto por parte dos Defensores Públicos.

Feito esta breve introdução, eu volto ao começo. A discussão que sempre acontece quando nós solicitamos mais Defensores Públicos é a de que nós custamos mais. Deputada, doutor Ivan e doutor Jorge, escuto isso com os colegas diariamente: "é mais uma Instituição, para atacar voraz e famintamente os já combatidos cofres públicos do erário catarinense." É assim que nos recebem na Fazenda e é isso que dizem a respeito da Defensoria Pública. E sugerem sempre um modelo alternativo, sendo que o argumento para sugerir o modelo alternativo é sempre o argumento financeiro.

Esta é a razão que nós passaremos de uma forma célere pelas principais funções da Defensoria Pública. Eu disse ao doutor Antônio Gavazzoni em uma das minhas incursões na Fazenda, doutor Ivan, que o Estado tem que ter uma estrutura, e esta estrutura tem custo para prestar saúde; que o Estado tem que ter uma estrutura, e esta estrutura também tem custo para entregar educação, porque a Constituição assim mandou. Ora, a Constituição também mandou entregar orientação jurídica e prestação jurídica integral e gratuita ao hipossuficiente e para isto ela também determinou que existisse uma estrutura.

Eu não posso dizer que entrego educação e saúde se na maioria das vezes para o hipossuficiente conseguir educação e saúde, ele vai ter que obter um provimento judicial favorável, ou seja, só garantindo o direito de acessar esses direitos é que estou garantindo educação e saúde. Então, há necessidade de uma estrutura sim. Por que há uma necessidade? Porque o serviço público realizado pela Defensoria Pública é tão importante quanto todos os demais serviços públicos que o Estado tem que prestar. Então essa desculpa que é mais caro ou é mais barato não pode subsistir. O Estado não pode fazer uma escolha de que vai deixar à iniciativa privada a educação e a saúde. Por que não pode? Porque a Constituição diz que saúde e educação por parte da iniciativa privada tem que ser de forma complementar. Então o Estado também não pode deixar para o sistema privado ou qualquer outra instituição a prestação de assistência jurídica, é a Defensoria Pública que tem que fazê-lo. Isto é fato, e contra fato infelizmente não há argumentos.

Vou repassar com os senhores brevemente, José Pedro, as principais funções institucionais da Defensoria Pública e vamos repassá-las de forma célere, por quê? Porque sempre que nós ouvimos... - e respeito extremamente a Ordem dos Advogados do Brasil, o senhor Presidente e todos os demais que compõe aquela Casa, como todos os advogados deste Estado, a função deles é tão nobre quanto a nossa e a nossa função é tão nobre quanto a deles, mas são duas funções distintas, são dois tipos de atividades completamente distintas e sempre se esquece disto na hora das argumentações.

Então, vamos dar uma olhada de forma rápida.

A Lei Complementar Estadual nº 575, de 2012, elenca as principais funções jurisdicionais da Defensoria Pública Estadual, funções institucionais.

Prestar orientação jurídica. A Defensoria tem por missão precípua, orientar juridicamente, resolver os problemas e as celeumas que lhes chegam diariamente por meio de orientação e não por meio de egresso de ação judicial.

Promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios. É função da Defensoria Pública compor, vamos ver depois a quantidade de acordos que a Defensoria efetuou no ano de 2013 e neste ano principalmente na seara de família.

Promover difusão e a conscientização dos direitos humanos da cidadania e do ordenamento jurídico.

Vejam bem, senhores, não é a única função do Defensor Público receber uma carga processual, que é extremamente grande, todos os dias ou todas as semanas, em seu gabinete, despachar, exarar as manifestações jurídicas e devolver ao Judiciário. Ser Defensor Público é muito mais do que isto.

Prestar atendimento interdisciplinar. A nossa Instituição não tem conseguido fazer isso ainda, mas pode fazer num futuro breve, esperamos.

Representar os sistemas internacionais e processão dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos. O Defensor Público pode por previsão expressa em duas leis: peticionar qualquer Corte Nacional ou Internacional de Direitos Humanos.

Promover ação civil pública a partir da inclusão da Defensoria Pública num rol de legitimados. Através da Lei da Ação Civil Pública, a Defensoria Pública passou a ter mais esse importante instrumento na defesa dos direitos, difusos e coletivos, dos hipossuficientes que por ventura forem violados.

Exercer a defesa dos direitos e interesses individuais, difusos, coletivos e individuais homogêneos e dos direitos do consumidor. Vejam bem, a Defensoria Pública tem que defender o consumidor, ela tem que ter núcleo de defesa do consumidor, mas falaremos disso mais adiante, ela tem que ter núcleo da defesa da mulher, núcleo da defesa do idoso, núcleo de defesa do assistido que se encontra preso.

Essa é a função da Defensoria Pública e é isso que nos diferencia dos demais. E nós tenhamos que com urgência, urgentíssima, perder a vergonha de dizer: "que nós somos diferentes". Não, porque somos melhores! Mas simplesmente porque não somos, Deputados, não somos Promotores, não somos Magistrados e não somos advogados. Somos - e espero sermos até o final da vida - Defensores Públicos.

Atuar nos estabelecimentos policiais, penitenciários e de internações de adolescentes, com vistas a assegurar às pessoas sob quaisquer circunstâncias o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais. Ora, o advogado, Defensor do condenado tem um, dois ou três clientes dentro do estabelecimento penal. A Defensoria Pública enquanto Instituição, enquanto órgão da execução penal, lá, previsto diretamente pelo texto da LEP, ela deve funcionar analisando todo o

funcionamento da execução penal, ela deve comparecer ao presídio, ela deve verificar todos os processos que tramitam nas respectivas varas de execução penal, inclusive naqueles que tem advogado constituído. Isto é uma prova das mais cabais e definitivas de que as funções são completamente diferentes, por quê? Porque enquanto o advogado postula somente o direito dos seus clientes, e tem que fazê-lo, os advogados catarinenses, diga-se de passagem, fazem isto muito bem, a Defensoria Pública tem que velar pelo correto funcionamento, início, desenvolvimento e término da execução penal. (*Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V Bitencourt*)

O que a Defensoria Pública do Estado tem feito com certa frequência é peticionar em processo, independente de ter ou não Defensor constituído, pedindo que o Judiciário catarinense adéque as nossas execuções penais ao que determina o Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução 113. O Conselho Nacional de Justiça diz como tem que ser um processo de execução, diz os documentos que tem que ser juntados para formar à dita PEC, que nós chamamos de processo de execução do condenado, do apenado. A Defensoria Pública tem peticionado para que este direito seja respeitado e garantido.

Participar, quando tiver assento, dos Conselhos federais, estaduais e municipais afetos às funções institucionais da Defensoria Pública, respeitadas as atribuições de seus ramos. Os diversos Conselhos de Direitos Humanos como o Conselho Penitenciário, o Conselho de Mulher, de Idoso e etc., exigem a presença de um Defensor Público, sendo que esta é mais uma função do extenso rol de atribuições da Defensoria Pública.

Convocar audiências públicas para discutir matérias relacionadas às suas funções institucionais. Eu não li o rol todo, tem muito mais, e este rol é meramente elencativo, meramente simplificativo, inúmeras outras atribuições podem ser previstas em leis ordinárias ou complementares diversas, inúmeras outras atribuições que não são meramente previstas na Lei Complementar 575 e na Lei Complementar Federal 80, de 94, são também do Defensor Público por decorrência lógica, do sistema de funções institucionais do qual o Defensor Público faz parte.

Sei que àqueles que conhecem é cansativo, mas há necessidade em se falar o que a Defensoria Pública deve fazer.

Dito isto, vamos apresentar aos senhores de forma bem sucinta o que a Defensoria Pública fez em números no segundo semestre do ano, de 2013.

Uma vez que tomamos posse, no dia 9 de abril de 2013, fomos acalmar o sistema penitenciário catarinense por meio de um mutirão, e o fizemos muito bem, em seguida começamos a nos deslocar para o interior para assumirmos as nossas funções nos núcleos regionais. Então, praticamente a Defensoria Pública começou a funcionar a partir do segundo semestre. A atuação da DPE foi no dia 15 de abril, quando alguns Defensores começaram a atuar, a 15 de dezembro de 2013.

Mais a frente eu vou mostrar os números que fizemos esta produtividade e como seria se tivéssemos os Defensores Públicos que necessitamos.

Foram realizados 12.333 atendimentos pelos Defensores Públicos; foram realizados 24.470 atos, petições ajuizadas ou respondidas ou petições interlocutórias; foram realizadas 5.318 audiências; e 448 acordos extrajudiciais; totalizando 42.569 atos ou atendimentos.

Os senhores podem me perguntar: por que a gente não coloca esses números numa tabela para ver o quanto o Estado teria gastado efetivamente se não tivesse Defensoria Pública? Porque esta discussão não existe, porque o modelo é este. Sermos o mais barato ou sermos o mais caro não está em discussão e isto precisa ficar muito claro.

Atuação da Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina no primeiro trimestre de 2014.

A produtividade. Foram realizados 3.894 atendimentos pelos Defensores Públicos; foram realizados 9.610 atos, petições ajuizadas ou respondidas ou interlocutórias; foram realizadas 2.252 audiências; e 130 acordos extrajudiciais; totalizando 15.886.

Em seguida, vamos analisar de forma individual, de forma rápida, alguns exemplos pontuais da atuação da Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina, da ação coletiva. Lembrando aos senhores que ainda não temos um núcleo de tutela coletiva no âmbito da Defensoria Pública, dada a pequena quantidade de membros.

Ação civil pública visando à dilação do prazo para a apresentação de exames médicos no concurso de ingresso na carreira da Polícia Militar. Salve engano, foi o colega Daniel que ajuizou essa CP, teve a liminar negada e posteriormente foi provida.

Ação civil pública impugnando a regra que exigia a altura mínima de 1,65 às mulheres que pretendesse ingressar na carreira da PM. A Defensoria Pública ajuizou uma ação para discutir isso e afastar essa exigência.

Ação civil pública impugnando a regra que proibia candidatos portadores de tatuagem que prestassem o concurso da PM.

Ação civil pública ajuizada em conjunto com o MP, visando o aumento de número de vagas em creches no Município de Florianópolis.

Ação civil pública objetivando a interdição da sela da sexta DP, utilizadas para abrigar adolescentes apreendidos em flagrante, além do tempo máximo permitido pela legislação pertinente e em condições absolutamente desumanas.

Ação civil pública objetivando a demolição da sela da Central de Plantão Policial.

Ação civil pública para a interdição da central de triagem de preso da Capital.

Habeas corpus coletivo buscando salvaguardar os direitos dos presos lotados em delegacias policiais. Eles não podem ficar lá porque delegacia não é presídio.

Ação civil pública para que o Estado tomasse medidas visando o afastamento do chefe de segurança, do coordenador e do presidente da ONG que geriu o Casep de Itajaí, salve engano ajuizada pelo colega Tiago.

Ação civil pública pleiteando o fornecimento de consultas médicas psiquiátricas aos cidadãos hipossuficientes de Itajaí, que não tinham acesso. A Defensoria Pública salvaguardando a sanidade mental dos hipossuficientes itajaíense.

Ação civil pública objetivando o afastamento dos cuidadores do abrigo de adolescentes de Itajaí. Não cumpriam com as suas funções e maltratavam os adolescentes lá internados.

Estas são algumas atuações pontuais da Defensoria Pública, mas temos inúmeras outras.

Dito isso, nos cabe analisar como se encontra a assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos no Estado de Santa Catarina e qual é o panorama atual após a existência da Defensoria Pública.

O primeiro número é o número de Comarcas, lembrando que a maioria dos dados nós conseguimos com a Corregedoria-Geral da Justiça, o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, na página do MP ou em relatórios da Defensoria Pública.

Existem 111 Comarcas no Estado e dessas 21 Comarcas têm a atuação de Defensores Públicos, tem a presença da Defensoria Pública, ou seja, 90 Comarcas não têm Defensoria e 21 Comarcas com Defensoria Pública. Esta observação é relevante, em nenhuma Comarca há plena atuação da Defensoria Pública.

Hoje nós temos a presença da Defensoria em 21 núcleos, Deputada, mas nenhum deles é só Defensoria, e, onde existe esse sistema misto, sendo hoje na totalidade de 100% dos locais, a gente consegue vislumbrar as Varas que são atendidas por Defensores Públicos, e os Magistrados e os Promotores são testemunhas diárias das atuações dos colegas Defensores Públicos.

Quantidade de Varas existentes em 21 Comarcas, nas quais a DPE/SC encontra-se instalada. Pois bem, nessas 21 Comarcas, onde há Defensoria Pública, nós temos 145 Varas e na quantidade de Varas na qual a Defensoria Pública atua é de 70. Ou seja, mesmo onde nós estamos em 21 núcleos mais a sede, nós atuamos praticamente em metade do que é possível atuar.

Hoje a quantidade de Varas existentes no Estado de Santa Catarina é de 353 Varas; quantidades de Varas com atuação da Defensoria, 70. Vejam os senhores a proporção, daqui a pouco nós temos 400 Varas no Estado de Santa Catarina e não temos ainda 100 Varas com atuação da Defensoria Pública. Nós dizemos isso sempre porque é louvável a iniciativa do Governador do Estado de Santa Catarina de criar mais 60 cargos de Defensores Públicos e nós, enquanto membros de carreira, somos-lhes gratos por cumprir o seu mister, mas é pouco, muito pouco.

Outro número importante que a gente consegue perceber. Quantidade de Magistrados no Estado de Santa Catarina, cerca de 600; quantidade de Promotores de Justiça no Estado de Santa Catarina, cerca de 500. Não estamos contando Desembargadores, Procuradores de Justiça etc; quantidades de Defensores Públicos, 60. Nós somos em número 10% do que é o Judiciário. Lembrando que nós temos inúmeras atribuições outras, principalmente as judiciais, que o Poder Judiciário não possui. (*Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O.V. Bitencourt*)

Exemplo pontual, para que fique mais claro, e utilizaremos o da Capital. A Capital tem 52 varas, 80 Juízes, 78 Promotores e 15 aguerridos colegas. Joinville tem 24 varas, 29 Magistrados, 23

Promotores de Justiça e 6 Defensores Públicos. A situação de Joinville é lastimável, e as fotos - praticamente todos os dias, em frente à Defensoria Pública - nos revelam filas imensas de cidadãos aguardando. O agendamento de atendimento vai ficando cada vez mais longo e não se consegue fazer a triagem, como se deveria, do que é urgente e do que não é urgente, até porque isso demanda um atendimento.

O que nós precisamos para ampliar a Defensoria Pública e para chegarmos aos tão falados 509 Defensores Públicos? Nós precisamos que seja aprovado esse projeto de lei que altera a Lei Complementar 575/2012, que objetiva a criação de sessenta cargos de Defensores Públicos, cinquenta cargos de analistas técnicos e quarenta cargos de técnicos administrativos, dobrando, assim, o tamanho da nossa instituição. Aí nós já vamos ficar com 20% do que seria o ideal.

A observação é que o Governador do Estado comprometeu-se a encaminhar o referido PL à Alesc. É sabido que o Ministério Público do Estado de Santa Catarina instaurou um inquérito civil público no ano de 2013, por meio da sua Procuradoria-Geral de Justiça, para acompanhar a efetiva instalação da Defensoria Pública e analisar todos os problemas correlatos a não correta instalação. Nós aguardávamos esse compromisso do Governador há vários dias - o ofício é datado de dias atrás -, mas o Procurador-Geral de Justiça, doutor Lio, despachou no dia 31 de março para que fosse juntado ao ICP, sendo que a Associação tomou conhecimento ontem, no final do dia, e recebeu cópia do documento hoje pela manhã - e aprovar esse projeto de lei é um compromisso formal, creio eu, do Governador do Estado. Vamos aprovar logo, se possível, Deputada, para começarmos a brigar por mais sessenta vagas.

Além disso, nós contamos com o apoio desta Casa para a aprovação de PLs que propiciem o pleno exercício da autonomia que é assegurada constitucionalmente à Defensoria Pública. E quais são esses projetos? O projeto que autoriza a Defensoria Pública a regulamentar as suas próprias substituições. Estamos com um problema sério e grave, Deputada - e eu diria que é o mais grave que nós enfrentamos hoje -, porque os Defensores Públicos estão completando, no dia 9 de abril, um ano de posse, e o Defensor Público tem também direito a férias de trinta dias. Hoje, o colega Defensor está sobrecarregado, praticamente não consegue dar andamento ao seu trabalho - e aí ele vai sair do ofício e nós não temos, atualmente, uma regulamentação a respeito de como isso vai ocorrer, para quem vai ser passado esse trabalho.

O Judiciário já deixou bem claro, e com razão, que o problema é interno da Defensoria Pública. Os Defensores Públicos oficiaram aos Magistrados perante os quais atuam e comunicaram: "Olha, a partir do dia 1º de agosto estarei de férias até o final do mês de agosto. Solicito que sejam designadas audiências etc.". A resposta do Poder Judiciário, que é a correta e devida, é de que cabe à Defensoria Pública, enquanto instituição autônoma, resolver o problema internamente. O doutor Ivan encaminhou ao Governo do Estado um projeto referente a essa questão, bem como sobre as indenizações, e nós estamos aguardando o envio, pelo Executivo, do projeto à Alesc.

Por último, um tema que os colegas estão aguardando é o do aumento substancial do subsídio dos Defensores Públicos. Nós fazemos esse pedido, nós resolvemos expor esse pleito porque, num período inferior a vinte dias - sempre, desde que nós tomamos posse -, um Defensor Público tem ido embora da carreira, Deputada. Essa é uma carreira de vocacionados, essa é uma carreira de membros que escolheram ser Defensor Público. E quando nós perdemos membros para outras carreiras porque a vocação dos colegas é ser membro de outra carreira, é exercer outra função, é cumprir outro mister, não tem problema algum. Agora, quando os colegas vão embora, única e exclusivamente, em razão do subsídio, dói no coração. Nós temos exemplos recentes. A cada dezenove dias um Defensor Público tem ido embora, e nessa semana última que passou nós recebemos o comunicado de dois colegas que estão nos deixando - um deles, inclusive, está saindo para prestar outros concursos, porque tem possibilidade de concursos com remunerações maiores, mas, como disse, vai com o coração partido em razão do parco vencimento, se comparado às demais carreiras.

A título comparativo, para que não comparemos os nossos vencimentos aos vencimentos dos membros do MP e aos do Poder Judiciário - sob pena de amanhã termos que ouvir em todo o Estado de Santa Catarina que nós não começamos a trabalhar ainda e já queremos equiparação -, resolvemos trazer uma comparação do subsídio do nosso Defensor Público catarinense com o subsídio dos Defensores Públicos dos outros Estados.

E aí nós temos uma tabela. A gente inicia pelo Estado de Tocantins e começa a procurar o Estado de Santa Catarina. E nós

vamos indo, indo, indo, indo... E encontramos o Estado de Santa Catarina na última posição. O penúltimo é o Acre; o antepenúltimo é o Espírito Santo, que estava em greve até esses dias; e em último lugar está a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.

Por último, eu queria deixar para os senhores os números de cidadãos que a Defensoria Pública vai atingir com a contratação de mais 60 Defensores Públicos. A classe vai passar a ter 120 membros. A ideia é que se consiga, com esses 60 novos Defensores Públicos, preencher essas cerca de 75 varas que estão sem Defensores Públicos nas 21 Comarcas hoje. Se nós conseguirmos atender de forma plena as 21 Comarcas onde a Defensoria Pública já existe, aumentando um pouco as instalações físicas, a estrutura, esse tipo de coisa, sem aumentar exponencialmente o gasto com estrutura administrativa, de uma população de 6 milhões e 634 mil habitantes, a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina vai prestar assistência jurídica integral e gratuita em potencial a cerca de 3 milhões de habitantes. Ou seja, com 120 Defensores Públicos nós vamos resolver o problema de metade de Santa Catarina.

Por último, vamos expor um vídeo feito pela DPE de Joinville. Quando os nossos assistidos tomaram conhecimento da audiência pública, muitos se dispuseram a gravar depoimentos favoráveis e tal, mas como o tempo é curto vamos exibir apenas um.

(Procede-se à projeção de vídeo contendo um depoimento sobre o bom atendimento prestado pela Defensoria Pública de Santa Catarina.)

Essa é a nossa realidade diária, graças a Deus. Isso é bom demais. É uma estafa diária, mas ir para casa sabendo que se é útil, da maneira como nós somos, à sociedade catari nense, não tem preço.

Os colegas de Joinville tiveram a ideia, na semana passada ou na outra, de coletar assinaturas de pessoas que compareciam à Defensoria Pública e que eram favoráveis ao aumento do quadro de Defensores. Rapidamente se coletou mais de mil assinaturas, Deputada, sem se fazer qualquer tipo de esforço.

Por fim, eu queria dizer que espero voltar a esta Casa, no futuro, como Defensor Público para ver a Comissão de Direitos Humanos, Deputada, discutindo a criação do núcleo da mulher da Defensoria Pública, a criação do núcleo do idoso, a criação do núcleo do morador de rua, a criação do núcleo agrário da Defensoria Pública. Eu, sinceramente, espero voltar a esta Casa e ver esses debates e não mais debates sobre a estrutura da instituição. Eu quero ver cobrança por parte da Alesc. Quero ver a Alesc dizer que a Defensoria está bem estruturada, que tem Defensores Públicos suficientes, que tem dotação, que tem orçamento, que tem autonomia, que tem tudo o que foi pedido, e que apenas cumpra o seu papel, que é o de bem servir os hipossuficientes do Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - O Ronaldo nos deu uma aula sobre conquistas e sonhos, já projetando o futuro, e isso é muito bom. Não sei se vou estar aqui, mas espero estar bem pertinho para fazermos esse debate e podermos avançar, sobretudo porque temos grandes desafios no nosso Estado.

Eu quero registrar a presença do senhor Sandro Herval, assessor jurídico, representando o Deputado José Milton Scheffer, e também da senhora Ana Paula Renor, assessora jurídica, representando o Deputado Volmir Comin, a quem agradeço a participação.

Passo a palavra ao senhor George Dias Zaccarão, Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.

SR. GEORGE DIAS ZACCARÃO - Deputada, inicialmente agradeço o convite. Em nome de toda a Defensoria congratulo, em seu nome, toda a mesa, todos os meus colegas.

Eu gostaria que se manifestassem aqueles Defensores que foram aprovados ou que estão para tomar posse. Tem alguém presente? *(Várias pessoas levantam a mão.)*

Gente, deixem-me falar uma coisa muito séria para vocês: em momento algum o Ivan, o Sadi ou eu estivemos contra qualquer aumento de número de Defensores, pelo contrário. Para quem trabalha conosco, sabe que a vinda de vocês só vai facilitar o nosso trabalho. Estamos passando por situações complicadas, como bem foi dito sobre a própria substituição de colegas que entram de férias. Isso é uma preocupação diária, só que tem algumas situações que nós realmente não temos como definir e como resolver agora.

Dentro do que foi dito, eu gostaria de lembrar para vocês os pontos que realmente acho que valem ressaltar a respeito da Defensoria Pública e do que estamos vivendo hoje. No que se refere à proposta direta ao Poder Legislativo quanto à criação de cargos, isso não cabe ao DPG - essa proposta deve ser encaminhada pelo Executivo, só para lembrá-los. Quanto à fixação de reajuste e subsídios a todos os

membros (não só aos Defensores como também aos servidores), também não cabe ao DPG, muito menos a mim ou a qualquer outro, pois também é uma prerrogativa do Executivo. Sobre a deflagração de concurso público, também não cabe ao DPG, também vem do Executivo.

Bom, o que eu quero dizer com isso é que embora tenhamos muita vontade de que vocês venham a trabalhar conosco, existe toda uma situação que tem que ser resolvida antes disso, tem todo esse encaminhamento. Quem trabalha comigo e com o Ivan sabe que tentamos buscar o máximo possível de benefícios, mas esses benefícios muitas vezes esbarram em situações legais - isso vale para vale-alimentação, aumento, subsídios -; nós precisamos ter situações legais que nos permitam fazer isso. E aqueles que são nossos Defensores, que participaram da última reunião que tivemos, na qual em muitas situações eu fui enérgico... Eu repito para vocês: não vamos fazer uma coisa a respeito da qual não temos certeza, algo que não está legalmente permitido. Claro que, se tiver essa possibilidade, vocês podem ter certeza de que eu sou o primeiro - e não diferente de mim, o Ivan e o Sadi também - a trazer esse benefício para vocês.

Àqueles que ainda não chegaram, espero que venham logo porque estão nos fazendo realmente falta; e aos que estão já conosco, em função de tudo o que temos vivido, talvez devido a uma estrutura e a um subsídio que ainda demore e que precisa melhorar muito, sabemos disso, só posso dar os parabéns pelo trabalho que foi realizado por todos.

Muito obrigado *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Passo a palavra à senhora Daniela Félix, representante da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (Renap) e do Coletivo Catarina de Advocacia Popular

A SRA. DANIELA FÉLIX - Boa-noite a todos e a todas.

Deputada Luciane, gostaria de parabenizá-la por este trabalho. Eu estava fazendo aqui um breve resgate na minha memória e, desde 2008, eu acompanho todo o processo que suplica a instalação da Defensoria Pública, discutindo dentro das universidades e com os movimentos sociais a necessidade de o Estado de Santa Catarina ter uma Defensoria Pública atuante e forte. Por um lado, estou feliz de estar aqui um ano depois - estive aqui no ano passado, por ocasião das audiências públicas para forçar o estabelecimento da Defensoria Pública -, e neste ano estou vendo vários Defensores, pessoas com quem estamos militando cotidianamente, lutando pela continuidade e melhoria desse serviço que ainda é, como mostrou o Ronaldo, pouco.

Eu tive a experiência de ser Defensora Dativa aqui em Santa Catarina e a Defensoria Pública tem um potencial gigantesco de atuação, mas, ao mesmo tempo, estamos mitigando, pedindo migalhas ao governo do Estado. O Ronaldo trouxe o exemplo na sua fala quando disse que vai à Secretaria da Fazenda toda semana pedir verbas para a Defensoria Pública, igual à Saúde e à Educação. Mas estamos vendo o que o governo do Estado está fazendo com a Saúde e com a Educação. Essa semana mesmo, em Florianópolis, tivemos mortes em decorrência da má prestação do serviço em atendimento de emergência. Acho que a força dos movimentos sociais, nesse contexto, é de fazer esse enfrentamento sobre qual política o governo de Santa Catarina está colocando em discussão, na medida em que ele estabeleceu a Defensoria Pública no último minuto do segundo tempo, como foi feito no ano passado, com uma verba irrisória - e hoje estamos aqui ainda pedindo a ampliação e a melhoria da carreira, o que é muito mais do que justo.

Então, é um caos cotidiano quando vemos situações (que eu acho que vocês estão enfrentando institucionalmente) e experiências que temos coletado em fóruns sem termos ainda a presença da Defensoria Pública. Eu sou professora universitária e estou vendo como a falta de uma postura política de acesso à Justiça e de garantia de acesso à Justiça a todos os hipossuficientes do nosso Estado tem sobrecarregado a atividade dos escritórios modelos, que são carentes e também seletivos. Ou seja, nas Comarcas onde a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina não está presente, o Estado continua sonhando direito de acesso à Justiça. Nas varas em que a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina não está, ele continua sonhando. E o Estado foi condenado no STF por sonegar o direito de acesso à Justiça aos hipossuficientes aqui em Santa Catarina - ou seja, ele continua descumprindo, por opção política de não tornar essa instituição forte e com um número de Defensores necessário à prestação jurisdicional decente. E estamos aqui passando a mão.

Vocês são uns heróis, do ponto de vista da quantidade de atendimentos que fizeram neste ano. A Defensoria Dativa não fazia acordo extrajudicial porque não recebíamos, por exemplo. Então, o modelo de Defensoria Dativa não era - embora não esteja em discussão

- um modelo que garanta o acesso à Justiça. Por outro lado, nós que atuamos com movimentos de direitos humanos, com movimentos populares, continuamos tendo essa dificuldade de articulação com membros da Defensoria Pública do Estado para nos auxiliarem nessas ações coletivas.

Quem lida com movimento de pessoas em situação de rua, com pessoas sem teto, com as ocupações urbanas que vêm acontecendo no nosso Município, em São José - e que precisam, sim, da contribuição da Defensoria Pública do Estado -, não tem eco porque não existe instrumental humano que dê conta da demanda que existe para a função, para esse ofício que é importantíssimo para no Estado de Santa Catarina.

Então, do ponto de vista da sociedade civil, dos movimentos sociais, precisamos, sim, fazer audiências públicas como esta. E, se necessário for, Ronaldo, precisamos voltar aqui daqui a seis meses para pressionar sobre um novo projeto de lei que amplie o orçamento, o número de cargos não só de Defensores, mas de servidores, de estrutura, de equipamentos etc. Eu acompanhei pessoalmente toda essa evolução e institucionalização e vi as dificuldades de vocês. Então, é nesse sentido que eu acho que a nossa luta precisa continuar, sim.

Muito embora seja vontade do Poder Executivo, eu acho que a pressão popular - e as ruas têm mostrado isso com muita clareza - é fundamental para o fortalecimento da Defensoria Pública. Eu acho que precisaremos estar aqui outras vezes, se o nosso Governador não nos ouvir suplicando essa necessidade de garantia de direitos.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Eu passo a palavra ao senhor José Pedro Oliveira Rossés, presidente da Associação dos Servidores da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.

O SR. JOSÉ PEDRO OLIVEIRA ROSSÉS - Deputada Luciane Carminatti, Defensores, servidores públicos e demais autoridades presentes, eu sou presidente da ASDPESC, que é a Associação dos Servidores Públicos da Defensoria, Técnicos e Analistas.

Eu tenho a honra de participar desta audiência pública solicitada pela Deputada Luciane Carminatti, e a saúdo porque a audiência pública é a participação da sociedade para tomada de decisões importantes para a sociedade. A Defensoria, como sabem, tem uma grande repercussão social e econômica e ela, em si, representa o princípio democrático da participação.

Pois bem, como a audiência pública é para tratar da realidade da Defensoria, como todos sabem, como o Defensor Ronaldo já explicou, em Santa Catarina ela entrou meio que a força. O STF decidiu que seria inconstitucional o modelo da Defensoria Dativa como era prestado e hoje a Defensoria luta bastante para ter essa autonomia como prega a Constituição Federal. Em todo o Brasil a gente sabe que tem esse descaso com o atendimento à população carente, e justamente por quê? Porque isso representa a despesa corrente, não é um recurso que retorna para o Estado. Então, aqui em Santa Catarina eram milhares de advogados fazendo esse serviço de atendimento jurídico, sendo que hoje a gente tem apenas sessenta Defensores. Na verdade, são 50 cargos, mas efetivamente trabalhando temos apenas 45 analistas e 40 técnicos, com a ajuda de estagiários. E a gente sabe que não há como comparar o custo da advocacia, até porque a nossa função é um serviço público, como o Defensor Ronaldo falou.

Mas o que é importante dizer é que a atuação da Defensoria Pública vai muito além do processo. O Defensor Público, além de todas aquelas funções institucionais mencionadas pelo Defensor - como a inspeção e atendimento a presídios, penitenciárias, centros socioeducativos, a fiscalização da atuação dos profissionais, a verificação de eventuais abusos e providências para a devida responsabilização -, também tem a função sobre as ações civis públicas. Mas a gente sabe que a Defensoria tem muitos problemas, ainda mais em Santa Catarina, onde é uma instituição nova, onde ainda está se estruturando.

Hoje, como o Defensor explicou há pouco, o subsídio dos Defensores é um dos mais baixos, senão o mais baixo do Brasil - e dos analistas também, se comparados ao Rio Grande do Sul. Eu conversei com a presidenta da Associação de São Paulo e lá eles conseguiram aumento também, e hoje o nosso é um dos mais baixos. Além disso, a gente recebe um vale-alimentação meio irrisório, de R\$ 12,00. A gente sabe que para um assistido isso representa muito, mas para a gente conviver com R\$ 12,00... Por exemplo, a nossa técnica de Joinville é do litoral, se ela se mover para outro lugar fora de casa vai ter que pagar todos os custos e a situação vai ficar muito difícil.

Além disso, em relação ao Executivo e ao Judiciário, a gente trabalha 20 horas semanais a mais do que eles e recebe a pior

remuneração. Por esses motivos, infelizmente, a gente tem visto alta rotatividade nos nossos cargos e já aconteceram mais de dez exonerações a pedido, devido a insatisfações ou porque passaram para outros cargos - e nas chamadas para os nossos cargos já houve mais de 72 desistências.

A gente tem um total de 90 cargos, e 72 desistências mostram que o cargo não é muito atrativo. Mas, mesmo assim, a gente está lutando e trabalhando para os desassistidos porque essa é a nossa função e a gente está sendo pago para isso - e bem pago, apesar dessa comparação que tem gerado certa insatisfação da nossa classe.

Ficamos felizes com essa informação prestada de que vão dobrar os cargos, porque auxiliando a Defensoria, aumentando o contingente, a população passa a ser mais bem assistida. Mas não pode parar aí, como o Defensor falou, porque precisamos valorizar o servidor, porque o Defensor Público não trabalha sozinho, ele precisa de um corpo técnico. Além de técnicos e analistas, entendemos que seria necessária uma equipe multidisciplinar, como prega a Lei Complementar nº 80, composta por assistentes sociais, por psicólogos etc. Os Defensores que trabalham na Vara da Família sabem que existem muitas questões em que, às vezes, não precisaria haver litígio, bastaria uma pessoa com conhecimento técnico, um profissional da área. Às vezes, um assistido tem uma briga, vai procurar a Defensoria Pública e no dia seguinte já está pedindo a desistência. É uma questão social que poderia ser resolvida com uma equipe multidisciplinar de servidores, que ajudaria o quadro e a qualidade dos serviços da Defensoria.

Tendo em vista essa pressão do Estado de Santa Catarina em implantar a Defensoria, sequer temos um curso de preparação. Não temos hoje um plano de cargos, de carreira, trabalhamos mais e recebemos menos. Inclusive já requeremos administrativamente uma jornada de sete horas ininterruptas, como fazem o Judiciário e o Executivo no Estado, e aumento no vale-alimentação. Isso são equiparações que visam nos tratar de forma igual - não só igual, mas prestar um atendimento que satisfaça os servidores e, como consequência, também prestar um serviço adequado à população. Por quê? Porque esse esvaziamento de servidores acaba prejudicando não só os Defensores - que acabam treinando, tendo todo aquele aparato para o servidor, que de repente sai para passar em outro concurso -, como também o próprio assistido, porque às vezes as remoções prejudicam e o Defensor fica sem apoio técnico e administrativo.

As nossas reivindicações não param por aí, não são só pecuniárias. Nós desejamos colaborar para que a instituição tenha um grande futuro. Estamos trabalhando juntos, Defensores e servidores. Hoje estamos dando o melhor de nós para prestar um atendimento de excelência para os necessitados.

Por todos esses motivos é que acreditamos que precisa haver essa ampliação do quadro, sim, ela é essencial, e, além disso, ter a valorização do cargo até para não prejudicar o crescimento da Defensoria no Estado. Com essas medidas vamos manter um serviço adequado e o princípio da continuidade do serviço público.

É isso. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Obrigada, José.

Antes de passar a palavra para os inscritos eu quero agradecer o trabalho da Comissão de Direitos Humanos, dos servidores, da imprensa da Casa que se faz presente, do nosso taquígrafo e das nossas taquígrafas que estão registrando todas as manifestações.

Nós já temos aqui elencadas algumas questões que eu fui registrando para encaminhamento e nós estamos bem dentro do horário, então dá para sair daqui com vários encaminhamentos. Eu peço para se identificarem, para que fique tudo registrado.

Com a palavra o senhor Oziel Jocelino Leal.

O SR. OZIEL JOCELINO LEAL - Primeiramente, eu queria saudar a mesa e, saudando a mesa, saúdo os demais senhores e senhoras.

Sou cidadão aqui de Florianópolis e fiz o concurso público para a Defensoria, para assistente, e até agora estou aguardando como os demais. Já de antemão eu queria agradecer a vocês pelo serviço que vêm prestando para a sociedade.

Eu queria só levantar a questão da cidadania, porque no dicionário diz que ela é qualidade de Estado e a gente faz essa confusão, pois qualidade de Estado e qualidade de vida são duas coisas totalmente diferentes. Quero dizer também que já fiz um curso de mediação e arbitragem e seria interessante ter uma parte dessas dentro da Defensoria para não levar só para a parte litigiosa.

Outra questão: participei da primeira audiência pública quando teve a solicitação do número dos Defensores, sobre a questão da inconstitucionalidade, sobre a questão das filas que iram acontecer por causa disso. Então, é interessante fazer com que a Defensoria garanta esse direito do cidadão de Estado.

Eu tenho uma filha lá na escola do Rio Tavares, ela está até agora sem aula porque a escola não atende e os professores ficam reunidos. E a partir de hoje, se ela não tiver aula, vai perder o ano letivo. Isso não é só para a minha filha, mas para seiscentos alunos da comunidade. Então a gente fica sem saber quem procurar nessa hora. A gente já procurou várias pessoas, e nós vamos ter que procurar a parte litigiosa para poder garantir isso. Isso é conflitante. Então a gente coloca como proposta que houvesse um plantão, que a gente pudesse...

Outro caso que aconteceu comigo também foi que matriculei minha filha no Instituto Federal de Santa Catarina, e na hora de fazer a inscrição não tinha um documento oficial com foto. Ela tinha o CPF e a carteirinha de estudante, mas não tinha um documento com foto. Eu e ela fomos retirados da escola pela Polícia Militar e ela não pôde fazer a prova, sabe? E a gente não tinha para onde correr naquele momento. E aí entra a questão da jurisdição. Por que a lei é igual para todos? Por que o Estado de Santa Catarina não pode atingir a jurisdição federal nessa hora, se nós somos cidadãos aqui do Estado? Por que nós temos que procurar uma jurisdição federal?

Então, aí vem essa questão da importância da autonomia, a questão do subsídio para a pessoa desempenhar sua função como Defensor com mais intensidade. Acredito que isso é importante. Para fazer justiça por cidadania é preciso estarmos juntos.

Agradeço a oportunidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Gostaria de dizer para o Oziel que essa denúncia da escola nós tratamos ontem na Comissão de Educação, da qual sou Vice-Presidenta. Fizemos a denúncia à Secretaria de Educação pedindo explicações imediatas e estamos solicitando uma audiência com o Secretário, mas eu creio que o Defensor Público também pode agir e ajudar muito nessa ação, porque é uma escola que está em precaríssimas condições e os alunos estão perdendo aula.

A Comissão tem uma função, as Comissões aqui da Casa têm, mas a Defensoria soma e vice-versa. Então, quando trabalhamos juntos numa causa, temos mais força.

Com a palavra o senhor Ralf Zimmer Junior, Defensor Público do Núcleo da Capital e advogado licenciado

O SR. RALF ZIMMER JUNIOR - Boa-noite a todos.

Deputada Carminatti, Presidenta da mesa, quero lhe agradecer publicamente, não só por esta audiência pública, mas pelo que ocorreu antes dela. A senhora e o seu gabinete, que na pessoa do Gabriel sempre nos recebeu de portas abertas, são os grandes responsáveis, evidentemente, pela data de hoje, num momento histórico para Santa Catarina pela questão da Defensoria Pública.

O doutor Ivan Ranzolin presidiu esta Casa há vinte anos e viveu, no início da sua carreira política, a questão da ditadura, cujo golpe militar completa agora 50 anos. Inclusive este plenarinho tem o nome daquele cidadão cujo corpo até hoje não encontraram, o ex-Deputado Paulo Stuart Wright. Antes de nós começarmos a audiência pública, o doutor Ivan comentava comigo que o corpo daquele Deputado até hoje não foi encontrado por ele ter vindo a esta Casa defender os pobres, nos anos de chumbo, e contra a vontade dos generais da época - e aqui vou pedir vênias aos politicamente corretos, pois o hipossuficiente é o pobre. (*Taquígrafas-Revisoras: Almerinda Lemos Thomé e Iwana L. Lentz*)

Feitas essas considerações, também é um momento histórico porque estamos completando um ano como instituição - e aqui temos que ser verdadeiros, desculpe-me Deputada, desculpem-me os demais colegas -, mas uma instituição que foi mal-vinda em Santa Catarina. Eu, como catarinense, tenho um misto de alegria pelos colegas que hoje trabalham comigo e que são dedicados - muitos colegas não são catarinenses como eu sou, são mineiros, cariocas, gaúchos -; eles se dedicam a esta terra de uma maneira que nos dá gosto ver. A alegria provem dos senhores, doutora Glenda, doutor Thiago, demais colegas. Agora a tristeza, que é um sentimento misto, toma conta em que sentido? O nosso Estado, Deputada, é um Estado de excelência, os números dizem isso. Não só eu que sou natural de Chapecó e estou aqui em Florianópolis, mas é um Estado de excelência. Ultrapassamos até o Rio Grande do Sul, estamos com três times na série A agora (*risos*) e no ano que vem certamente o Avaí e o Joinville vão subir e nós vamos tomar conta, vai ser campeonato catarinense, mas isso é outra história.

Agora, eu fico envergonhado, como cidadão catarinense, com o fato de a nossa Defensoria ser vista como a última, como a menos estruturada, como a que paga pior, fico envergonhado. E daí, doutor Ivan, no mesmo momento em que reconheço em público e lhe agradeço, mais uma vez em público, o trabalho e a determinação, pois é um trabalho muito sério, muito transparente e com muita convicção, nessa mesma oportunidade eu friso o que os demais colegas já trouxeram a lume: é pouco, ainda é pouco, é muito pouco. E é chegada a hora de nós sairmos do plano das boas intenções e encontrarmos o das realizações. O Poder Executivo teve mais de um ano, agora com dinheiro, porque a desculpa antes era de que não estava pago, e vieram mais de R\$ 10 bilhões para o Estado - ao menos foi o que ouvi dizer na rádio a então Secretária da Articulação Institucional, doutora Ideli Salvatti. No primeiro mês de janeiro a arrecadação foi recorde, dados da Secretaria da Fazenda. Então, é chegada a hora de o Executivo, que é quem tem o poder de iniciativa de lei, como o doutor Jorge falou, acabar com as desculpas.

Nós vimos ontem uma reportagem: não é que não se tenha um modelo. Tem-se um modelo, o modelo da omissão, o modelo do cheque em branco ao Judiciário, presume-se a boa-fé. Mas a partir do momento, vimos ontem, em que houve nomeações num ato... Se vai receber ao final ou se não vai receber é outra história, mas o Poder Judiciário assinou um cheque do Erário - que eu pago, que todos que estão aqui pagam, que a família de todos que estão aqui paga, o hipossuficiente paga para advogado. Ainda estou inscrito na Ordem com as anotações e estilo, mas, com todo o respeito: R\$ 32 mil para a iniciativa privada, ninguém tem nada com isso - mas o Poder Público, um Juiz de piso, determinar o pagamento de R\$ 32 mil... Esse valor é maior que o salário do Presidente do Supremo Tribunal Federal, que trabalha o ano inteiro, que trabalha o mês inteiro com assuntos da mais relevante importância e que, pela Constituição (aquele livrinho que devemos obedecer), recebe o teto do Poder Público. Ele não recebe isso!

Então a gente tem um modelo em Santa Catarina, o modelo da omissão - parcial, mas tem. Omissão parcial reconhecida em parecer, e aqui eu faço vênias, se tiver algum representante ou alguém - aí é a parte que me dá orgulho, doutor Ivan. As nossas instituições são fortes. Parecer do eminente doutor Américo Bigaton, Procurador de Justiça, natural de Concórdia e que está na lista sêxtupla para Desembargador, que vai ser votada amanhã no Tribunal de Justiça. Ele não se acovardou, ele deu um parecer cuja conclusão - não é, doutor Ronaldo, a gente ainda ficou em dúvida sobre o que ele quis dizer, mas ele foi categórico -, lá pelas suas seis, oito laudas anteriores, que, sim, há uma omissão. Pela primeira vez uma instituição que não nós, em Santa Catarina, que trabalha com o Judiciário - seja o Ministério Público, a Procuradoria ou o Judiciário -, enfim, vem e admite: sim, há uma omissão.

Discordo levemente, doutor Ivan, e não quero com isso tecer críticas, mas é porque eu estou com o orgulho ferido como catarinense. Respeito quem pensa de forma diversa, mas particularmente me sinto mordido se nós não formos, dentro de três a cinco anos, a melhor Defensoria do Brasil. Eu não quero ser lembrado na casa em que quero passar o resto dos meus dias como a última Defensoria, como a pior estruturada. Quando se fala de Santa Catarina é isso o que se ouve. Eu quero que, quando se fale de Santa Catarina... Como membro da instituição vou lutar diuturnamente, e quem me conhece sabe que eu luto diuturnamente - erro muitas vezes e ficam aqui as minhas desculpas, porque quem sabe onde eu errei, sabe que eu erro muito. Mas eu me dedico muito. E vou me dedicar muito mais, muito mais mesmo, até que sejamos lembrados como a melhor Defensoria Pública do Brasil, porque temos a obrigação, não só como catarinenses, mas como brasileiros antes de tudo. Fomos os últimos - e aí é bíblico, os últimos serão os primeiros, não é, Deputada Carminatti? Aprendi lá em Chapecó, ainda na catequese - ou devem ser os primeiros. (*Risos.*) Desculpem, o Estado é laico, mas eu sou cristão. São valores que eu trago e enquanto não for o primeiro eu não vou descansar. A questão é essa.

Para terminar, quero agradecer a presença de todos, a dos servidores - gostei muito da camiseta, fico chateado que não a passaram para nós, queria ter comprado a camiseta e vindo com ela. Achei excelente a frase. Aproveito a oportunidade para agradecer aos colegas excelentes - porque eles não são excedentes, eles são excelentes pela forma que se organizaram, pelo caráter que têm, pelo diálogo franco. Eu conversei com muitos desses senhores que estão sentados aqui, por mais de um ano, por *e-mail*, sem nunca tê-los visto, e não teve um que quebrou com a palavra. "Não vamos entrar com a ação porque não é bom agora para o Estado entrar com a ação" - e não entraram. Isso há que se respeitar, são pessoas de muito caráter, de

muito brio. Também não poderia deixar de agradecer aos meus colegas, que trabalham muito e que acompanho no dia a dia.

Por último, antes de encerrar, eu também quero agradecer a minha esposa, com quem eu divido os dois amores, que são a Defensoria e o lar, porque às vezes falta tempo para cuidar dos filhos, buscar na escola, aquela coisa toda. Peço vêniãs aqui, em público, mas a senhora já sabe que se não suportar pode procurar a Defensoria Pública porque somos hipossuficientes (*risos*), que o Núcleo da Família talvez ajude num acordo, não é, Juliano? Até faço uma brincadeira, para encerrar, porque somos diferentes e, em certos aspectos, parecidos, e a gente não lucra com processos, a gente procura resolver problemas. O doutor Juliano estava comentando comigo esta semana que ele não instruiu nenhum processo que começou. Que maravilha! E ele não instruiu um processo sabe por que, doutora Deputada? Ele não instruiu porque conciliou todos. Ele conciliou todos.

Eram essas as minhas considerações.

Passo a palavra à mesa, meu muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Eu estou começando a ficar preocupada, porque nas próximas eleições vai aumentar o número de candidatos aqui para competir pelas mesmas vagas. (*Risos.*)

Eu passo agora a palavra ao Defensor Público Thiago Burlani Neves.

O SR. DEFENSOR THIAGO BURLANI NEVES - Primeiramente, gostaria de saudar a mesa e todos os presentes.

Eu estou aqui para passar um relato rápido deste ano de Defensoria. Eu tomei posse nesta Defensoria Pública, juntamente com os colegas, no dia 9 de abril do ano passado. Trata-se de uma instituição que visa mudar o *status quo* da sociedade. Nós damos direitos para aqueles que não conseguem acessá-los - talvez, por causa disso, nós causemos tantos sustos em outras instituições já consolidadas.

Eu tive a oportunidade - junto com a doutora Ludmila, com o doutor Juliano, com o doutor Charles e com o doutor Antônio - de fundar o Núcleo da Família aqui da Capital. Nesse meio tempo, muitas pessoas passaram na nossa frente. Atendi muitas pessoas, muita gente hipossuficiente financeiramente, muita gente instruída - mas o que mais me chama a atenção não são aquelas pessoas nas quais eu chego, consigo conversar, fazer um acordo e resolver suas vidas em pouco tempo. Há pessoas que chegam à nossa mesa e que a gente não consegue entender o que falam. Estou errado? A gente não consegue entender. Muitas pessoas chegavam e diziam que antes da Defensoria Pública elas ficavam pingando de escritório em escritório de advocacia porque não conseguiam ser atendidas - muitas vezes somos psicólogos, assistentes sociais e conselheiros amorosos, por que não?

Em razão dessas pessoas, eu chamo a atenção para um caso que atendemos de uma mulher que trazia uma ficha de processos extensa. Ela teve a oportunidade de ser atendida por mim e, por uma questão de logística do nosso Núcleo, repassei o atendimento para o doutor Antônio. Era um atendimento difícil em razão dos problemas sociais que aquela pessoa vivia, porque o assistido da Defensoria não tem só problemas jurídicos, ele tem muitos problemas sociais. E daí o doutor Antônio conseguiu resolver o problema dessa pessoa numa audiência de Família. Na ocasião, a assistida inclusive se ajoelhou perante o doutor Antônio, tamanha a felicidade.

O que eu quero é chamar a atenção para aquilo que o José Pedro falou: a nossa instituição vai necessitar, no futuro, de cargos de psicólogos e assistentes sociais para nós conseguirmos atingir os hipossuficientes financeiros, porque só assim a gente vai conseguir atingir os direitos humanos de forma eficaz.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Quero passar a palavra ao senhor Alessandro Cantelli.

O SR. ALESSANDRO CANTELLI - Boa-noite a todos. Vocês me conhecem, meu nome é Alessandro Cantelli, faço parte do grupo dos excelentes, que são aqueles que estão esperando a vaga. Primeiramente, cumprimento os componentes da mesa.

Para quem não me conhece ainda, a maioria dos que estão aqui presentes me conhece, eu fui durante muito tempo - desde que começou o concurso, a aprovação e tudo - uma pessoa não muito bem-vinda na Defensoria Pública. Por quê? Porque eu sou aquele cara que quer posição. Eu quero posição.

Foi muito boa a explanação do Corregedor-Geral da Defensoria Pública, do doutor Zaccarão, e eu gostei muito da vontade que o doutor Zaccarão colocou: "Olha, nós temos vontade, nós queremos fazer". A pergunta que eu tenho que fazer é a seguinte: doutor Ivan, se estivesse na sua mão o projeto, a decisão, o senhor

criaria mais sessenta vagas? Criaria - com certeza essa seria a resposta. "Vou criar mais sessenta vagas." Por que eu pergunto isso? Nós, todos os dias quando acordamos, o que fazemos? Nós entramos no *site* da Alesc para ver se o nosso projeto chegou, certo? E todo dia é a mesma história: não chegou, não chegou, não chegou, não chegou, e liga. Só que é assim: nós queremos ser defensores públicos. Nós lutamos todos os dias pelo nosso direito, desde agora.

A nossa condição de não bater no Estado é porque foi feito um acordo de cavalheiros. Para quem não sabe da nossa história, nós fizemos um acordo de cavalheiros com o Governador do Estado e com o Defensor Público. Nós concordamos que íamos suspender todas as nossas ações contra. Por quê? Porque este ano é muito importante e todo mundo sabe, é um ano de eleição. Perfeito. Nós estamos cumprindo com a nossa palavra.

Por que eu digo isso? Porque conforme o andamento do processo... O processo saiu da Defensoria Pública, foi até o Executivo e nós entramos em contato com o Executivo. O Executivo assinou e devolveu para o Defensor Público-Geral. Quem encaminha o processo, agora, para a Alesc, é o Defensor Público-Geral. Então a minha pergunta é a seguinte: qual é a data do encaminhamento? Porque este nosso encontro de hoje é muito importante, mas nós precisamos de datas. Por que nós precisamos de datas? Porque nós temos um acordo de cavalheiros, e um acordo é feito quando as duas partes trabalham juntas. Nós precisamos saber quando. "Ah, isso vai ficar a critério do Governador". Isso não nos basta! Porque na nossa discussão por *e-mail*, uma das nossas colegas colocou o seguinte: como nós poderemos lutar pelo direito dos outros se estamos nos omitindo diante dos nossos? Nós não estamos nos omitindo. Nós estamos cumprindo um acordo. É muito importante que hoje nós saíamos desta reunião com uma data. Nós precisamos de uma data deste projeto na Assembleia. Nós precisamos! De nada adianta nós nos reunirmos, debatermos, se não temos data.

O nosso representante junto ao governo é o Defensor Público-Geral. É muito importante que ele entre em contato e nos diga: "Tal dia vai chegar à Assembleia". Com essa data nós podemos sair hoje desta reunião dizendo que conseguimos dar mais um passo. E o Alessandro vai deixar de encher o saco como excelente, mas agora como, talvez, futuro Defensor Público.

Esse é o meu pedido, porque eu represento grande parte dos excelentes, do pessoal que está aqui fora e está lutando desde quando houve a homologação do nosso concurso. Desde aquela data muitos de vocês me viram em reuniões, enchendo o saco, brigando, sendo uma pessoa não bem-vinda na Defensoria, mas por um motivo bom. Então, nós precisamos de data. Não é, simplesmente, "Ah, o Governador". Não. Agora está na mão do Defensor Público-Geral. Nós temos que cobrar isso.

E antes de terminar gostaria muito de entregar a nossa camiseta oficial para o Defensor Público-Geral, para ele poder ir conversar com o Governador usando esta camiseta.

Muito Obrigado. (*Palmas.*)

(*Procede-se à entrega da camiseta ao Defensor Público-Geral, senhor Ivan César Ranzolin, que a veste.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Eu estou aqui sem camiseta. (*Risos.*)

(*Procede-se à entrega da camiseta à Deputada Estadual Luciane Caminatti.*)

O SR. DEFENSOR PÚBLICO-GERAL IVAN CÉSAR RANZOLIN - Vou vestir esta camiseta! Se vocês a deram para mim, eu vou vesti-la. Eu visto a camisa! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Obrigada. Mas depois vai ter que dizer a data, não tem jeito. Não pense que é só a camiseta! (*Risos.*)

Com a palavra a senhora Erli Aparecida Camargo, conselheira nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e coordenadora do MNDH em Santa Catarina.

A SRA. ERLI APARECIDA CAMARGO - Eu sou Erli Camargo, conselheira nacional do Movimento de Direitos Humanos e, nessa qualidade, coordenadora estadual. Eu não podia deixar de dar o meu recadinho também, porque por trás tem o grande coletivo, não é?

Eu vou começar dizendo o contrário da frase "pelos frutos se conhecem as árvores": pelas árvores se conhecem os frutos, neste caso. Antes de a Daniela chegar à luta eu já estava ajudando a fazer as audiências públicas lá com a professora Cida, na Unochapecó. Eu fazia parte do quadro de professores da Unoesc, na época, da UnC de Caçador, Curitiba e Videira.

Esta história que agora estamos vivendo, neste momento, já estava escrita. Não tinha jeito. Já estava estabelecido, antes mesmo de

nascer a Defensoria Pública, no dia em que nós não conseguimos, por ordem do Supremo Tribunal Federal, garantir a Defensoria Pública da forma como tinha sido prevista pelo movimento social e também pelos interessados, no caso, que queriam fazer concurso etc. e tal. Então, nós temos várias irregularidades que eu nem vou nomear porque vocês sabem quais são. [Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato]

E nessa caminhada, nessa trajetória, gostaria de dizer, por exemplo, que Santa Catarina é o terceiro Estado em estupro, que Lages, nossa terra, ex-Deputado Ivan - eu conheço bem sua trajetória política porque eu sou lajiana e antes de tudo brasileira -, como dizia o moço que não era de Santa Catarina, Lages é a 17ª em homicídio contra a mulher. Santa Catarina tem 23 Delegacias de Polícia Civil de Defesa da Criança, do Adolescente, do Idoso e da Mulher e em todas elas, sem exceção, falta pessoal, falta equipamento, o sistema não funciona, o plantão não isso, o delegado não aquilo, um não tem perfil, o outro não consegue atender direito. É uma lástima geral. Então, esses nove milhões que chegaram anunciados para o Pacto por Santa Catarina, é lamentável que agora comecem a tapar buracos antes das eleições e não consigam fazer o que é prioridade absoluta no nosso Estado.

A escola da qual vocês falavam, nós, como Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (está ali o meu colega, que é Conselheiro, eu sou coordenadora do Conselho Estadual, na plenária) no mês passado fizemos uma denúncia diretamente à Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente aqui da Alesc, pedindo providências. No Fórum de Educação do Estado fizemos também um encaminhamento - estamos, como se diz, de olho - e agora publicamente reitero esse pedido à Comissão de Direitos Humanos, Deputada e companheira Luciane, que seja realmente levado a sério e que a gente una as mãos, inclusive com os Defensores, para que isso seja solucionado o quanto antes. É uma coisa de uma imensa gravidade.

Digo ainda mais: que o fortalecimento da Defensoria Pública em Santa Catarina, no nosso modo de entender, e eu acredito que a Daniela concorda comigo porque faço minhas as palavras dela, bem como a do Oziel, e a do orador que me antecedeu, tudo o que nós queremos é que realmente funcione. Não tem outra palavra e não vai ser com discurso pré-eleitoral que nós vamos resolver esse problema, com certeza!

Eu quero dizer que vocês estão mal na foto porque a situação está precária em virtude de que estão tentando correr atrás de um contingente imenso para evitar que a Defensoria seja um INSS piorado, considerando que o INSS melhorou um monte de uns anos para cá. Nós estamos com um problema grave.

Quero dizer também, minha gente, que é uma pena que alguns tenham que aprender agora que a questão da Defensoria Pública é uma questão social mais do que jurídica. Mas que bom que estão aprendendo, porque as universidades, infelizmente, pouco ensinam nesse sentido. Ensinam a lidar com leis, mas para isso bastaria um manual de prática forense. Eu disse outras vezes aqui e repito: para ser um advogado qualquer manual de prática forense resolve; mas para ser um advogado de verdade, um defensor público, pior seria ainda porque aí você teria que sujar o pé na lama, do bairro mesmo, aprender com a população e ver qual é a sofrimento dela, para entender qual é realmente o papel do Defensor.

Então, parece que esse é um diálogo interno da categoria profissional e não da classe, porque para mim classe só tem duas: a que manda e a que obedece. Os hipossuficientes, obviamente, não estão na classe dos que mandam, e é para esses que nós nascemos, seja como advogado popular, que é o meu caso, o da Daniela e de outros tantos por aí, que prestamos, muitas vezes, um trabalho voluntário, abnegado e sofrido, seja com o salário que vocês já começaram a reclamar. Mas lembrem que antes de vocês, os professores aqui em Santa Catarina também não recebiam o piso salarial nacional, o que é uma vergonha nacional, entre outras coisas que eu nomearia durante três dias sem repetir nenhum item. Vocês iriam dormir, acordar e eu estaria falando do tanto de problemas que nós enfrentamos e que temos que ficar por aí correndo atrás do prejuízo e apagando incêndio a vida inteira.

Então, o Pacto por Santa Catarina nesse momento me parece, senhor Ivan Ranzolin, Defensor Público-Geral do Estado de Santa Catarina, nomeado... E diga-se que, no meu entender, também é um equívoco do governo, porque teria que ser eleito entre os concursados. É assim que funciona no resto do País e aqui foi diferente, mas aqui é diferente, aqui é uma coisa estranha, o Colombo é da minha cidade e eu tenho que admitir isso, tem umas coisas estranhas acontecendo por aí. Bem, o Pacto por Santa Catarina, neste momento, a partir desta audiência me parece que é, Deputada Luciane,

o fortalecimento da Defensoria como fortalecimento da cidadania e da democracia no nosso Estado. Fora disso é discurso, fora disso é falácia, é enganação!

Então, senhores defensores e servidores, não se deixem enganar e contem com o Movimento Nacional de Direitos Humanos para o que precisarem, estamos com as portas abertas, Conselheiro Jaime, para a gente dialogar, porque nós temos muitas demandas, como Cases, Caseps, semiliberdade, entre outras, sobre esse tema de total relevância e absoluta prioridade.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Passo a palavra ao senhor João Joffily Coutinho, Defensor Público do Núcleo de Chapecó.

O SR. DEFENSOR JOÃO JOFFILY COUTINHO - Boa-noite a todos da mesa, aos colegas, aos presentes, a senhora Erli Camargo.

Gostaria de reiterar boa parte das palavras que a senhora relatou aqui e de dizer que eu acho que o objetivo e o sentimento dos Defensores que aqui estão e dos futuros Defensores, dos servidores, é caminhar lado a lado com a população carente, principalmente com a sociedade civil organizada, que através dela... Eu acho que sociedade civil organizada aqui no Estado está há mais tempo... Inclusive, parte dela é o motivo de a gente estar aqui, então não tenho dúvida que hoje será muito importante a introdução da Defensoria Pública no seio da população mais carente.

No decorrer da organização desta audiência pública, eu tive a oportunidade de telefonar para alguns contatos - poucos ainda, acredito que muitos da sociedade civil organizada ficaram de fora - mas os poucos que entramos em contato nos receberam positivamente, e fico muito honrado de receber o apoio sem mesmo a sociedade civil organizada ter escutado sobre o meu trabalho específico. Ou seja, eu entrei em contato com a sociedade civil organizada aqui da Capital e eu estava lá em Chapecó, e em todo momento as pessoas falavam que iriam comparecer à audiência pública e aproveitavam o gancho para falar que em Chapecó conheciam parte das pessoas que tinham interesse em conversar conosco. O papo rolou e foi deixado o contato para que se tivesse essa aproximação.

No nosso primeiro ano, trazendo a realidade da qual eu participei em Chapecó, quando cheguei na briga era para conseguir um local para o trabalho. O José Pedro esteve lá desde o início e pode falar melhor do que eu. Hoje a gente já consegue respirar um pouco para fazer esse próximo contato que é o mais importante. Eu não tenho dúvida, e acho que aqui é o sentimento de todos, que o objetivo número um é a ajuda e a luta pela sociedade hipossuficiente. [Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz]

E quero dizer que também concordo no sentido de que a gente, realmente, tem que deixar um pouco as promessas de lado e ver coisas concretas acontecendo.

Hoje vimos aqui uma promessa que todos nós esperamos que se concretize porque ela é oficial, visto que é do governo. Esperamos que o nosso Defensor Público Geral se empenhe para que essa promessa se concretize. Até porque, neste ano de trabalho, como foi dito, alguns Defensores daqui a pouco vão ter seu direito a férias e também porque trabalho chama trabalho. Então, em um determinado momento a gente vai ficando conhecido pela sociedade e o trabalho vai aumentando - a gente está entrando em colapso; estamos chegando a um momento em que nós não vamos conseguir mais atender porque vai ser humanamente impossível dar conta da demanda. Os Defensores, não tenho dúvida, se sensibilizam e se empenham pelo seu trabalho diário, e ocorrem problemas como estamos tendo em Chapecó, onde uma Defensora, totalmente engajada na causa e vendo a impossibilidade de atender aquela população que bate na porta para pedir socorro, fica com um "problema de nervos" por não conseguir mais trabalhar porque não sabe como resolver tantos problemas sozinha e sem estrutura.

Eu queria aproveitar para fazer outro pedido: os Defensores Públicos querem não só a participação nas opiniões da instituição, mas a participação efetiva nas tomadas de decisão da instituição, porque isso é importante. Nós, que estamos na ponta da execução da atuação da Defensoria Pública, melhor do que ninguém, sabemos olhar as demandas que precisamos. Então, realmente precisamos trabalhar com os três membros da nossa Defensoria Pública-Geral para participar dando opiniões e sugestões. Mais uma vez quero falar que, como a senhora disse muito corretamente (*dirige-se à senhora Erli Camargo*), em todas as outras Defensorias do País as decisões são tomadas por Defensores Públicos concursados que atuam diariamente no bê-á-bá das demandas.

Então, essa é a opinião de um Defensor Público isolado de que a gente quer participar muito das decisões da Defensoria Pública.

E aproveitando o gancho do doutor Zaccarão, se tem uma coisa que a nossa instituição poderia decidir hoje é a participação dos Defensores Públicos no Conselho Superior - basta a decisão dos três para que nós participemos -, e assim seria feito.

Por fim, gostaria de dizer para os colegas aprovados que estamos juntos desde o início. Essa é uma conquista muito grande e espero que seja uma realidade, porque nós precisamos muito de vocês aqui com a gente. Não tenho dúvida de que desde o início vocês querem muito isto, e eu acho que um dos requisitos para ser Defensor Público é querer muito ser um Defensor Público, e isso vocês têm.

Doutor Ivan, realmente - falando agora pelo Núcleo de Chapecó, por alguns colegas que estão próximos - precisamos de mais Defensor atuando conosco, porque caso contrário não daremos conta do recado. E a sociedade civil tem todo o direito de reclamar isso da gente, porque afinal de contas nós já existimos e temos que dar conta do recado - lógico que dentro de um universo possível.

Então, espero um empenho da nossa Defensoria Pública-Geral para que esse projeto de lei se concretize e se torne lei com a criação de mais cargos de Defensores e servidores.

Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Com a palavra a senhora Fernanda Mambriini Rudolfo, Defensora Pública.

A SRA. FERNANDA MAMBRINI RUDOLFO - Boa-noite. Gostaria de cumprimentar a mesa e os demais presentes.

Não tenho o dom da palavra, da oratória como muitos colegas que passaram por aqui, mas também gostaria de dar o meu recado.

Atrasei-me um pouco para esta importante audiência pública porque eu estava numa sessão do Tribunal do Júri, e utilizo uma frase que é muito falada - acho que em quase todas as sessões o Ministério Público fala: a função do Ministério Público e de todo o Promotor de Justiça, de todo o operador de Direito é não perder a capacidade de se indignar. Acho estranho porque, como Defensores Públicos, o que mais nós ouvimos desde que tomamos posse é justamente para não nos indignarmos.

Mas a Defensoria Pública já foi criada, já se avançou mais, já tem uma sede, já se tem funcionários, já melhorou, enfim, já existe. Porém, isso não basta, não é o que a Constituição prevê; isso não é atendimento à população hipossuficiente, nós não estamos atendendo a todas as pessoas em situação de vulnerabilidade. Nós estamos negando aos cidadãos catarinenses o direito a ter direitos.

E nós devemos continuar indignados sim e cada vez mais, seja dentro da nossa própria instituição, lutando pelo direito de decidir pelas vagas no Conselho Superior, pela participação em todas as decisões. Não meramente formal, mas que as nossas vozes sejam ouvidas e que seja perante outras instituições que tantas vezes, talvez até por um jogo de vaidades, não aceitam a Defensoria Pública em Santa Catarina.

Não é só por sermos mais baratos - tanto se fala em valores que vêm sendo pagos. Sim, é mais barato, mas não é só isso; é qualidade, é o que diz a Constituição, é uma carreira. Se falta um Promotor de Justiça em uma audiência, nunca se viu um Juiz determinando que fosse um Promotor *ad hoc*, fixando honorários para um Promotor de Justiça. Por que se faz isso com a Defensoria Pública? Por que durante tanto tempo se aceitou isso e se continua aceitando e pedindo que nós não nos indignemos em relação a isso. Se é uma carreira? E é uma carreira das mais essenciais para que a nossa população tenha os seus direitos garantidos.

Sei que é clichê, mas não posso deixar de repetir que a Defensoria Pública garante o direito a ter direitos. Todos nós, os sessenta Defensores Públicos atuando hoje em Santa Catarina, estamos dedicando dezesseis horas, dezoito horas dos nossos dias para tentar atender o máximo possível de assistidos, sendo que isso não é suficiente para que cheguemos perto de atingir esse objetivo, de concretizar a função da Defensoria Pública. Eu, assim como o doutor Ralf, não tenho a quem pedir desculpas porque muitos de nós estamos casados com a Defensoria Pública, e com prazer, pois essa é a nossa vocação, é o nosso desejo.

Nós vamos fazer tudo o que for possível para atender a população, mas precisamos de colaboração do Poder Executivo, do Poder Legislativo e das outras instituições que tantas vezes negam a existência da Defensoria Pública, seja o Poder Judiciário, o Ministério Público. Enfim, tanto nos falta Defensores Públicos, servidores, estrutura, como o apoio da nossa própria administração, e é por isso que nós temos que lutar. Nós estamos aqui tentando fazer o nosso melhor, mas não é o bastante. O nosso Estado tem que atuar, mudar,

tomar providências para que Santa Catarina seja um Estado de excelência não só para o turismo, mas para quem mora aqui neste Estado.

Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Como já passamos a palavra para todos os inscritos, eu queria fazer uma síntese de algumas ações que foram propostas aqui. Conversei um pouco, aqui, com o Ronaldo sobre como fazemos os encaminhamentos. Queria informar que depois que eu fiz a minha manifestação passarei a palavra ao senhor Ivan, a fim de ele responder algumas questões que foram levantadas.

Então, vamos ver se entramos em um acordo sobre as lutas que nós temos que continuar daqui para frente. Primeiro seria com relação ao projeto de lei que cria mais sessenta cargos de Defensores, cinquenta cargos de analistas e quarenta cargos de técnicos. Esse projeto é para ontem, para imediatamente; essa é uma luta para já.

O segundo ponto seria um projeto de lei - não sei se esse seria o termo correto - que regulamenta as funções. Enfim, do ponto de vista jurídico, depois vamos analisar qual seria o procedimento adequado.

O terceiro ponto seria a luta - claro, aqui não tem prazo, data; depois precisa ser aprovado em audiência - por condições de trabalho de forma geral para os Defensores, técnicos e analistas, e também a valoração do subsídio. Isso seria em conjunto, para não detalhar mais.

O quarto ponto seria no tocante a um novo concurso público, já visualizando que estes seriam chamados. Então precisamos continuar olhando no horizonte da estruturação da Defensoria.

Como quinto ponto - veio aqui uma ideia muito vaga, mas eu acho que necessita ser pensada - seria a estrutura plantão. Isso tem que ser estudado melhor, pensado em como fazer, como iria funcionar. Porque eu fico pensando em quantos direitos se negam nas madrugadas da vida e em quantas ações nós poderíamos fazer com mais decência e dignidade se nós tivéssemos o Defensor acompanhando.

O sexto ponto seria a gestão com participação - isso me lembra plano de governo. A Defensoria tem que ter a participação dos Defensores, dos servidores, porque precisamos abraçar a causa. Eu aprendi uma coisa como servidora pública: quando somos envolvidos com aquilo que fazemos nós somos mais responsáveis, não é verdade? Então, temos que estar envolvidos na nossa função, na nossa tarefa.

Há uma situação aqui que não é uma luta, mas eu acho que é uma ação que podemos fazer e queria me socializar com vocês. Foi falado aqui da formação. Não sei se todos sabem, mas temos na Assembleia Legislativa a Escola do Legislativo. Ela tem estrutura e orçamento próprios e viabiliza grandes seminários, eventos, debates, experiências, a integração entre os Estados. E enquanto vocês falavam eu ficava imaginando que hoje já cabe sim um grande evento nacional, chamado pela Defensoria Pública de Santa Catarina, para contar as coisas belas que vocês estão fazendo, chamar a sociedade civil, como a Erli bem aqui falou representando a sociedade civil, a fim de a sociedade também contar para a Defensoria as expectativas que ela tem. Nesse sentido acho que dá para fazermos um grande evento, porque a sociedade também tem que se apaixonar por essa causa, visto que isso é importante para ganharmos força, e o governo também tem que olhar cada vez mais com respeito para a Defensoria.

Estou aqui dando uma sugestão. Posso ajudar a fazer o meio de campo - os Deputados têm esta prerrogativa de ajudar a indicar projetos, eventos, e poderemos sentar e pensar com a Escola do Legislativo em um evento grande para colocar a Defensoria na vitrine. Também podemos trazer teóricos, a Escola pode viabilizar o deslocamento de palestrantes de qualquer lugar do mundo. Essa é prerrogativa da Escola; ela tem a intenção de qualificar, de dar formação. Isso é feito na Educação com os conselheiros tutelares. Trabalhamos muito essas dinâmicas porque sabemos das dificuldades que muitas vezes as instituições de ensino têm de viabilizar um evento sem custo.

Ronaldo, em teu nome e no do José, queríamos deixar aqui o compromisso de que podemos ajudar a pensar isso. Não sei se para 2014 ou para 2015, enfim, podemos engatilhar uma boa atividade de peso para discutir o assunto.

Não sei se tem alguma outra situação que foi levantada aqui e que ficou de fora. São esses os itens da pauta? (Pausa.)

Então, levante a mão quem concorda com as sugestões, porque elas têm que ser aprovadas na audiência.

(A plenária aquiesce por unanimidade.)

(O senhor Vinícius Garcia manifesta-se fora do microfone: "Falta definir o prazo.")

Depois eu vou passar a palavra ao Defensor Público-Geral Ivan Ranzolin, para ele responder o seu questionamento. Então, quero deixar essas sugestões como encaminhamentos.

Nesse momento, passo a palavra ao senhor Ronaldo Francisco, que gostaria de fazer uma proposição.

O SR. RONALDO FRANCISCO - Sabemos que a Defensoria Pública foi criada a partir do nascimento da frente ampla, e tu deves ter participado da frente ampla. Eu militei na frente ampla, que reuniu outras frentes menores, que desembocou na criação de Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina, e muita coisa aconteceu em Chapecó, só que muitos não sabem disso porque uma grande parte não é deste Estado. Eu sempre digo que, quando se for agradecer à existência da Defensoria Pública neste Estado, os olhos têm que ser voltados para o oeste catarinense, porque lá se começou a gritar alto para a criação da Defensoria Pública.

Essa frente foi extremamente vitoriosa porque ela culminou com a efetiva criação da Defensoria Pública. E nós discutimos, na outra audiência pública, a reativação daquela frente. Eu estive pensando um pouco mais, numa conversa que aconteceu no Gabinete da Deputada Luciane, e sugeriria como encaminhamento que criássemos formalmente uma frente pela ampliação da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina - desde já coloco a Associação dos Defensores Públicos à disposição para comporem tal frente. Obviamente, essa frente seria coordenada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, e agendaríamos para o mais breve possível a primeira reunião dessa frente, que teria como objetivo deliberar quais as organizações, representações da sociedade civil e de outras esferas que participariam, sem embargos de posterior aderência de outras - isso apenas para que já se consiga ter um núcleo. E também que já se estabelecesse um calendário anual de trabalho, porque daí a coisa realmente funciona.

Numa conversa, Vossa Excelência já colocou o seu gabinete à disposição. E essa frente ampla, além de lutar, de acompanhar todos os projetos que visam à ampliação da Defensoria Pública, ela pode servir como filtro para ouvir a voz de todos os movimentos sociais e entender o que o cidadão catarinense espera da nossa Defensoria Pública e pode conduzir isso para dentro da instituição a fim de discutirmos a criação de núcleos especializados de atendimento, e assim por diante.

Nesse sentido, eu acho que esse encaminhamento formal abrange a maioria dos encaminhamentos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Então, teríamos uma frente composta por todos os movimentos, as entidades, as instituições, os conselhos, enfim, quem quiser se engajar na luta pela estruturação da Defensoria Pública será muito bem-vindo. E o ponto de partida seriam esses encaminhamentos de hoje para discutir a pauta do ano, com agendamento, com toda uma interlocução na base e também internamente, entre vocês. Isso seria para não ficarmos só no debate interno.

Pode ser assim? Em votação. *(A plenária aquiesce.)*

Então, as entidades que estão aqui, se quiserem, podem deixar o nome e o contato para integrarem a frente e marcarmos a primeira audiência.

O senhor José queria fazer alguma consideração final.

O SR. JOSÉ PEDRO OLIVEIRA ROSSÉS - Queria apenas saudar os colegas que vieram de Joinville, os nossos colegas presentes, e dizer que a presença deles demonstra o empenho pelo fortalecimento da Defensoria e pela melhoria das nossas condições - a valorização do servidor.

Eu acredito que esta audiência pública foi produtiva. Queremos melhorias nos cargos para continuar trabalhando nessa instituição com o mesmo afinco que todos têm hoje e, num futuro, com colegas que querem ser Defensor ou querem continuar nessa carreira que é tão bonita.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Obrigada, José.

Passo a palavra ao senhor Ronaldo Francisco.

O SR. RONALDO FRANCISCO - Sem comentários adicionais, Deputada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Obrigada.

Para as considerações finais, com a palavra o Defensor Público-Geral Ivan César Ranzolin.

O SR. DEFENSOR PÚBLICO-GERAL IVAN CÉSAR RANZOLIN - A primeira manifestação é com relação às observações feitas aqui pelo Alessandro. *[Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza]* Bom, só queria dizer para o Alessandro - não está aqui, mas deve ser transmitido a ele - que só na cabeça dele que ele não é bem-vindo na Defensoria. Logo que foi terminado o concurso ele foi lá uma, duas, dez, vinte vezes. Eu

discordo muitas vezes da forma com que ele coloca as questões, mas ele sempre foi bem-vindo. Não há nenhum problema com ninguém, quem vai à Defensoria para discutir conosco vai porque quer achar a solução do problema, então todos são bem-vindos. A Defensoria não fecha as portas para ninguém, muito pelo contrário.

Com relação ao projeto, que ele disse que o Governador encaminhou o projeto para mim a fim de eu encaminhar à Assembleia, eu devo dizer o seguinte: só quem pode encaminhar à Assembleia é o Chefe do Executivo. Nós não temos esta prerrogativa de encaminhar projeto de lei à Assembleia. Está no sistema - eu vi no sistema antes de vir para cá - que o projeto foi devolvido à Defensoria. Mas se devolveu à Defensoria não é projeto, é o anteprojeto que nós encaminhamos em outubro pedindo os sessenta cargos.

Eu não vi pessoalmente, porque vi à tarde no sistema, mas não chegou a mim, porém deve ser o anteprojeto, pois o projeto de lei é elaborado pela Casa Civil e encaminhado pelo Governador. E quando nós acertamos com o Governador, pois ele encaminhou o documento para o Ministério Público, ele disse o seguinte *(passa a ler)*: "(...) No entanto, por razões de ordem orçamentária financeira, o provimento desses cargos será realizado em duas etapas, sendo trinta no mês de junho e trinta no mês de março". Isso significa dizer que no mês de junho nós já estaremos com os Defensores nomeados - é para começar no mês de junho a nomeação.

Eu não tenho a preocupação de se ele chega hoje, amanhã ou depois de amanhã. Ele tem que chegar com tempo de os Deputados levarem para as Comissões, aprovarem no nas Comissões e aprovarem no no Plenário, pois o processo legislativo tem um tempo, há um interstício que tem que ser respeitado. Portanto não sou eu quem encaminha, mas a minha luta sempre foi essa - já fui mais de 100 vezes ao centro administrativo brigando pelas causas da Defensoria -, e a causa da Defensoria pela qual tenho que brigar agora, urgentemente, é o encaminhamento do projeto, porque no encaminhamento do projeto tem também o encaminhamento do fundo, pois sem o fundo nós não temos a possibilidade de dar os passos seguintes do nosso planejamento, então o fundo é indispensável.

E aqui está a criação dos cargos de analista e de técnico, para depois o credenciamento futuro de advogados. Esse credenciamento é uma questão que eu vou discutir longamente com os Defensores, é um assunto que nós temos que debater muito, e ele será debatido.

Tem outro fato: o que nós fazemos na Defensoria, além de ser transparente, tem que ter a participação da Associação. Porque na realidade é o seguinte: como os Defensores irão assumir brevemente, na realidade os Defensores têm que ter partição.

Com relação ao que falou aqui a doutora Erli Camargo - minha conterrânea, que deve me conhecer muito bem -, para responder às suas perguntas, às suas indagações e à sua luta pelos Direitos Humanos, a senhora está convidada a nos visitar na Defensoria, em Florianópolis, para a senhora ver o desempenho dos nossos Defensores na área social das pessoas hipossuficientes, aquelas que não têm condições, e a satisfação que com eles saem da lá. São cinquenta, sessenta pessoas por dia, e o atendimento, especialmente na área da família, é de forma positiva. Nós até já salvamos crianças da morte pela insistência do trabalho que os Defensores fazem. A resposta fica no convite à senhora, para que veja como os Defensores fazem um trabalho muito forte nessa área social.

Com relação à questão de Chapecó, que foi colocada aqui, nós estamos resolvendo. Já conversamos, estão sendo encaminhadas providências urgentemente.

E quero encerrar aqui com relação aos técnicos e analistas: os pleitos dos técnicos e analistas são pleitos legítimos, só que eu não posso fazer o que não está na lei. Se eu fizer o que não está rigorosamente escrito, os próprios beneficiados irão dizer no futuro: mas, se não está na lei, por que o senhor fez? A responsabilidade é sua. Agora, saibam os técnicos e analistas que a Defensoria não se complementa sem o trabalho de vocês. Quero dizer o seguinte: a minha luta sempre continua no sentido de melhorarmos o vale. Eu não posso melhorar o vale. Mas hoje eu estive na Taquígrafia, pois sempre visito os funcionários da Assembleia, e lá disseram o seguinte: hoje nós recebemos um vale de R\$ 1.100,00, e quem criou esse vale fui eu. Quando o vale era R\$ 60,00 no Estado, eu criei aqui um vale de R\$ 350,00 - com os aumentos, ele hoje está em R\$ 1.100 -, porque acho eu entendo que o dinheiro pago ao servidor, ao funcionário da área pública é o dinheiro mais bem aproveitado. Por quê? Porque esse dinheiro é revertido para quem? Para o professor na escola, para o Defensor no atendimento ao hipossuficiente, para o Ministério Público no atendimento que ele faz representando a sociedade, para os enfermeiros na área da Saúde, pois ele faz o atendimento das pessoas

que chegam ao hospital. Então esse é o melhor recurso para um profissional competente.

Devo dizer mais, que eu tenho uma enorme preocupação - e sempre me preocupe com a situação que nós vivemos neste País, com incidência forte em Santa Catarina - com o homicídio na juventude, pois a violência por arma de fogo é muito grande. E tenho dito para os servidores, para os nossos Defensores, quando eu falo com eles, que a esperança de diminuir essa intensidade está na geração de vocês; a esperança que o Brasil tem que ter é na geração jovem que está saindo das universidades, que vem com espírito comunitário. E acho o seguinte: esses jovens que são mortos, que vivem no crime, não tiveram a oportunidade de frequentar a universidade, de chegar onde nós chegamos.

Portanto, acredito piamente que em audiências públicas como esta eu virei sempre, porque aqui se aprimora, aqui se aprende e aqui a gente ouve das pessoas aquilo em que podem colaborar conosco. Nós só vamos errar menos ouvindo mais. Então, acredito na juventude e acho que a Defensoria, que tem menos de um ano, é um dos caminhos - isso foi demonstrado nos relatórios apresentados aqui pelo representante de vocês e já os apresentamos às autoridades. Eu venho aqui como Defensor, eu estou Defensor.

Quero dizer para a doutora Erli que eu não aceitei a nomeação do Governador, eu pedi a ele que a encaminhasse à Assembleia a fim de nós termos mandato, porque tem cargo de confiança demissível *ad nutum*. Nós temos um mandato outorgado pela Assembleia, de dois anos, e vamos cumprir. Por isso todos os encaminhamentos eu envio para os Deputados, porque os Deputados confiam no nosso trabalho.

Deputada, transmita aos demais Deputados que sempre nós vamos trazer à Assembleia Legislativa os resultados do trabalho, porque o Poder Legislativo é o grande parceiro que nós temos.

Encerro cumprimentando a todos e dizendo o seguinte: vocês todos estão cumprindo com a missão de vocês, e agora o governo que cumpra com a dele. O meu trabalho é no sentido de esse projeto chegar o quanto antes.

(*O senhor Alessandro Campelli retorna à plenária.*)

Está aí o Alex. Eu disse que você é sempre bem-vindo. É da tua cabeça que você disse que lá você não é bem-vindo porque fala as coisas; segundo lugar, o projeto não é minha autoria, é o governo que tem de encaminhar. Mas nós vamos trabalhar em conjunto para apressar isso, a fim de que esse projeto venha já para cá. Vou te dizer o seguinte: tem muitos Deputados que estão pedindo que esse projeto venha com urgência, porque eles sentiram o valor da Defensoria e querem ampliar nas suas cidades a Defensoria. [*Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Portanto, a minha saudação a todos, os meus cumprimentos à Deputada, e quero citar a doutora Daniela, pois eu não tinha citado o seu nome, e cumprimentá-la por estar aqui e pelas suas palavras.

E no encerramento desta audiência pública quero dizer que o gabinete da Defensoria está lá, com o doutor Sadi, comigo, com o Zacarão, para ouvir todos. Não se acanhem em dizer aquilo que vocês pensam porque, às vezes, nós podemos contestar, mas sempre que vocês falam, mesmo que às vezes seja uma coisa áspera, nós absorvemos isso, levamos para discutir, pois na realidade essa é a nossa tarefa. Quero que vocês entendam que nós estamos lá de passagem e que vocês são permanentes.

Eu termino dizendo que saúdo a todos pelo desempenho que vocês estão tendo, o técnico, o estagiário, o analista, o Defensor, porque na realidade é um trabalho relevante para a sociedade catarinense.

Os meus cumprimentos a todos e muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. DEFENSOR RALF ZIMMER JUNIOR - A dúvida que tenho é a seguinte: quando eu estive na Fazenda, com o doutor Ronaldo, com o doutor Jorge, eu conversei com o Alex, que é o assessor jurídico do doutor Gavazzoni, o nosso Secretário da Fazenda, e o Alex me colocou uma situação que eu não estudei. Até já conversei com o doutor Ronaldo e eu acho que ele tem posição divergente da posição do doutor Alex; ou seja, ele acredita que por ser um eleitoral há limitação para a tramitação de leis, como eram esses projetos que nós tratamos hoje e que estariam para vir para cá - tanto criação de cargos, de fundos, nessa ordem.

Eu falei com o eminente Governador num evento no Centro Integrado de Cultura (CIC), no corredor, onde eu tive a oportunidade de - se fosse eu, trocava a Casa Militar - pegá-lo pelo braço, com muita delicadeza, e ele me falou que havia uma medida provisória. Também fiquei preocupado e conversei com o doutor Jorge, porque ao que parece, se for matéria reservada, complementar, a medida provisória não vai poder regulamentar isso.

Então, as minhas dúvidas objetivas, até indo ao encontro do que o colega Alessandro levantou, são duas: primeiro, este projeto para criação de cargos pode chegar aqui e tramitar depois de abril, então contra o entendimento da Secretaria da Fazenda? Segundo, se não pode, ele tem possibilidade de vir em abril, tramitar em abril e ser aprovado ainda em abril? Senão não teríamos a efetivação dos cargos. Essas seriam as minhas perguntas.

Muito Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Quem quer responder?

O SR. DEFENSOR PÚBLICO-GERAL IVAN CÉSAR RANZOLIN - Olha, eu quero dizer o seguinte: você está levantando uma questão que precisa ser bem analisada. Eu não tenho certeza absoluta dos prazos, mas é um assunto em que nós, junto com o doutor Ronaldo e com vocês, temos nos debruçado para verificar exatamente qual é o último prazo em que se pode encaminhar o projeto e nomear as pessoas, porque eu sei que ninguém pode nomear noventa dias antes nem noventa dias depois das eleições. Mas nós vamos verificar isso com muita responsabilidade. Na realidade, isso tem que ser verificado, e nós vamos até a Casa Civil para discutir esse assunto com responsabilidade.

O SR. RONALDO FRANCISCO - Doutor Ivan, permite-me um aparte?

O SR. DEFENSOR PÚBLICO-GERAL IVAN CÉSAR RANZOLIN - Sim.

O SR. RONALDO FRANCISCO - Caro colega e demais presentes, o governo do Estado tem plena ciência de todos os prazos e a Secretaria da Fazenda tem uma posição completamente diversa da nossa hoje. Nós entendemos que somos uma instituição autônoma e em razão disso temos que gerir a nossa própria dotação orçamentária - minúscula, mas nossa, própria, reitera-se. Se considerarmos a nossa autonomia, relativiza-se essa preocupação do Executivo. Por outro lado, para que nós consigamos criar sessenta cargos sem superar o limite de folha iremos ser considerados, por hora, Executivo. Parece uma disparidade, mas é exatamente isso, e o governo do Estado está plenamente ciente disso.

O trâmite no âmbito do Executivo terminou, e a prova disso é que o anteprojeto encaminhado por S.Exa. o Defensor Público-Geral ficou aguardando o arquivamento, a mera devolução, a transformação em outro anteprojeto, um projeto de lei (PL), e o governo se comprometeu a transformá-lo em um PL e a remetê-lo para a Assembleia. Certamente o governo do Estado não será omissivo e vai remetê-lo nos próximos dias.

Nós estamos apalavrados com o Executivo e confiamos plenamente no Governador do Estado de Santa Catarina.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Eu quero só alertá-los sobre uma preocupação: aqui na Casam todos os projetos que tratam de remuneração, de vencimento, de concurso público, o prazo que nós temos trabalhado é 4 de abril, ou seja, depois de amanhã. Então, eu creio que o Governador tenha ciência disso.

Ivan, quero dizer a vocês que na semana passada eu estive com o Secretário Nelson Serpa tratando de várias questões, e dentre elas tratei da Defensoria por conta de que nós tínhamos uma audiência aqui e de que eu também gostaria de saber como o Governador estava visualizando o futuro da Defensoria. Naquela audiência o Secretário nos informou que estaria enviando imediatamente o projeto de lei dos sessenta cargos. Então, eu creio que não é novidade para o governo a data. Certo?

Portanto, para terminar, eu ainda quero dizer que amanhã, imediatamente no primeiro horário, nós vamos fazer um ofício ao Governador pedindo extrema agilidade para que entre nesta Casa até 4 de abril, a fim de que a gente possa fazer tramitar o projeto de lei.

O SR. DEFENSOR PÚBLICO-GERAL IVAN CÉSAR RANZOLIN - Vamos fazer isso em conjunto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Ótimo. Não temos problema em ele vir logo, não é? O problema é não vir. Então, nós temos que agilizá-lo.

Eu quero agradecer a presença da Daniela, do Corregedor, do Defensor Público Ivan, do Ronaldo, do José e de todos vocês que ficaram conosco até o final. E provavelmente nós vamos nos conhecer muito, muito mesmo, neste ano porque esse é um tema que deve continuar.

Eu ainda não consegui concluir o Direito; fui até o sétimo período e não concluí por conta da vida política. A gente tem que, às vezes, abrir mão de algumas coisas. Mas eu me apaixonei pelo Direito como uma possibilidade de defender as causas dos que mais precisam. E eu fico muito feliz aqui quando escuto estas manifestações muito vibrantes, muito calorosas, muito afetivas, de a gente se colocar na condição de quem pode ajudar o outro. Sempre que vou às formaturas eu digo o seguinte: conhecimento não é para humilhar, conhecimento não é para a gente ser mais do que o outro, conhecimento é para nos humanizar. Então, se eu tive a oportunidade de ter acesso ao conhecimento, eu preciso usar isso para o bem comum.

Eu quero muito que vocês, defensores, defensoras, servidores, técnicos e analistas não sejam meros operadores do Direito, porque no dia em que vocês forem meros operadores do Direito a Defensoria acabará. A gente tem que viver o problema e tem que se colocar na condição de quem a gente pode ajudar, porque para dominar leis nós temos milhares de bons juristas que dominam os Códigos. Mas a gente precisa se envolver e assumir isso como causa humanitária. É isso que eu desejo da Defensoria.

Quando eu vejo o João e o Ralf falando de Chapecó, eu fico visualizando as milhares de pessoas que a gente conhece e que depositaram esperança nas mãos de vocês, quantos direitos que podem ser garantidos. Esse é o nosso horizonte.

Então, eu agradeço a todos que estão presentes até o final desta audiência muito bonita, muito nobre. Pena que, talvez, a gente não tenha filmado todas as manifestações, porque isso faria parte da memória da Defensoria. Mas vamos aprender a fazer isso, aperfeiçoando cada vez mais esses instrumentos.

Mais uma vez, eu quero agradecer à Comissão, à assessoria de imprensa da Casa, aos técnicos, à Taquigrafia.

Muito obrigada e tenham todos uma boa noite. (Palmas.) (Está encerrada a audiência pública.)

(Ata sem revisão dos oradores.) [Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz] [Revisão final: Denise V. Silva]

**Presidenta da Comissão de Direitos Humanos
Deputada Estadual Luciane Carminatti**

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2014 - REPUBLICAÇÃO
OBJETO: **LOCAÇÃO DE CADEIRAS PARA ATENDER A NECESSIDADE DA ALESC EM EVENTOS E SOLENIDADES.**

DATA: 14/05/2014 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até às 09:00 h do dia 14 de maio de 2014. O edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes, na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).
Florianópolis, 30 de abril de 2014.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 742/2014, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 007/2014, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: Aquisição, através de Sistema Registro de Preços, de 30 bombas de drenagem para aparelhos de ar condicionado tipo Split

Vencedora: DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS LTDA - EPP

Valor do Último Lance: R\$ 9.338,00

Valor Unitário: R\$ 311,00

Marca: Elgin

Florianópolis, 30 de abril de 2014

VALTER EUCLIDES DAMASCO
PREGOEIRO

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 070/14

Ofício nº 26/2014 Rodeio, 11 de abril de 2014
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Rodeio, referente ao exercício de 2013.

Cristiano Ribeiro Gomes
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 29/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 071/14

Ofício nº 005/2014 Itapiranga, 23 de abril de 2014
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Corpo de Bombeiros Comunitários, de Itapiranga, referente ao exercício de 2013.

Mauri Aloisio Franzen
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 29/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 072/14

Ofício nº 004/2014 Caçador, 24 de abril de 2014
Encaminha documentação para manutenção do título de utilidade pública da Associação Casa de Reabilitação Nova Vida em Cristo, de Caçador, referente ao exercício de 2013.

Nelson Bastian
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 29/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 073/14

Ofício nº 004/2014 Caçador, 24 de abril de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente Nova Vida de Caçador (ABENOVI), referente ao exercício de 2013.

Nelson Bastian
1º Tesoureiro

Lido no Expediente
Sessão de 29/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 074/14

Ofício nº 058/04/CEDB/SOA/2014 Joinville, 22 de abril de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Joinvilense de Educação e Assistência, de Joinville, referente ao exercício de 2013.

Severino Piccinini
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 29/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 075/14

Ofício nº 015/2014 Caçador, 24 de abril de 2014
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Caçador, referente ao exercício de 2013.

Angélica Turbay Palodetto
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 29/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 076/14

Ofício nº 018/2014 Imaruí, 22 de abril de 2014
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Imaruí, referente ao exercício de 2013.

Gilberto Heinzen
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 29/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 077/14

Ofício nº 077/2014 Blumenau, 23 de abril de 2014
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Hospitalar Beneficente Misericórdia de Vila Itoupava, de Blumenau, referente ao exercício de 2013.

Hellmuth Danker
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 29/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 078/14

Ofício nº 050/2014 Joinville, 24 de abril de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Bombeiros Voluntários no Estado de Santa Catarina (ABVESC), de Joinville, referente ao exercício de 2013.

Reinaldo João Adriano
Diretor Executivo

Lido no Expediente
Sessão de 29/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 079/14

Ofício nº 241/2014 Canoinhas, 18 de março de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Pacientes Oncológicos da Região de Canoinhas (APOCA), em Canoinhas, referente ao exercício de 2013.

Ernestina de Lima Gonçalves
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 29/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 080/14

Ofício nº 12/2014 Campo Alegre, 24 de abril de 2013
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Alegre (APAE), referente ao exercício de 2013.

Elisabeth Kesting
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 29/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 081/14

Brusque, 15 de abril de 2013
Comunica a extinção do Círculo Bom Samaritano de Brusque, declarado de utilidade pública pela Lei nº 2.285, de 1960.

Ana Regina Dutra Elias
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 29/04/14

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 831, de 30 de abril de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **DANIEL ADRIANO MAFRA**, matrícula nº 7275, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Serviços Gerais, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, ADRIANA BACK KOERICH, que se encontra em fruição de férias por 30 (trinta) dias, a contar de 5 de maio de 2014 (DA - Coordenadoria de Serviços Gerais).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 832, de 30 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **RUI BRUECKHEIMER PINHEIRO**, matrícula nº 6979, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2014 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 833, de 30 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR SHARLYNE DEGGERONE para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Eni Voltolini).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 834, de 30 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR VICTORIA LI FRETTA CALDAS, matrícula nº 7293, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ada Faraco De Luca - Tubarão).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 835, de 30 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 611, de 2 de abril de 2014, que nomeou o servidor **NELSON MARQUES**, no Gab Dep Valmir Comin.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 836, de 30 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa/Biométrica**, na cidade de Jaraguá do Sul, a contar de 1º de maio de 2014.

Gab. Dep. Carlos Chiodini

Matrícula	Nome do Servidor
6208	ALINE MAINARDI
7002	ANDRE FERREIRA DE OLIVEIRA
7106	CAMILA JULIANA DOS SANTOS
7279	CHAIANE BRUNS
7320	GILMAR BRESSANI
6635	IVO BAEHR
7321	JACKSON JOSE DE AVILA
7296	JOÃO DENIZ VICK
6881	RODRIGO DE SOUZA

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 837, de 30 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Parlamentar Externa/Biométrica**, a contar de 1º de maio de 2014.

Gab. Dep. Jean Kuhlmann

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
5244	OSORIO BERNARDO SCHMITZ	BLUMENAU

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 838, de 30 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

CONCEDER férias relativas ao exercício de 2013, para a servidora abaixo relacionada:

Matr.	Nome	Data início	Data fim	Processo Nº
7214	MARCELA DINIZ DOS SANTOS	3/11/2014	2/12/2014	1282/2013

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 839, de 30 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **GILMAR NUNES MAIA**, matrícula nº 1787, DL - CC - Comissão de Saúde, a contar de 02 de maio de 2014.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 840, de 30 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e dos arts. 18 e 26 da Resolução 009, de 19 de dezembro de 2013.

DESIGNAR o servidor **GILMAR NUNES MAIA**, matrícula nº 1787, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função Chefia - Secretaria de Comissão Permanente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, LEOBERTO BREGUE DANIEL, colocado a disposição do SINDALESC, a contar de 02 de maio de 2014 (DL - CC - Comissão de Saúde).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 113.9/2014**

Unifica o licenciamento ambiental para obras públicas, define prazos para o licenciamento e dá outras providências.

Art. 1º O licenciamento de obras públicas, tais como rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hospitais, escolas, complexos prisionais passam a ter apenas um processo de licenciamento que compreenderá todo o empreendimento.

Art. 2º As obras de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, que no âmbito do empreendimento, possuírem extração de pedras, unidade de britagem, usina de asfalto e supressão de vegetação, terão essas atividades incluídas no mesmo estudo ambiental.

Art. 3º Obras de revitalização, recuperação e restauração de rodovias serão dispensadas do licenciamento ambiental. Necessitando para a sua regularização uma Autorização Ambiental (AUA), expedida pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA ou por fundação municipal habilitada.

Art. 4º Enquanto as obras estiverem em andamento, as licenças ambientais serão renovadas automaticamente. O órgão ambiental poderá exigir a qualquer momento documentos que comprovem o cumprimento das condicionantes propostas na licença.

Art. 5º A atividade de extração de cascalho, quando realizada pelos municípios, será isenta de licenciamento ambiental. Necessitando para a sua regularização uma Autorização Ambiental (AUA), expedida pela FATMA ou por fundação municipal habilitada.

Art. 6º Fica limitado o prazo de até 30 dias, após protocolados os estudos, para que o órgão ambiental se manifeste sobre o pedido de licenciamento. E mais 30 dias para emissão da licença, em processos onde não seja exigido o Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA).

Art. 7º Após a publicação desta a lei o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) terá o prazo de até 60 dias para emitir a Instrução Normativa estabelecendo as novas normas para o licenciamento ambiental de obras públicas.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em
VALDIR VITAL COBALCHINI
Deputado estadual

Lido no Expediente
Sessão de 29/04/14

JUSTIFICATIVA

Um dos principais motivos que causam atrasos nas obras públicas, principalmente nas rodoviárias, é o licenciamento ambiental. Reconheço que é necessário que nossas obras sejam construídas dentro do princípio da sustentabilidade, respeitando o meio ambiente. Também reconheço as carências da nossa Fundação do Meio Ambiente, a Fatma, com sua tradicional falta de material humano e de estrutura.

Esse projeto tem por objetivo tornar mais flexível e mais rápido o processo de licenciamento para obras públicas. Hoje por exemplo, para uma mesma obra, precisamos da Licença Ambiental Prévia (LAP) e da Licença de Instalação (LAI) da obra. Temos o inventário florestal para obtenção da Autorização de Corte (AUC) e autorização de transportes para a madeira cortada (DOF).

Depois, tudo na mesma obra, temos que fazer todos os mesmos procedimentos para licenciar a pedreira, a unidade de britagem e a usina de asfalto. Todos com a LAP e com a LAI.

É impossível enfrentar toda essa burocracia para fazer uma obra pública. É nesse sentido que estou propondo uma legislação mais flexível. Para que possamos transformar todas essas licenças em apenas uma, para a obra toda.

Outra questão é o licenciamento de obras já existentes e que precisam passar por uma restauração ou revitalização. É impossível que uma rodovia já implantada há muitos anos e que vai receber uma reforma tenha necessidade de passar pelo mesmo processo de uma rodovia nova para obter a licença.

Órgãos financiadores como BID e BNDES exigem as licenças ambientais para liberarem os recursos. E daí nós ficamos aqui, brigando dentro do próprio Governo para liberar uma licença ambiental, enquanto a população sofre esperando pela melhoria na rodovia.

Defendo que para as rodovias novas, onde vamos abrir uma estrada pioneira, sejam exigidos os estudos ambientais. Mas, que para as rodovias já implantadas ou aquelas já existentes e pavimentadas que serão reformadas, tenham um tratamento diferenciado.

Por isso peço a apreciação dos nobres pares para que possamos, através desta nova regulamentação, dar agilidade as nossas obras sem prejudicar o meio ambiente.

VALDIR COBALCHINI
Deputado estadual

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 114.0/2014

Ementa: Institui a Ouvida sem Dano para Crianças Vítimas de Abuso Sexual ou Violência nos órgãos de proteção e defesa das crianças e adolescentes.

Art. 1º Fica obrigatória no Estado de Santa Catarina, em todos os órgãos de proteção e defesa de direitos das crianças e adolescentes, a adoção da denominada "ouvida sem danos", que tem por finalidade ouvir a criança ou adolescente vítima de abuso sexual, maus tratos ou violência física e moral em ambiente adequado e acolhedor para o seu relato.

Art. 2º Os ambientes deverão contar com sala para entrevistas, ligada por vídeo e áudio, de modo a possibilitar que profissionais devidamente habilitados, colham e gravem dados para providências que assegurem direitos ou interrompam a continuidade das práticas abusivas relatadas.

Art. 3º Poderão ser firmados convênios entre os poderes e estes com organizações não governamentais a fim de oferecer instalações e profissionais habilitados, para o fim de gravar e compartilhar o material registrado, única e exclusivamente com a finalidade de instruir processos ou procedimentos judiciais e administrativos, assegurada o sigilo de conteúdo, na forma da lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor 90 dias da data de sua publicação.

Sala de Sessões, em
CARLOS CHIODINI
DEPUTADO ESTADUAL

Lido no Expediente
Sessão de 29/04/14

JUSTIFICATIVA

O projeto busca que crianças e adolescentes sejam ouvidos em ambientes favoráveis e adequados de modo a evitar que sejam revitimizadas por ocasião das suas escutas em Juízo.

A salas devem contar com equipamentos de áudio e vídeo, de modo a possibilitar o registro de depoimento e a tomada rápida e eficaz de medidas de proteção pelas auto ridades competentes.

O caso Bernardo Boldrini da cidade gaúcha de Três Passos, assim como tantos outros que o precederam, demonstram que a família abriga em seu seio indivíduos capazes de causar danos às crianças e adolescentes. A repercussão do caso, principalmente do fato de o menor ter procurado autoridades com intuito de ver assegurada proteção prevista no Estatuto da Criança e Adolescente, mas que, confrontado com responsáveis legais, não foi ouvido adequadamente, respalda o projeto que ora se apresenta.

No caso específico de vítimas de violência sexual, o ambiente acolhedor, que não lembra uma sala de audiências e a subserviência do menor às autoridades presentes, na maioria das vezes intimidando-as, possibilita a produção de provas mais efetivas, principalmente para o processo penal. Em suma, trata-se de procedimento que efetiva o princípio constitucional da dignidade humana, sem afetar as garantias do contraditório e ampla defesa

Convém salientar, que a prática já conta com iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, carecendo, contudo, de legislação federal. Por não se tratar de projeto que adentra na organização judiciária, mas que regula matéria cuja competência para legislar é concorrente não cumulativa ou vertical, na ausência de Lei Federal que a imponha, adquire o Estado-membro competência plena para a edição de normas dessa natureza.

Por fim, o projeto em consideração está devidamente alinhado com o art. 227 da Constituição Federal, sobretudo seu parágrafo primeiro, assim como o Estatuto da Criança e Adolescente.

Por essas razões, pugno aos meus pares pela aprovação do presente projeto.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 115.0/2014

Institui o Dia do Oficial da Infância e Juventude no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Dia do Oficial da Infância e Juventude no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Dia do Oficial da Infância e Juventude no Estado de Santa Catarina será comemorado anualmente no dia 31 de março.

Art. 3º O Governo do Estado e o Tribunal de Justiça poderão promover ampla divulgação e realização de atividades alusivas ao Dia do Oficial da Infância e Juventude.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Aldo Schneider

Lido no Expediente
Sessão de 29/04/14

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresentamos à consideração dos Pares deste Parlamento visa instituir o Dia do Oficial da Infância e Juventude no Estado de Santa Catarina.

A modificação nas atribuições do cargo de comissário de menores e elevação do cargo para nível para superior trouxe melhorias na prestação jurisdicional afeta à infância e juventude, esta área tão sensível da nossa sociedade. A especialização do cargo no Poder Judiciário para tratar exclusivamente das crianças e adolescentes coloca Santa Catarina na vanguarda da garantia dos direitos infanto juvenis.

Hoje os juízes dispõem de pessoal especializado que criam mecanismos para a execução e controle das ações judiciais, para definir as melhores políticas de atendimento e a resposta mais efetiva para solução dos problemas sociais que diuturnamente povoam nossas Comarcas em Santa Catarina.

Diante disso, é justo que os Oficiais da Infância e Juventude sejam lembrados e valorizados pela sociedade catarinense.

Pelos motivos acima, solicitamos aos nobres Pares desta Casa a aprovação do Projeto de Lei.

Deputado Aldo Schneider

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 116/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 1428

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Brusque".

Florianópolis, 25 de abril de 2014.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 29/04/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO
EM Nº 40/2014

Florianópolis, 11 de abril de 2014

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a adquirir, por doação da Associação das Micro e Pequenas Empresas (AMPE), de Brusque, o imóvel com área de 2.792,00 m² (dois mil, setecentos e noventa e dois metros quadrados), sem benfeitorias, a ser desmembrada de uma área maior matriculada sob o nº 52.531 no Registro de Imóveis da Comarca de Brusque.

A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade viabilizar a edificação de um prédio por parte do Estado, o qual abrigará o Centro de Inovação de Brusque.

Secretaria de estado de Desenvolvimento Regional de Brusque manifestou-se favorável à aquisição.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Derly Massaud de Anuniação

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 116.1/2014

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Brusque.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação da Associação das Micro e Pequenas Empresas (AMPE), de Brusque, o imóvel com área de 2.792,00 m² (dois mil, setecentos e noventa e dois metros quadrados), sem benfeitorias, a ser desmembrado de uma área maior, matriculada sob o nº 52.531 no Registro de Imóveis da Comarca de Brusque.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade viabilizar a edificação de um prédio por parte do Estado, o qual abrigará o Centro de Inovação de Brusque.

Art. 3º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Brusque.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 117/14

ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 1429

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Institui o Programa Estadual de Educação a Distância (Proedis) e estabelece outras providências".

Florianópolis, 25 de abril de 2014.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 29/04/14

ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 41/2014

Florianópolis, 01 de abril de 2014.

Exmo. senhor

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Senhor Governador,

As crescentes inovações tecnológicas permitiram que a Secretaria de Estado da Administração modernizasse seus principais processos, de forma a garantir um melhor nível de qualidade e eficácia nos resultados. Neste sentido, a capacitação e qualificação dos servidores públicos estaduais tem se destacado, sobretudo na modalidade a distância, como um processo eficiente e de baixo custo.

Desde 2009, a Diretoria da Escola de Administração Pública tem se desdobrado na oferta de cursos de capacitação, para todos os servidores do Poder Executivo Estadual, em suas duas plataformas de aprendizagem virtual. O resultado tem sido surpreendente, haja vista, que o próximo mês de abril, será atingida a marca de 100 mil inscrições em cursos. O que corresponde a um incremento jamais visto no processo de capacitação estadual.

Apesar deste sucesso, a falta de amparo legal tem trazido várias dificuldades, sobretudo no que diz respeito a normatização e consequente minimização dos custos associados a este processo.

É frequente a verificação de um ou outro órgão ou entidade da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, com iniciativas de adquirir ambientes de educação a distância, o que acarreta custos desnecessários, já que o estado possui plataformas modernas e atualizadas.

Convém destacar que desde 2006 esta Secretaria mantém plataformas de ensino a distância, para uso de todos os órgãos ou entidades do Poder Executivo, com acesso bastante conhecido pelo servidor.

A diretoria da Escola Administração Pública desenvolveu a expertise necessária para a condução deste processo, de forma a garantir a padronização e o controle de gastos desnecessários para a capacitação do servidor. Entretanto, necessita de urgente respaldo legal, para que possa agir em atividades de normatização, coordenação, supervisão, regulação, controle e fiscalização, garantindo com isso a uniformização desta atividade tão importante para a administração pública estadual, qual seja, a de garantir a qualificação contínua do servidor.

Acredito, portanto, que a falta de uma lei que garanta o amparo jurídico nesta atividade, pode acarretar superposição de competências, duplicidade de iniciativas, custos desnecessários e outros agravantes que contribuem de forma negativa ao bom êxito da administração pública estadual.

Isso posto, solicito a Vossa Excelência o encaminhamento de projeto de lei a Assembleia Legislativa do Estado, de forma a garantir a melhor condução desta atividade.

Respeitosamente,

Derly Massaud de Anunciação
Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 117.2/2014

Institui o Programa Estadual de Educação a Distância (Proedis) e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional, o Programa Estadual de Educação a Distância (Proedis).

Parágrafo único. O Proedis tem por finalidade a qualificação dos servidores públicos estaduais, por meio de instrumentos virtuais de aprendizagem que garantam a oferta de cursos de qualificação em todos os órgãos e entidades, minimizando custos operacionais.

Art. 2º Para efeitos desta Lei considera-se:

I - educação a distância: o estabelecimento de uma comunicação de dupla via, na qual o ministrante e o aluno (servidor público estadual) não se encontram juntos no mesmo espaço físico, necessitando de meios que possibilitem a comunicação entre ambos;

II - educação continuada: o esforço por parte do Estado para incentivar a qualificação contínua dos servidores públicos estaduais;

III - ambientes virtuais de aprendizagem: programas computacionais mantidos pelo Estado, que auxiliam na montagem de cursos acessíveis pela internet; e

IV - qualificação: a preparação contínua do servidor público estadual para atender as diversas demandas da sociedade, por meio do desenvolvimento de competências.

Art. 3º Ao Proedis compete:

I - estabelecer, normatizar e coordenar o Sistema Estadual de Educação a Distância, com vistas a manter ofertas de cursos de qualificação;

II - manter, normatizar e coordenar ambientes virtuais de aprendizagem;

III - garantir o acesso dos servidores públicos estaduais a cursos de qualificação, nos ambientes virtuais de aprendizagem administrados pelo Sistema Estadual de Educação a Distância; e

IV - manter, normatizar e coordenar plataformas de *web* e videoconferências.

Art. 4º Compõem o Proedis:

I - o Sistema Integrado de Educação a Distância;

II - o Sistema Informatizado de Gestão de Recursos Humanos, referente à capacitação do servidor público estadual;

III - programas de capacitação e de educação continuada;

IV - plataformas de *web* e videoconferências; e

V - ambientes virtuais de aprendizagem utilizados nos programas de capacitação e de educação continuada do servidor público estadual.

Parágrafo único. O Sistema Integrado de Educação a Distância tem por finalidade precípua responder pela uniformização de todos os procedimentos relacionados aos programas de capacitação e de educação continuada do servidor público estadual.

Art. 5º Cabe ao Estado, sob orientação e supervisão da Secretaria de Estado da Administração (SEA), adotar mecanismos e práticas administrativas com vistas a:

I - proporcionar ao servidor condições de acesso a ofertas de cursos de capacitação e qualificação disponíveis nos ambientes virtuais de aprendizagem; e

II - melhorar a qualificação do servidor público estadual, contribuindo para o aumento da eficácia dos serviços prestados à sociedade.

Art. 6º Cabe à SEA, como órgão central do Sistema Integrado de Educação a Distância, executar as atividades de normatização, coordenação, supervisão, regulação, controle e fiscalização relacionadas aos programas de capacitação e de educação continuada.

Art. 7º Aos demais órgãos e entidades, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional, cabe efetivar os programas finalísticos de capacitação e de educação continuada, utilizando-se de ambientes virtuais de aprendizagem normatizados pela SEA, bem como as demais atribuições afins previstas na legislação.

Art. 8º A implementação de programas de capacitação e de educação continuada em ambientes virtuais de aprendizagem será efetuada com o estabelecimento e o desenvolvimento de:

I - planos de capacitação e de educação continuada;

II - sistemas de controle e acompanhamento dos planos de capacitação e de educação continuada;

III - políticas de inserção e qualificação do servidor nos ambientes de aprendizagem virtual; e

IV - avaliação dos resultados dos programas de capacitação e de educação continuada.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais (fonte 269), vinculado à SEA.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 118.3/2014

Declara de Utilidade Pública Estadual o Centro de Assistência Madre Maria José - CEAMA, do município de Pomerode - SC.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Centro de Assistência Madre Maria José - CEAMA, com sede no município de Pomerode - SC.

Art. 2º À Entidade de que trata o artigo 1º desta Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho de cada ano, para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no art. 1º desta Lei, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 2014.

Deputado Gilmar Knaesel

Lido no Expediente

Sessão de 29/04/14

JUSTIFICATIVA

O Centro de Assistência Madre Maria José - CEAMA, com sede no município de Pomerode, fundado em 20 de dezembro de 2009, que pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual é uma entidade sem fins lucrativos. Importante salientar, que na busca de seus objetivos a referida Entidade tem por finalidade assistir crianças com idade de 0 (zero) a 7 (sete) anos, proporcionando abrigo e centro de educação, promoção de assistência social, promoção da segurança alimentar nutricional e promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza.

A principal missão do CEAMA é estender uma mão amiga para as crianças que se encontram indefesas, que por vezes são expurgadas do mundo civilizado, por falta de carinho e amor dos pais.

Face à relevância dos propósitos a que se destina a referida entidade, tenho a certeza de que a mesma é merecedora do fim a que se destina o presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 2014.

Deputado Gilmar Knaesel

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 119.4/2014

Acresce os §§ 5º e 6º ao art. 4º da Lei nº 16.157, de 2013, que dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico, para estabelecer a divulgação de procedimentos de emergência nos estabelecimentos que menciona.

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 16.157, de 7 de novembro de 2013, passa a vigorar acrescido dos §§ 5º e 6º, com a seguinte redação:

“Art. 4º

.....

§ 5º A divulgação de procedimentos de emergência integrantes do Plano de Emergência previsto no inciso XII do § 2º deste artigo é obrigatória nos seguintes locais e eventos:

- I - apresentações musicais;
- II - espetáculos circenses;
- III - espetáculos teatrais;
- IV - salas de cinema;
- V - casas de dança, boates e similares; e
- VI - arenas esportivas, estádios, ginásios de esportes e similares.

§ 6º Os procedimentos de emergência serão divulgados de forma clara e ostensiva, antes do início do espetáculo ou evento, indicando as saídas de emergência, o local onde estão instalados os extintores, a capacidade de público do recinto e as demais orientações previstas no Plano de Emergência, observando-se o seguinte:

- I - em eventos com longa duração, as informações deverão ser repetidas a cada três horas; e
- II - em eventos esportivos, as informações deverão ser repetidas nos intervalos oficiais próprios de cada modalidade esportiva.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente

Sessão de 29/04/14

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei que visa alterar a Lei nº 16.157, de 7 de novembro de 2013, que “Dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências”, com os objetivos de (a) elencar os locais e eventos nos quais passa a ser obrigatória a divulgação dos procedimentos de emergência, (b) estabelecer os momentos nos quais os procedimentos de emergência devem ser divulgados e (c) relacionar de forma exemplificativa quais os procedimentos de emergência devem ser divulgados.

As medidas constantes da presente proposta legislativa concorrerão para salvar vidas em eventuais ocorrências emergenciais.

Por oportuno, lembro que a falta de informação do público a respeito das saídas de emergência custou à vida de inúmeros jovens que frequentavam a boate Kiss, na fatídica madrugada do dia 27 de janeiro de 2013.

Diante do exposto, por se tratar de questão de relevante interesse público, conto com o apoio dos nobres Pares na aprovação dessa proposição.

Deputado Ismael dos Santos

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 030.2/2013

A descrição da HABILITAÇÃO PROFISSIONAL do cargo de Analista em Arquitetura a que se refere o Anexo XVII - ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EFETIVOS - do Projeto Lei Complementar nº 0030.2/2013 (fl. 22) passa a ter a seguinte redação:

“ANEXO XVII

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ANALISTA EM ARQUITETURA

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Conclusão de curso de Arquitetura, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), e registro no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Possuir Carteira Nacional de Habilitação da categoria B.

Sala da Comissão,

Deputado Mauro de Nadal

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 23/04/14

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 23/04/14

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 030.2/2013

O item 13 da DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA do cargo de Analista em Engenharia Sanitária a que se refere o Anexo XVII - ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EFETIVOS - do Projeto de Lei Complementar nº 0030.2/2013 (fl.29) passa a ter a seguinte redação:

“ANEXO XVII

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ANALISTA EM ENGENHARIA SANITÁRIA

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA

Conclusão de curso de Arquitetura, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), e registro no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Possuir Carteira Nacional de Habilitação da categoria B.

Sala da Comissão,

Deputado Mauro de Nadal

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 23/04/14

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 23/04/14

EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 030.2/2013

Os arts. 6º, 7º, 8º e 9º do Projeto de Lei Complementar nº 0030.2/2013, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 6º Às atribuições dos cargos efetivos fixadas no Anexo XVII da Lei Complementar nº 223, de 2002, ficam acrescidas as dos cargos de Analista em Engenharia Elétrica, Analista em Engenharia Florestal, Analista em Engenharia Mecânica e Técnico em Edificações, conforme previstas no **Anexo VI** desta Lei Complementar.

Art. 7º Ficam alteradas, no Anexo XVII da Lei Complementar nº 223, de 2002, as atribuições dos cargos de Analista em Arquitetura, Analista em Biologia, Analista em Engenharia Agrônômica, Analista em Engenharia Civil, Analista em Engenharia Sanitária, Analista em Geologia e Analista em Geoprocessamento, conforme previstas no **Anexo VI** desta Lei Complementar.

Art. 8º Ficam alteradas, no Anexo XVIII da Lei Complementar nº 223, de 2002, as atribuições do cargo de Coordenador de Auditoria e Controle, conforme previstas no **Anexo VII** desta Lei Complementar.

Art. 9º Ficam alterados os Anexos I, II, III, IV e XI da Lei Complementar nº 223, de 2002, na forma prevista nos **Anexos I, II, III, IV e V** desta Lei Complementar.”

Os Anexos I, II, III, IV, XI, XVII e XVIII da Lei Complementar nº 223, de 2002, que compõem o Projeto de Lei Complementar nº 0030.2/2013, passam a fazer parte dos Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII, respectivamente.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de abril de 2014.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Modificativa tem por objetivo adequar os arts. 6º, 7º, 8º e 9º, bem como os Anexos I, II, III, IV, XI, XVII e XVIII do Projeto de Lei Complementar nº 0030.2/2013 à técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 589, de 18 de janeiro de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 1.414, de 1º de março de 2013.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 030/2013

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 223, de 2002, e cria cargos no Quadro de Cargos do Ministério Público de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º O art. 3º da Lei Complementar nº 223, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º ...

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

223, de 2002, os seguintes cargos de provimento em comissão do Quadro de Pessoal do Ministério Público:

I - 1 (um) cargo de Assessor em Comunicação, nível CMP-3;

II - 5 (cinco) cargos de Assessor Jurídico, nível CMP-2;

III - 50 (cinquenta) cargos de Assistente de Procuradoria de Justiça, nível CMP-1; e

IV - 354 (trezentos e cinquenta e quatro) cargos de Assistente de Promotoria de Justiça, nível CMP-1.

Parágrafo único. O provimento dos cargos previstos nos incisos III e IV do *caput* deste artigo fica condicionado à extinção, por ato do Procurador-Geral de Justiça, da vaga de estagiário de cursos de pós-graduação existente, quando da publicação desta Lei Complementar, na respectiva Procuradoria ou Promotoria de Justiça.

Art. 5º Os 10 (dez) cargos efetivos de Técnico Contábil do Grupo Ocupacional de Atividades de Nível Médio (ANM), do Quadro de Pessoal do Ministério Público, constantes no Anexo II da Lei Complementar nº 223, de 2002, quando vagarem, ficam transformados em cargos de provimento efetivo de Analista em Contabilidade, nível inicial "7" e referência inicial "F", do Grupo Ocupacional de Atividades de Nível Superior (ANS), do Quadro de Pessoal do Ministério Público, integrante do Anexo I da Lei Complementar nº 223, de 2002, conforme linha de correlação constante do Anexo XI da Lei Complementar nº 223, de 2002, assim declarado por Ato do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 6º Às atribuições dos cargos efetivos fixadas no Anexo XVII da Lei Complementar nº 223, de 2002, ficam acrescidas as dos cargos de Analista em Engenharia Elétrica, Analista em Engenharia

Florestal, Analista em Engenharia Mecânica e Técnico em Edificações, conforme previstas no Anexo VI desta Lei Complementar.

Art. 7º Ficam alteradas, no Anexo XVII da Lei Complementar nº 223, de 2002, as atribuições dos cargos de Analista em Arquitetura, Analista em Biologia, Analista em Engenharia Agrônômica, Analista em Engenharia Civil, Analista em Engenharia Sanitária, Analista em Geologia e Analista em Geoprocessamento, conforme previstas no Anexo VI desta Lei Complementar.

Art. 8º Ficam alteradas, no Anexo XVIII da Lei Complementar nº 223, de 2002, as atribuições do cargo de Coordenador de Auditoria e Controle, conforme previstas no Anexo VII desta Lei Complementar.

Art. 9º Ficam alterados os Anexos I, II, III, IV e XI da Lei Complementar nº 223, de 2002, na forma prevista nos Anexos I, II, III, IV e V desta Lei Complementar.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta do orçamento do Ministério Público de Santa Catarina, observado o disposto na alínea "d" do inciso II do art. 20 e no inciso IV do parágrafo único do art. 22, ambos da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 11. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de abril de 2014.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO I
"ANEXO I"
(Lei Complementar nº 223, de 10 de janeiro de 2002)
QUADRO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
GRUPO: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR (ANS)

CARGOS (*1)	NÍVEL/ REFERÊNCIA INICIAL	NÍVEL/ REFERÊNCIA FINAL	Nº DE CARGOS
Analista em Administração	7F	11J	05
Analista em Arquitetura (*2)	7F	11J	06
Analista em Arquivologia	7F	11J	02
Analista em Auditoria	7F	11J	05
Analista em Biblioteconomia	7F	11J	05
Analista em Biologia (*2)	7F	11J	05
Analista em Contabilidade	7F	11J	13
Analista de Dados e Pesquisas	7F	11J	01
Analista em Design Gráfico	7F	11J	01
Analista em Economia	7F	11J	01
Analista em Engenharia Agrônômica (*2)	7F	11J	04
Analista em Engenharia Civil (*2)	7F	11J	05
Analista em Engenharia Elétrica (*2)	7F	11J	01
Analista em Engenharia Florestal (*2)	7F	11J	01
Analista em Engenharia Mecânica (*2)	7F	11J	01
Analista em Engenharia Sanitária (*2)	7F	11J	04
Analista em Geologia (*2)	7F	11J	02
Analista em Geoprocessamento	7F	11J	02
Analista em Tecnologia da Informação	7F	11J	31
Analista em Letras	7F	11J	02
Analista do Ministério Público	7F	11J	34
Analista em Psicologia (*2)	7F	11J	04
Analista em Pedagogia	7F	11J	02
Analista em Serviço Social (*2)	7F	11J	31
TOTAL			168

(*1) - HABILITAÇÃO: Portador de curso superior com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional, se houver.

(*2) - HABILITAÇÃO: Portador de curso superior com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional e Carteira Nacional de Habilitação da categoria B.

Nível/ Ref.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
7						6,4322	6,5768	6,7213	6,8658	7,0103
8	7,1548	7,2993	7,4453	7,5942	7,7461	7,9011	8,0591	8,2203	8,3847	8,5524
9	8,7234	8,8979	9,0758	9,2573	9,4425	9,6313	9,824	10,0205	10,2209	10,4253
10	10,6338	10,8465	11,0634	11,2846	11,5103	11,7405	11,9754	12,2149	12,4592	12,7084
11	12,9625	13,2218	13,4862	13,7559	14,0311	14,3117	14,5979	14,8899	15,1877	15,4914

”(NR)

ANEXO II
"ANEXO II"
(Lei Complementar nº 223, de 10 de janeiro de 2002)
QUADRO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
GRUPO: ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO (ANM)

CARGOS	NÍVEL/ REFERÊNCIA INICIAL	NÍVEL/ REFERÊNCIA FINAL	Nº DE CARGOS
Motorista Oficial II (*3)	6F	10J	21
Oficial do Ministério Público (*4)	6F	10J	43

Programador de Computador (*2)	6F	10J	14
Técnico Contábil (*2)	6F	10J	10
Técnico em Edificações (*2)	6F	10J	02
Técnico em Editoração Gráfica (*2)	6F	10J	01
Técnico em Informática (*2)	6F	10J	58
Técnico do Ministério Público (*1)	6F	10J	218
TOTAL			367

(*1) - HABILITAÇÃO: Portador de certificado de conclusão do Ensino Médio.

(*2) - HABILITAÇÃO: Portador de certificado de conclusão do Ensino Médio, com curso técnico na área de atuação.

(*3) - HABILITAÇÃO: Portador de certificado de conclusão do Ensino Médio e Carteira Nacional de Habilitação da categoria D.

(*4) - HABILITAÇÃO: Portador de certificado de conclusão do Ensino Médio e Carteira Nacional de Habilitação da categoria B.

Nível/Ref.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
6						4,9871	5,1316	5,2761	5,4206	5,5651
7	5,7097	5,8542	5,9987	6,1432	6,2877	6,4322	6,5768	6,7213	6,8658	7,0103
8	7,1548	7,2993	7,4453	7,5942	7,7461	7,9011	8,0591	8,2203	8,3847	8,5524
9	8,7234	8,8979	9,0758	9,2573	9,4425	9,6313	9,824	10,0205	10,2209	10,4253
10	10,6338	10,8465	11,0634	11,2846	11,5103	11,7405	11,9754	12,2149	12,4592	12,7084

”(NR)

ANEXO III
“ANEXO III
(Lei Complementar nº 223, de 10 de janeiro de 2002)
QUADRO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
GRUPO: ATIVIDADES DE NÍVEL BÁSICO (ANB)

CARGOS	NÍVEL/REFERÊNCIA INICIAL	NÍVEL/REFERÊNCIA FINAL	Nº DE CARGOS
Auxiliar Técnico do Ministério Público I (*1)	5F	9J	24
Auxiliar Técnico do Ministério Público II (*2)	5F	9J	64
Motorista Oficial I (*1)	5F	9J	9
Telefonista (*2)	5F	9J	3
TOTAL			100

(*1) - HABILITAÇÃO: Portador de certificado de conclusão da 4ª série do Ensino Fundamental.

(*2) - HABILITAÇÃO: Portador de certificado de conclusão do Ensino Fundamental.

Nível/Ref.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
5						3,5419	3,6864	3,8309	3,9754	4,1200
6	4,2645	4,4090	4,5535	4,6980	4,8425	4,9871	5,1316	5,2761	5,4206	5,5651
7	5,7097	5,8542	5,9987	6,1432	6,2877	6,4322	6,5768	6,7213	6,8658	7,0103
8	7,1548	7,2993	7,4453	7,5942	7,7461	7,9011	8,0591	8,2203	8,3847	8,5524
9	8,7234	8,8979	9,0758	9,2573	9,4425	9,6313	9,8240	10,0205	10,2209	10,4253

”(NR)

ANEXO IV
“ANEXO IV
(Lei Complementar nº 223, de 10 de janeiro de 2002)
QUADRO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO (CMP)

CARGOS	NÍVEL	COEFICIENTE	Nº DE CARGOS	NATUREZA DA ATIVIDADE
Coordenador-Geral Administrativo	CMP-7	15,44	1	Administrativa
Coordenador de Acompanhamento Funcional	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Auditoria e Controle	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Comunicação Social	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Engenharia e Arquitetura	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Finanças e Contabilidade	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Informação Social	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Operações Administrativas	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Pagamento de Pessoal	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Planejamento	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Processos e Informações Jurídicas	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Recursos Humanos	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Serviços Administrativos e de Controle Disciplinar	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Tecnologia da Informação	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Gerente de Acompanhamento dos Fundos Especiais	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Almoxarifado	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Análise Contábil	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Análise Multidisciplinar	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Arquivo e Documentos	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Atenção à Saúde	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Biblioteca	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Cadastro e Informações Funcionais	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Capacitação e Aperfeiçoamento	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Compras	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Contabilidade	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Contratos	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Desenvolvimento	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Desenvolvimento de Pessoas	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Estágio	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Execução Orçamentária	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Finanças	CMP-5	10,29	1	Administrativa

Gerente de Informações e Projetos	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Legislação de Pessoal	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Logística	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Manutenção	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente Operacional de Tramitação e Informação de Processos	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Patrimônio	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Processos Jurídicos Digitais	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Publicações e Revisões	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Rede e Banco de Dados	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Remuneração Funcional	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Suporte	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Transportes	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Assessor de Gabinete	CMP-4	9,05	22	Administrativa
Secretário Administrativo do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público	CMP-4	9,05	1	Administrativa
Assessor em Comunicação	CMP-3	8,60	4	Administrativa
Assessor Jurídico	CMP-3	8,60	20 (*)	Jurídica
Assessor Jurídico	CMP-2	6,05	53 (*)	Jurídica
Assistente de Procuradoria de Justiça	CMP-1	5,20	100	Jurídica
Assistente de Promotoria de Justiça	CMP-1	5,20	708	Jurídica
TOTAL			951	

(*) Os cargos de Assessor Jurídico CMP-3, quando vagarem, ficam transformados em Assessor Jurídico - CMP-2 (Lei Complementar nº 276, de 27 de dezembro de 2004).” (NR)

ANEXO V

“ANEXO XI

(Lei Complementar nº 223, de 10 de janeiro de 2002)

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
CORRELAÇÃO DOS CARGOS TRANSFORMADOS (*1)

CARGO	QUANTIDADE	CARGO TRANSFORMADO	QUANTIDADE
Auxiliar Técnico do Ministério Público I	24	Técnico do Ministério Público (*2)	24
Auxiliar Técnico do Ministério Público II	64	Técnico do Ministério Público (*2)	64
Motorista Oficial I	09	Motorista Oficial II (*2)	09
Telefonista I	03	Técnico do Ministério Público (*2)	03
Técnico Contábil	10	Analista em Contabilidade (*3)	10
TOTAL	110	TOTAL	110

(*1) Quando da vacância

(*2) Cargos Transformados = Escolaridade nível médio

(*3) Cargos Transformados = Escolaridade nível superior” (NR)

ANEXO VI

“ANEXO XVII

(Lei Complementar nº 223, de 10 de janeiro de 2002)

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EFETIVOS

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ANALISTA EM ARQUITETURA**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Desenvolver atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo serviços relativos à supervisão de trabalhos referentes a planejamento, coordenação, estudo, projeto, direção e fiscalização de construção de obras que tenham caráter essencialmente artístico ou monumental, serviços de urbanismo, obras de arquitetura paisagística e obras de decoração arquitetônica.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. executar, supervisionar e coordenar trabalhos relacionados com estudo, projeto, direção, fiscalização, construção e restauração de edifícios, com todas as suas obras complementares, e de obras que tenham caráter essencialmente artístico ou monumental;
2. executar serviços de urbanismo, obras de arquitetura paisagística e obras de decoração arquitetônica;
3. orientar o mapeamento e a cartografia de levantamentos feitos para áreas operacionais;
4. realizar exame técnico de processos relativos à execução de obras, compreendendo a verificação de projetos e especificações quanto às normas e padronizações;
5. participar da elaboração e execução de convênios que incluam projetos de construção, ampliação ou remoção de obras e instalações;
6. fazer avaliações, vistorias, perícias, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos relativos à especialidade;
7. elaborar orçamentos relacionados a sua área de atuação;
8. fornecer relatórios e dados estatísticos de suas atividades;
9. executar e conduzir equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;
10. conduzir veículo automotor para o desempenho de suas funções; e
11. executar outras atividades compatíveis com o cargo.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão do curso superior em Arquitetura, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), e registro no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Possuir Carteira Nacional de Habilitação da categoria B.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ANALISTA EM BIOLOGIA**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Desenvolver atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo o planejamento, supervisão, coordenação e execução de

trabalhos relacionados com estudos, pesquisas, projetos, consultorias, emissão de laudos, pareceres técnicos e assessoramento técnico-científico nas áreas das Ciências Biológicas.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. exercer as atribuições básicas do cargo referentes à genética; ciências morfológicas; botânica; zoologia; ecologia; microbiologia; biologia econômica; administração de recursos naturais; paleontologia; paleobiogeografia; biogeografia; oceanografia biológica; biologia marinha; fisiologia geral; fisiologia humana; fisiopatologia animal e vegetal; parasitologia humana; bioquímica; biofísica; matemática aplicada à biologia; ecoturismo; avaliação de impacto ambiental; ecotecnologia; sensoriamento de solos; bioclimatologia; foto interpretação; informática aplicada à biologia; inventário e avaliação de patrimônio natural; bioespeleologia; radioimunoensaios; tecnologia bionuclear; ecotoxicologia; hidroponia; auditoria (auditação) ambiental; biotério; cultura de tecidos; controle de vetores e demais áreas que vierem a ser regulamentadas;
2. assessorar os membros do Ministério Público em processos administrativos e judiciais oriundos das diversas áreas de sua atuação;
3. prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios em matérias de sua área de formação, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados;
4. atuar em projetos e convênios;
5. efetuar vistorias em campo;
6. conduzir veículo automotor para o desempenho de suas funções; e
7. executar outras atividades compatíveis com o cargo.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão do curso superior em Biologia, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), e registro no respectivo Conselho Regional. Possuir Carteira Nacional de Habilitação da categoria B.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ANALISTA EM ENGENHARIA AGRÔNOMICA**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Desenvolver atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo estudos, pesquisas, elaboração e supervisionamento de projetos referentes a cultivos agrícolas e pastagens, orientando e controlando técnicas para utilização de terras, reprodução, cuidado e exploração da vegetação florestal.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. exercer as atribuições básicas do cargo referentes à Engenharia Rural; construções para fins rurais e suas instalações complementares; irrigação e drenagem para fins agrícolas; fitotecnia e zootecnia; melhoramento animal e vegetal; recursos naturais renováveis; ecologia; agrometeorologia; defesa sanitária; química agrícola; alimentos; tecnologia de transformação (açúcar, amidos, óleos, laticínios, vinhos e

destilados); beneficiamento e conservação dos produtos animais e vegetais; zimotecnica; agropecuária; edafologia; fertilizantes e corretivos; processo de cultura e de utilização de solo; microbiologia agrícola; biometria; parques e jardins; mecanização na agricultura; implementos agrícolas; nutrição animal; agrostologia; bromatologia e rações; economia rural e crédito rural;

2. realizar atividades de nível superior que envolvam o assessoramento aos membros do Ministério Público em processos administrativos e judiciais oriundos das diversas áreas de sua atuação;
3. prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios em matérias de sua área de formação, indicando a fundamentação técnica, os métodos e os parâmetros aplicados;
4. atuar em projetos e convênios;
5. efetuar vistorias em campo;
6. conduzir veículo automotor para o desempenho de suas funções; e
7. executar outras atividades compatíveis com o cargo.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão do curso superior em Engenharia Agrônoma, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). Possuir Carteira Nacional de Habilitação da categoria B.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ANALISTA EM ENGENHARIA CIVIL**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Desenvolver atividades de nível superior, de grande complexidade, relacionadas a trabalhos técnicos, visando ao planejamento, à organização e ao controle de serviços de elaboração de projetos, à fiscalização e às vistorias de obras, consultorias, emissão de laudos, pareceres técnicos e assessoramento técnico-científico nas áreas da Engenharia Civil.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. fiscalizar e gerenciar, técnica e administrativamente, as obras executadas pelo Ministério Público, mediante contratos e convênios;
2. elaborar orçamentos de obras;
3. realizar vistorias e elaborar laudos técnicos de imóveis destinados ao Ministério Público;
4. planejar e programar a manutenção geral preventiva e corretiva dos prédios destinados ao Ministério Público;
5. elaborar e/ou acompanhar projetos de instalações hidrossanitárias, de proteção e combate a incêndio, estrutural e levantamento topográfico;
6. elaborar pareceres técnicos em processos licitatórios;
7. proceder ao exame e à análise de laudos, perícias e outras peças que envolvam conhecimentos de Engenharia Civil, emitindo laudo técnico sobre eles;
8. acompanhar a realização de perícias pelos demais órgãos públicos, quando designado pelo Ministério Público;
9. realizar perícias na área de meio ambiente relacionadas a obras de infraestrutura e em outras áreas que envolvam conhecimentos de Engenharia Civil, emitindo laudo técnico, quando solicitado pelo Ministério Público;
10. atuar, quando designado, como assistente técnico do Ministério Público, em procedimentos judiciais, observadas as formalidades legais;
11. orientar membros do Ministério Público em procedimentos cujo objeto envolva conhecimento de Engenharia Civil;
12. realizar vistorias em campo;
13. conduzir veículo automotor para o desempenho de suas funções; e
14. executar outras atividades compatíveis com o cargo.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão do curso superior em Engenharia Civil, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). Possuir Carteira Nacional de Habilitação da categoria B.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ANALISTA EM ENGENHARIA ELÉTRICA**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Desenvolver atividades de nível superior, de grande complexidade, relacionadas a trabalhos técnicos, que contemplem planejamento, organização e controle de serviços de elaboração de projetos, fiscalização e vistorias de obras e instalações, consultorias, emissão de laudos, pareceres técnicos e assessoramento técnico-científico nas áreas da Engenharia Elétrica.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. fiscalizar e gerenciar, técnica e administrativamente, as obras, as instalações elétricas e telefônicas, instalações de equipamentos eletroeletrônicos e eletromecânicos executados pelo Ministério Público;
2. elaborar orçamentos de instalações e equipamentos;
3. realizar vistorias e elaborar laudos técnicos de imóveis, instalações e equipamentos destinados ao uso do Ministério Público;
4. planejar e programar as manutenções gerais, preventivas e corretivas, dos prédios e dos equipamentos eletroeletrônicos e eletromecânicos destinados ao uso do Ministério Público;
5. elaborar e/ou acompanhar projetos de instalações elétricas, telefônicas, som, vídeo, cabeamento estruturado, dados, fibras ópticas,

controle de acesso, segurança patrimonial, detecção e alarme de incêndio e proteção contra descargas atmosféricas;

6. elaborar pareceres e atuar como assistente técnico em processos licitatórios, quando designado;
7. realizar exame e análise de laudos, perícias e outras peças, que envolvam conhecimentos de Engenharia Elétrica, com emissão de laudo técnico;
8. acompanhar a realização de perícias quando designado pelo Ministério Público;
9. realizar perícias que envolvam conhecimentos de Engenharia Elétrica, com emissão de laudo técnico, quando solicitado pelo Ministério Público;
10. atuar, como assistente técnico do Ministério Público, em procedimentos judiciais, quando designado;
11. orientar membros do Ministério Público em procedimentos cujo objeto envolva conhecimento de Engenharia Elétrica;
12. conduzir veículo automotor para o desempenho de suas funções; e
13. executar outras atividades compatíveis com o cargo.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão do curso superior em Engenharia Elétrica, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). Possuir Carteira Nacional de Habilitação da categoria B.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ANALISTA EM ENGENHARIA FLORESTAL**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Desenvolver atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo estudos, pesquisas, elaboração e supervisão de projetos referentes a cultivos florestais, orientação e controle de técnicas para utilização de terras, reprodução, cuidado e exploração de florestas, fornecendo subsídios para tomada de decisão em sua área de conhecimento.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. exercer as atribuições básicas do cargo referentes à Engenharia Florestal; construções para fins florestais e suas instalações complementares, fotointerpretação, silvimetria e inventário florestal; xilologia; melhoramento florestal; recursos naturais renováveis; ecologia, fitossociologia e sucessão florestal; climatologia; hidrologia; defesa sanitária florestal; recuperação de áreas degradadas; produtos florestais, sua tecnologia e sua industrialização; edafologia; avaliação de impacto ambiental; processos de utilização de solo e de floresta; ordenamento e manejo florestal; mecanização na floresta; implementos florestais; economia e crédito rural para fins florestais; seus serviços afins e correlatos;
2. realizar atividades de nível superior que envolvam o assessoramento aos membros do Ministério Público em processos administrativos e judiciais oriundos das diversas áreas de sua atuação;
3. prestar informações técnicas em matérias de sua área de formação, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados;
4. efetuar vistorias em campo;
5. atuar em projetos e convênios;
6. conduzir veículo automotor para o desempenho de suas funções; e
7. executar outras atividades compatíveis com o cargo.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão do curso superior em Engenharia Florestal, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). Possuir Carteira Nacional de Habilitação da categoria B.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ANALISTA EM ENGENHARIA MECÂNICA**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Desenvolver atividades de nível superior, de grande complexidade, relacionadas a trabalhos técnicos, que contemplem planejamento, organização e controle de serviços de elaboração de projetos, fiscalização e vistorias de obras e instalações, consultorias, emissão de laudos, pareceres técnicos e assessoramento técnico-científico nas áreas da Engenharia Mecânica.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. fiscalizar e gerenciar, técnica e administrativamente, as instalações de ar condicionado, ventilação, elevadores, plataformas elevatórias e demais instalações mecânicas executadas pelo Ministério Público;
2. elaborar orçamentos de instalações e equipamentos;
3. realizar vistorias e elaborar laudos técnicos de instalações e equipamentos destinados ao uso do Ministério Público;
4. planejar e programar as manutenções gerais, preventivas e corretivas das instalações e equipamentos mecânicos destinados ao uso do Ministério Público;
5. elaborar e/ou acompanhar projetos de instalação de condicionadores de ar, ventilação, elevadores e plataformas elevatórias;
6. elaborar pareceres e atuar, como assistente técnico, em processos licitatórios, quando designado;
7. realizar exame e análise de laudos, perícias e outras peças, que envolvam conhecimentos de Engenharia Mecânica, com emissão de laudo técnico;

8. acompanhar a realização de perícias quando designado pelo Ministério Público;
9. realizar perícias que envolvam conhecimentos de Engenharia Mecânica, com emissão de laudo técnico, quando solicitado pelo Ministério Público;
10. atuar, como assistente técnico do Ministério Público, em procedimentos judiciais, quando designado;
11. orientar membros do Ministério Público em procedimentos cujo objeto envolva conhecimento de Engenharia Mecânica;
12. conduzir veículo automotor para o desempenho de suas funções; e
13. executar outras atividades compatíveis com o cargo.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão de curso superior em Engenharia Mecânica, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). Possuir Carteira Nacional de Habilitação da categoria B.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ANALISTA EM ENGENHARIA SANITÁRIA**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Desenvolver atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo o planejamento, supervisão, coordenação e execução de trabalhos relacionados com estudos, pesquisas, projetos, consultorias, emissão de laudos, pareceres técnicos e assessoramento técnico-científico nas áreas da Engenharia Sanitária.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. exercer as atribuições básicas do cargo referentes a sistemas de abastecimentos de água, incluindo captação, adução, reservação, distribuição e tratamento; sistemas de coleta, tratamento, reuso e disposição final de águas residuárias (domésticas e industriais);
2. minimizar a geração, reutilização, reciclagem, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos;
3. controlar a poluição ambiental do solo, do ar e da água;
4. controlar vetores biológicos transmissores de doenças; instalações reiais hidrossanitárias; saneamento de edificações e locais públicos, tais como piscinas, parques e áreas de lazer, recreação e esportes em geral;
5. acompanhar o saneamento dos alimentos; drenagem; gestão de recursos hídricos; estudos ambientais;
6. acompanhar as fases de construção, funcionamento, manutenção e reparos de instalações e equipamentos sanitários;
7. estudar e propor modificação em projetos na área de sua atuação;
8. fiscalizar e auditar projetos de construções de esgotos, sistemas de água e outras obras sanitárias na área de sua atuação;
9. realizar atividades de nível superior que envolvam assessoramento aos membros do Ministério Público em processos administrativos e judiciais oriundos das diversas áreas de sua atuação;
10. prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios em matérias de sua área de formação indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados;
11. realizar perícias que envolvam conhecimentos de Engenharia Sanitária, com emissão de laudo técnico, quando solicitado pelo Ministério Público;
12. atuar, como assistente técnico do Ministério Público, em procedimentos judiciais, quando designado;
13. orientar membros do Ministério Público em procedimentos cujo objeto envolva conhecimento de Engenharia Sanitária;
14. atuar em projetos e convênios;
15. conduzir veículo automotor para o desempenho de suas funções; e
16. executar outras atividades compatíveis com o cargo.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão do curso superior em Engenharia Sanitária, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). Possuir Carteira Nacional de Habilitação da categoria B.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ANALISTA EM GEOLOGIA**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Desenvolver atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo estudos, projetos e pareceres relativos a controle, planificação e desenvolvimento ambiental sustentável.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. exercer as atribuições básicas do cargo referentes a trabalhos topográficos e geodésicos;
2. realizar levantamentos geológicos, geoquímicos e geofísicos; estudos relativos às ciências da terra; trabalhos de prospecção e pesquisa para cubação de jazidas e determinação de seu valor econômico;
3. realizar atividades de nível superior que envolvam o assessoramento aos membros do Ministério Público em processos administrativos e judiciais oriundos das diversas áreas de sua atuação;
4. prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios em matérias de sua área de formação, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados;
5. realizar perícias que envolvam conhecimentos de geologia, com emissão de laudo técnico, quando solicitado pelo Ministério Público;

6. atuar, como assistente técnico do Ministério Público, em procedimentos judiciais, quando designado;
7. orientar membros do Ministério Público em procedimentos cujo objeto envolva conhecimento de geologia;
8. efetuar vistorias em campo;
9. atuar em projetos e convênios;
10. conduzir veículo automotor para o desempenho de suas funções; e
11. executar outras atividades compatíveis com o cargo.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão do curso superior em Geologia, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), e registro no respectivo Conselho Regional. Possuir Carteira Nacional de Habilitação da categoria B.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ANALISTA EM GEOPROCESSAMENTO**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Desenvolver atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo estudos a partir do processamento de dados geoespaciais.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. executar atividades relativas à aquisição, armazenamento, processamento, análise e apresentação de informações sobre o meio físico referenciadas espacialmente, através de conhecimento de informática, cartografia, sensoriamento remoto e análise espacial;
2. realizar o levantamento de informações cartográficas de pontos específicos de determinado território através de técnicas avançadas de posicionamento por satélite (GPS) e mapeamento por meio de técnicas de sensoriamento remoto;
3. elaborar análises ambientais, de planejamento e gestão do território, zoneamentos, monitoramentos, bem como mapeamentos temáticos dos recursos naturais;
4. programar, operacionalizar e avaliar atividades de geo-referenciamento, análise e desenvolvimento de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) e de projetos de mapeamento automatizados referente ao tratamento de informações espaciais;
5. fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades;
6. emitir pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
7. atuar, como assistente técnico do Ministério Público, em procedimentos judiciais, quando designado;
8. orientar membros do Ministério Público em procedimentos cujo objeto envolva conhecimento de sua área de conhecimento;
9. efetuar vistorias em campo; e
10. executar outras atividades compatíveis com o cargo.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão do curso superior em Geografia, Engenharia Civil, Engenharia de Agrimensura ou Engenharia Cartográfica, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). Possuir Carteira Nacional de Habilitação da categoria B.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Desenvolver atividade de nível médio, de complexidade mediana, de ordem auxiliar, de natureza repetitiva, referente à execução de levantamento de dados. Desenvolver projetos de edificações, orçar, suprir e supervisionar a execução de obras e serviços, inclusive manutenção predial e controle tecnológico de materiais.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. fazer levantamento de dados, elaborar desenhos, desenvolver planilhas de cálculo e conferir cotas e medidas;
2. coletar dados do local, interpretar projetos, elaborar plantas e especificações técnicas sob supervisão de Engenheiro Civil;
3. elaborar plano de ação, definir a logística e propor cronograma físico;
4. dimensionar equipe de trabalho, listar máquinas, ferramentas e equipamentos, acompanhar os resultados dos serviços, elaborar cronograma de suprimentos e acompanhar os resultados dos serviços;
5. interpretar projetos e especificações técnicas, fazer visita técnica para levantamento de dados, levantar quantitativos de projetos e cotar preços de insumos e serviços;
6. elaborar planilha de quantidade e de custos;
7. providenciar suprimentos e serviços, pesquisar a existência de novas tecnologias, consultar estoque, selecionar fornecedores, fazer cotação de preços;
8. inspecionar a qualidade dos materiais e serviços, controlar estoque e armazenamento de materiais, seguir as instruções dos fabricantes, racionalizar o uso dos materiais, coordenar equipes de trabalho, conferir execução e qualidade dos serviços, realizar medições, realizar apropriação de máquinas, equipamentos e mão-de-obra, zelar pela organização, segurança e limpeza da obra, padronizar procedimentos;
9. executar manutenção e conservação de obras, verificar responsabilidades, apresentar soluções alternativas, providenciar reparos e supervisionar a execução;
10. realizar serviços de acordo com normas de higiene, saúde e segurança no trabalho;
11. acompanhar e executar serviços de pequeno porte (divisórias, instalações elétricas, persianas, acessórios para banheiros,

fechaduras, pintura e outros serviços de zeladoria);

12. fiscalizar e acompanhar as atividades desenvolvidas por terceirizados, servidores e/ou colaboradores;

13. coletar orçamentos, coordenar e planejar com fornecedores a execução de serviços de manutenção, reparo, instalações, reformas, obras e serviços de engenharia, destinados às instalações do órgão de sua lotação, sob a orientação técnica da chefia da unidade administrativa responsável pela área de engenharia e arquitetura do Ministério Público; e

14. desempenhar outras atividades ou atribuições correspondentes, de mesma natureza, nível e complexidade, conforme as necessidades do Ministério Público.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão do Ensino Médio e curso técnico em Edificações ou equivalente, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)."(NR)

ANEXO VII

"ANEXO XVIII

(Lei Complementar nº 223, de 10 de janeiro de 2002)

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS COMMISSIONADOS

DENOMINAÇÃO DO CARGO: COORDENADOR DE AUDITORIA E CONTROLE

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Na execução das atividades da área, cabe ao responsável:

a) planejar o processo de estabelecimento de objetivos de desempenho e determinar que providências devem ser tomadas para cumprí-los. Por meio do planejamento, serão identificados os resultados desejados para o trabalho e os meios para alcançá-los;

b) organizar o processo de atribuição de tarefas, destinar recursos e harmonizar as atividades coordenadas de indivíduos e grupos para implementar planos. Por meio da organização, convertem-se planos em ações, definindo funções, designando pessoal e dando apoio com tecnologia e outros recursos;

c) liderar o processo de incitação do entusiasmo das pessoas pelo trabalho e direcionar seus esforços para cumprir planos e alcançar objetivos. Por meio da liderança, criam-se compromissos, estimulam-se os esforços de trabalho que apoiem a consecução das metas e influenciam-se os demais para que apliquem o melhor de si em benefício da organização;

d) controlar o processo de medição do desempenho no trabalho, comparar resultados com objetivos e tomar providências corretivas quando necessário. Pelo controle, mantém-se contato ativo com as pessoas durante o seu trabalho, coletam-se informações e interpretam-se relatórios de desempenho, e essas informações são utilizadas para planejar ações e mudanças construtivas; e

e) delegar o processo de distribuição do trabalho a outras pessoas, observando que:

1. a atribuição de responsabilidade é a atividade de explicar que trabalho ou deveres alguém precisa cumprir em determinado prazo;

2. juntamente com a atribuição da tarefa, é garantido a outra pessoa o direito de tomar as providências necessárias (dirigir o trabalho de outros e usar recursos), ou seja, a autorização para agir da maneira necessária para levar a cabo a tarefa recebida; e

3. ao aceitar a atribuição, a pessoa se obriga, juntamente com a Coordenação, Gerência ou Chefia, a completar o trabalho conforme o acordado.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. exercer no âmbito do Ministério Público a verificação dos sistemas contábil, financeiro, de execução orçamentária, patrimonial, operacional e de pessoal;

2. emitir relatórios e pareceres sobre auditorias realizadas;

3. elaborar e executar roteiros e programas de auditoria;

4. avaliar o controle interno das coordenadorias e gerências do Ministério Público;

5. emitir parecer em relatórios elaborados por outras áreas, sempre que a lei determinar;

6. normatizar o acompanhamento, a sistematização e a padronização dos procedimentos de auditoria;

7. acompanhar, em visitas posteriores, a implementação das recomendações aprovadas pelo Secretário-Geral do Ministério Público;

8. solicitar, quando necessário, parecer técnico a profissional comprovadamente habilitado sobre questões que exijam conhecimento específico, para fundamentar seu parecer;

9. examinar a observância das normas ditadas pela legislação federal aplicável, da legislação estadual específica e das normas correlatas;

10. disciplinar, acompanhar e controlar as contratações de obras e serviços, observadas as normas pertinentes às licitações, previstas na legislação específica;

11. elaborar o Plano Anual de Auditoria Interna, que deverá ser apresentado até o final da segunda quinzena do mês de dezembro do ano em curso, para os trabalhos que serão realizados no ano seguinte; e

12. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior."(NR)

*** X X X ***

REQUERIMENTO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

REQUERIMENTO RQS/0326.9/2014

O Deputado na Condição de Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, que este subscreve, com amparo no Regimento Interno, **REQUER** seja encaminhada a seguinte mensagem:

"ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, APROVANDO PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO GILMAR KNAESEL, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, SOLICITA SUSPENSÃO DAS SESSÕES PLENÁRIAS NOS DIAS 15 E 22 DE MAIO E 03 E 04 DO MÊS DE JUNHO, DEVIDO AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO ORÇAMENTO REGIONALIZADO, ATENDENDO PREVISÃO CONSTITUCIONAL, DISPOSTO NO ART. 120 § 5º, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ATENCIOSAMENTE, DEPUTADO JOARES PONTICELLI - PRESIDENTE"

Sala das Sessões, em 29 de abril de 2014.

Deputado Gilmar Knaesel

APROVADO EM SESSÃO DE 30/04/14

PROPOSTA - CRONOGRAMA DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS PARA LDO 2014 E LOA 2015

O Deputado **JOARES PONTICELLI**, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e o Deputado **Gilmar Knaesel**, Presidente da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e da Comissão de Finanças e Tributação, com base no art. 120, § 5º A, da Constituição Estadual art. 48, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000; e Arts. 2º e 3º da Lei Complementar nº 15/97, e § 3º do Art. 295 do Regimento Interno da ALESC, convidam Vossa Senhoria para participar das Audiências Públicas Regionais para Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2014 e Lei Orçamentária (LOA) 2015, com o seguinte cronograma:

DATA/HORA	JURISDIÇÃO DAS SECRETARIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	LOCAL
15/05/14 Quinta-feira 9H	Ibirama, Taió, Ituporanga e RIO DO SUL	A DEFINIR RIO DO SUL
15/05/14 Quinta-feira 19h	Timbó e BLUMENAU	A DEFINIR BLUMENAU
16/05/14 Sexta-feira 9h	Jaraguá do Sul e JOINVILLE	A DEFINIR JOINVILLE
16/05/14 Sexta-feira 16h	Brusque e ITAJAÍ	A DEFINIR ITAJAÍ
22/05/14 Quinta-feira 9h	CRICIÚMA , Araranguá	A DEFINIR CRICIÚMA
22/05/14 Quinta-feira 19h	Braço do Norte, Laguna e TUBARÃO	A DEFINIR TUBARÃO
26/05/14 Segunda-feira 14H	GRANDE FLORIANÓPOLIS	A DEFINIR SÃO JOSÉ
02/06/14 Segunda-feira 9h	Maravilha, Itapiranga, Dionísio Cerqueira e SÃO MIGUEL DO OESTE	A DEFINIR SÃO MIGUEL DO OESTE
02/06/14 Segunda-feira	Quilombo, Xanxerê, Palmitos e CHAPECÓ São Lourenço do Oeste	A DEFINIR CHAPECÓ
03/06/14 Terça-feira 9h	Seara, Joaçaba e CONCÓRDIA	A DEFINIR CONCÓRDIA
03/06/14 Terça-feira 19h	Campos Novos, caçador e VIDEIRA	A DEFINIR VIDEIRA
04/06/14 Quarta-feira 9h	Mafra e CANOINHAS	A DEFINIR CANOINHAS
04/06/14 Quarta-feira 19h	São Joaquim, Curitibaanos e LAGES	A DEFINIR LAGES

Assembleia Legislativa - Coordenadoria do Orçamento Estadual - Email: orçamento@alesc.sc.gov.br - Fone: (048) 3221-2556

*** X X X ***